



SEMINÁRIO PRESBITERIANO DE BRASÍLIA

João Paulo Azevedo dos Santos de Lima Paiva

**Por uma plutoteologia reformada: o uso adequado da riqueza e uma
resposta à leitura do calvinismo feita por Max Weber**

BRASÍLIA

2025

JOÃO PAULO AZEVEDO DOS SANTOS DE LIMA PAIVA

**Por uma plutoteologia reformada: o uso adequado da riqueza e uma
resposta à leitura do calvinismo feita por Max Weber**

**Monografia apresentada no curso livre de
Teologia, do Seminário Presbiteriano de
Brasília, como um dos requisitos para a
obtenção do título de Bacharel em Teologia.**

Orientador: PhD. Junio Cezar da R. Souza

BRASÍLIA

2025

JOÃO PAULO AZEVEDO DOS SANTOS DE LIMA PAIVA

**Por uma plutoteologia reformada: o uso adequado da riqueza e uma
resposta à leitura do calvinismo feita por Max Weber**

Monografia apresentada no curso livre de
Teologia, do Seminário Presbiteriano de Brasília,
como um dos requisitos para a obtenção do título
de Bacharel em Teologia.

Brasília, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Rev. Júnio Cezar da R. Souza (orientador)

Seminário Presbiteriano de Brasília

Prof. Rev. Reginaldo Corrêa de Carvalho (Examinador – SPB)

Seminário Presbiteriano de Brasília

Prof. Rev. João Geraldo de Mattos Neto (Examinador – SPB)

Seminário Presbiteriano de Brasília

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Senhor, por ter me dado a vida, por ter me chamado e por ter me mantido ao longo de todos esses anos.

Agradeço à minha esposa, amada Mariana, que teve que lidar com um seminarista em preparação, com todas as suas funções na igreja, na família e no trabalho, demonstrando paciência e amor, durante todo o percurso.

Agradeço aos meus pais, Márcio e Salete, que sempre me apoiaram, orando por mim, me escutando nos meus momentos de aflição e me incentivando.

Agradeço ao meu orientador, Junio Cezar, que sempre me ensina não somente por meio da excelente ministração do conteúdo em aula, mas muito mais com o seu caráter e a sua disposição em pastorear de fato o coração dos alunos.

Agradeço aos meus colegas de turma, que antes mesmo da formatura já têm demonstrado seus cuidados pastorais uns com os outros e especialmente comigo.

Por último, mas não menos importante, aos meus amigos do Caverna, os irmãos que o Senhor me deu, os meus “valentes”.

Por esses e muitos outros, eu agradeço a Deus por tê-los colocado em minha caminhada nesta terra. Todo louvor ao Senhor!

Porque o Senhor dá a sabedoria, e da
sua boca vem a inteligência e o
entendimento.

Pv 2.6

RESUMO

Tendo em vista o relacionamento nem sempre harmonioso dos cristãos com a riqueza, a presente monografia tem por objetivo a proposição de uma *plutoteologia* reformada, ou seja, uma reflexão teológica acerca do uso adequado da riqueza a partir dos pressupostos da tradição reformada. Nesse percurso, desenvolve-se uma resposta crítica à leitura clássica de Max Weber, que vincula o calvinismo à gênese do espírito capitalista. Sustenta-se, em contrapartida, que o pensamento reformado, especialmente em Calvino e na tradição puritana, não conduz à acumulação desenfreada, mas antes à compreensão da riqueza como meio subordinado à glória de Deus. Destarte, seus objetivos específicos são a compreensão das críticas feitas à teologia calvinista por Weber; a análise de textos bíblicos que versam sobre a riqueza, a análise de como a igreja cristã tratou a riqueza ao longo dos séculos, o exame de como aspectos desta discussão emergem na Confissão de Fé de Westminster; e a proposição de uma teologia da riqueza, com base em princípios norteadores bíblicos. Sendo que a metodologia adotada para a construção do referencial teórico é a qualitativa, orientada à análise de conteúdo com plano de execução viabilizado pela pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Riqueza, Reforma, Calvinismo, Ética

ABSTRACT

Given the not always harmonious relationship between Christians and wealth, this monograph aims to propose a reformed *plutotheology*, that is, a theological reflection on the appropriate use of wealth based on the assumptions of the reformed tradition. In this path, a critical response is developed to the classic reading of Max Weber, who links Calvinism to the genesis of the capitalist spirit. On the other hand, it is argued that reformed thought, especially in Calvin and the Puritan tradition, does not lead to unbridled accumulation, but rather to the understanding of wealth as a means subordinate to the glory of God. Thus, its specific objectives are to understand the criticisms made of Calvinist theology by Weber; to analyze biblical texts that deal with wealth; to analyze how the Christian church has treated wealth over the centuries; to examine how aspects of this discussion emerge in the Westminster Confession of Faith; and to propose a theology of wealth based on biblical guiding principles. The methodology adopted for the construction of the theoretical framework is qualitative, oriented towards content analysis with an execution plan made possible by bibliographic research.

Keywords: Wealth, Reformation, Calvinism, Ethics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAP. 1 – ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO	13
1.1 Parte I – O problema.....	14
1.1.1 Confissão religiosa e estratificação social	14
1.1.2 O “espírito” do capitalismo	15
1.1.3 O conceito de vocação em Lutero. O objeto da Pesquisa.....	18
1.2 Parte II – A ideia de profissão do protestantismo ascético	20
1.2.1 Os fundamentos religiosos da ascese intramundana.....	20
1.2.2 Ascese e capitalismo.....	26
1.3 Conclusão	29
CAP. 2 – A BÍBLIA E AS RIQUEZAS.....	31
2.1 O Antigo Testamento.....	31
2.2 O Novo Testamento	40
2.3 Conclusão	50
CAP. 3 – UMA RESPOSTA A WEBER.....	51
3.1 Críticas gerais ao livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”	51
3.2 A Confissão de Fé de Westminster e Weber	58
3.3 Conclusão	70
Cap. 4 – PRINCÍPIOS BÍBLICOS ACERCA DA RIQUEZA.....	71
4.1 A riqueza na tradição cristã do período patrístico	71
4.2 A riqueza em Calvino	76
4.3 A riqueza nos puritanos	79
4.3 Princípios norteadores quanto à riqueza	83
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

INTRODUÇÃO

Maximilian Karl Emil Weber (1864-1920), conhecido como Max Weber, foi um intelectual, jurista e economista alemão considerado um dos fundadores da Sociologia¹. Grande parte de seu trabalho como pensador e estudioso foi reservado para o estudo do capitalismo. Segundo Ferreira, na sua obra mais famosa – “A ética protestante e o espírito do capitalismo” – Max Weber “buscou vincular a economia capitalista ao conteúdo doutrinal do protestantismo” (Ferreira, 2000, p. 1). Instigado por certas constatações, ele desenvolveu uma pesquisa por meio da qual concluiu que alguns ramos do protestantismo teriam dado uma importante contribuição para a formação do espírito que impulsionava a economia ocidental moderna. Em especial, o calvinismo teria dado ao trabalho um caráter religioso. Também, segundo Ferreira (2000, p. 4), “baseando sua ética na doutrina da predestinação, calvinistas teriam substituído a aristocracia espiritual dos monges, alheia e superior ao mundo, pela aristocracia espiritual dos predestinados santos de Deus, integrados no mundo”. Isso, uma vez que o trabalho e seus frutos, dentre eles a riqueza, eram vistos, se não como meio de salvação, como confirmação desta. Aliada à coerção ascética à poupança, tal riqueza teria possibilitado, também, o acúmulo de capital, necessário ao desenvolvimento do capitalismo.

A partir destas constatações, algumas perguntas se impõem: De que forma Weber foi seletivo na sua pesquisa, limitado na sua Teologia e míope quanto ao desenrolar da História, fazendo uma leitura, na melhor das hipóteses, parcial acerca do conteúdo da fé calvinista, conforme ela é apresentada em seus símbolos de fé? Será que se poderia, em posse de um conhecimento mais maduro da teologia calvinista, especialmente daquele plasmado na Confissão de Fé de Westminster (CFW), chegar a outras conclusões que não essas? Como a teologia calvinista lida com a riqueza? Teria a CFW deturpado os ensinamentos de Calvino quanto a esse tema? Seria o Deus (cristão) como o deus da riqueza grego, Plutão, que, cegado por Zeus, por querer apenas distribuir riqueza às pessoas boas, não mais distingue as pessoas boas das más, sendo manipulado por quem o venera? Certamente o aprofundamento em tais questões

¹ Ou, pelo menos, um dos autores que contribuiu, juntamente com Durkheim e Marx, decisivamente para que tal disciplina alcançasse um status científico, ao propor conceitos e métodos próprios às ciências sociais.

permitiria o separar o joio do trigo no que tange às visões errôneas acerca da riqueza, da sua procura e dos seus usos na igreja brasileira.

Riqueza é um daqueles assuntos sensíveis de se tratar na igreja. Em torno dele há posições extremadas², conceitos deturpados e casos de escândalos. Ainda mais quando se é surpreendido, de contínuo, por visões deturpadas quanto à riqueza, que emergem, por exemplo, da teologia da prosperidade³, da teologia do *coaching*⁴ ou da teologia da libertação⁵. A posição da igreja brasileira (e mesmo da Igreja Presbiteriana) por vezes é tão dúbia que, mesmo frente a livros como esse, de Max Weber, não se sabe como posicionar-se. Deve-se ver o capitalismo como algo bom, porque, nessa leitura, ele encontra suas bases no protestantismo? Ou estaria Weber equivocado e se deveria abster do que ele chamou de ascese intramundana?

Analisando como os santos que vieram antes entendiam a riqueza, pode-se desconstruir visões equívocas atribuídas aos protestantes, bem como substituir as eventuais visões erradas por uma correta. Por meio dos símbolos de fé adotados pela Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) – a saber, a Confissão de Fé de Westminster, o Catecismo Maior de Westminster e o Breve Catecismo de Westminster – pode-se fazer frente às concepções erradas em relação ao que constitui riqueza, bem como em relação à sua produção, distribuição e consumo.

A justificativa para se tratar deste assunto é que as doutrinas protestantes, às quais Max Weber alude, nem sempre são bem compreendidas, especialmente por tais deturpações que são feitas, ainda que de forma sutil, de seu conteúdo. É interessante, por exemplo, comparar o

² Vide a contenda suscitada entre Sider (1978) e Chilton (1985), onde o primeiro escreveu a obra intitulada *Cristãos ricos em tempos de fome* e o segundo, em resposta, *Cristãos produtivos em tempos de manipuladores de culpa*.

³ Almeida (2017, p.14) afirma que “A Teologia da Prosperidade Neopentecostal [...] prega uma ética econômica voltada para o mundo, onde possuir e ascender [socialmente] são sinais de que Deus, e não o diabo, age em sua vida.”

⁴ *Coaching* é um processo pelo qual um mentor (*coach*) orienta um cliente na definição e conquista de metas pessoais, profissionais ou de vida. Teologia do *coaching* se refere às tentativas de aplicar os mesmos princípios usados no meio secular na igreja, para desenvolvimento dos crentes.

⁵ Segundo Camurça (2013), nascida na América Latina, no final dos anos 1960, no âmbito católico apostólico romano, a Teologia da Libertação se estruturou através da crítica a uma teologia tradicional, influenciada pela sociologia, pela ciência política e pelo marxismo, passando a ver os pobres como oprimidos, a pobreza como fruto da acumulação e exploração do seu trabalho, a salvação como realização que se dá no plano coletivo e a libertação humana da exploração social como uma antecipação do “Reino de Deus”.

“espírito” do capitalismo, conforme descrição feita por Weber, com as ideias do próprio Calvino a respeito do dinheiro e dos negócios.

Se referindo a Calvino, Ferreira (2000, p. 5) afirma que:

Ele considerava os negócios como uma forma legítima de servir a Deus e de trabalhar para a sua maior glória. Ele via a circulação de dinheiro e os bens e serviços como uma forma concreta da comunhão dos santos. Ele defendia que aqueles que se envolviam nos negócios deveriam ter como objetivo ajudar os pobres e os ricos. Ele pensava, até mesmo, que seria bom restaurar o Ano do Jubileu, uma redistribuição periódica da riqueza de modo que essa brecha nunca se tornasse permanente.

Lopes (1997) e Ferreira (2000) afirmam, inclusive, que os autores da CFW e dos seus Catecismos foram profundamente influenciados, neste aspecto, pelo ensino de Calvino. No capítulo Dos Eternos Decretos de Deus (Cap. III), percebe-se que a doutrina da predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado. No capítulo sobre o Magistrado Civil (Cap. XXIII) a Confissão de Fé reflete o ensino de Calvino sobre a vocação social e política dos cristãos. No capítulo Da Comunhão dos Santos (Cap. XXVI), nota-se que a comunhão que os santos mantêm entre si não destrói, nem de modo algum enfraquece, o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens, conforme via Calvino. No capítulo Da Providência (Cap. V), é perceptível que esta se estende a todos os homens, ainda que de forma especial aos eleitos. No capítulo Das Boas Obras (Cap. XVI), que mesmo as boas obras dos eleitos não lhe garantem salvação. No capítulo Da Lei de Deus (Cap. XIX) avulta-se que a lei moral de Deus continua sendo mandatória, inclusive os mandamentos relacionados ao correto uso de nossas posses.

É precisamente pelo fato de haver tanta confusão e visões extremistas no ensino sobre riqueza e pobreza na igreja evangélica que devemos falar sobre o assunto. Precisa-se ter um olhar cristocêntrico sobre o tema. O tema que se pretende abordar, portanto, passa pela questão dos vínculos entre economia e religião.

Concorda-se com Correia (2003, p. 1), que este não é assunto novo e que:

já no século XIX era abordado por John Stuart Mill e depois, mais profundamente, no início do século XX, por Max Weber. Apesar de tanto tempo de discussão, continua sendo um assunto bastante controverso, que dificilmente será esgotado, haja vista a sua amplitude e a sua complexidade.

Ampliando o escopo em termos de estudo da riqueza, e não dos sistemas produtivos como vistos pelas ciências econômicas, o assunto já era abordado desde a igreja primitiva, como pode ser visto, por exemplo, nos sermões de Crisóstomo (2022) e outros. No entanto, como González (2016) ressalta, até tempos relativamente recentes, os estudiosos prestaram pouca

atenção aos ensinamentos da Igreja antiga sobre tópicos como propriedade, sua origem, seu propósito e seu uso. Em relação à igreja protestante destacam-se os trabalhos de Bieler⁶ que, por exemplo, nas suas obras “A força oculta dos protestantes” e “O pensamento econômico e social de Calvino”, procurou rebater as críticas infundadas, de que os protestantes seriam uma ameaça à sociedade.

Devido à essa amplitude e complexidade do tema, limitamos nosso objetivo a analisar o uso adequado da riqueza segundo a Teologia Reformada, propondo princípios que possam servir ao desenvolvimento de uma “plutoteologia”⁷, uma teologia da riqueza, reformada. Assim, o presente trabalho, por meio da elaboração de uma revisão bibliográfica sobre o tema economia e religião, focando nos escritos de Calvino e, principalmente, nos símbolos de fé da Igreja Presbiteriana do Brasil, visa testar a tese de Weber em relação a como a riqueza é percebida na visão calvinista. Essa revisão procurará demonstrar que a tese de Weber tem se mostrado inconsistente, bem como amadurecer o conhecimento sobre o assunto em questão.

⁶ André Bieler (1914-2006) foi professor honorário da Universidade de Lausanne. Nela ensinou Ética Social, assim como na Universidade de Genebra. Era licenciado em Teologia e doutor em Ciências Econômicas e, antes de ser chamado para o magistério, exerceu o ministério pastoral.

⁷ Neologismo que designa a ciência religiosa acerca da riqueza, e que é formado pela junção de “pluto” (transliteração da palavra grega para “riqueza”, *ploutos*) e teologia (ciência ou estudo que se ocupa de Deus, de sua natureza e seus atributos e de suas relações com o homem e com o universo).

CAP. 1 – ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

“Ética protestante e o espírito do capitalismo” é considerada por muitos a grande obra de Max Weber⁸, sendo um dos seus textos mais lidos e conhecidos, dentre outros motivos, precisamente por tocar em diversas áreas do conhecimento. A primeira parte desta obra foi publicada em 1904 e a segunda veio a público em 1905, depois da viagem do autor aos Estados Unidos. Entretanto, uma segunda versão da obra, revisada pelo próprio Weber, com diversos acréscimos, foi publicada em 1920. De modo que, para a consecução do presente trabalho, procurou-se analisar as duas versões, de forma comparativa, conforme a tradução de Mariani de Macedo, organizada por Antônio Flávio Pierucci, que traz a obra original destacando os aditamentos dados a esta na sua segunda versão, colocando-os entre colchetes⁹.

Tal obra está organizada em duas partes, uma na qual Weber trata do problema, que emerge à frente de si, procurando delimitá-lo, e outra na qual ele adentra a idéia de profissão do protestantismo ascético, central à sua tese.

A primeira parte está dividida em 3 capítulos, sendo que no primeiro ele procura analisar a confissão religiosa e a estratificação social¹⁰ a fim de determinar se existe uma relação entre estas duas coisas, se seria esta relação de causalidade e, em havendo tal relação e tal causalidade, em que direção ela fluiria. No segundo capítulo ele procura delimitar, ainda que não definitivamente, o que ele quer dizer por “espírito” do capitalismo. E no terceiro capítulo ele explora o conceito de vocação em Lutero, colocando essa vocação como seu objeto de pesquisa.

⁸ Costa (2021) nos informa que a Associação Internacional de Sociologia organizou em 1998 o Congresso Mundial de Sociologia em Montreal (Canadá), ocasião em que realizou uma avaliação crítica da herança sociológica no século XX. Assim, neste congresso, foi realizada uma pesquisa na qual foi solicitado aos membros que listassem os cinco livros mais influentes em seus trabalhos, como sociólogos. Nessa ocasião “A Ética protestante e o espírito do capitalismo” foi eleito o quarto livro mais influente do século.

⁹ A qual se fará referência ao longo de todo trabalho e que encontra-se nas Referências Bibliográficas.

¹⁰ Estratificação social, na sociologia, é um conceito que envolve a classificação das pessoas em grupos com base em condições socioeconômicas comuns. Segundo Johnson (1997, p. 172), “é o processo social através do qual vantagens e recursos tais como riqueza, poder e prestígio são distribuídos sistemática e desigualmente nas ou entre sociedades. A estratificação difere da simples desigualdade porque é sistemática. Baseia-se também em processos sociais identificáveis”.

A segunda parte, por sua vez, está dividida em dois capítulos. No primeiro são abordados os fundamentos religiosos da ascese intramundana¹¹ e a relação entre essa ascese e o capitalismo. Conclui-se com a tese de que a ideia de predestinação forneceu subsídios para a ideia de vocação, como ascese intramundana que confirma a salvação, dando o que faltava ao capitalismo para sua emergência¹². Portanto, é indispensável a qualquer um que queira saber como Weber via a ética protestante em relação à produção, distribuição e consumo de riquezas, voltar-se para esta obra¹³, o que é feito como ponto de partida para o restante deste trabalho, ao resumir seu conteúdo, abaixo.

1.1 Parte I – O problema

1.1.1 Confissão religiosa e estratificação social

Nesta obra, Max Weber começa por chamar a atenção do leitor para algo revelado pelas estatísticas ocupacionais dos países pluriconfessionais, notadamente de determinadas regiões do que seria hoje a Alemanha: o fato de que estas frequentemente apontavam para a predominância de protestantes na posição de proprietários do capital, empresários e ocupantes das camadas superiores da mão de obra qualificada técnica ou comercial das empresas modernas. Ele reconhecia que, em parte, isso poderia ocorrer devido a razões históricas, com a pertença a determinada confissão religiosa não configurando causa, mas consequência de fenômenos econômicos – como nos casos de riqueza hereditária, que teria possibilitado a posse inicial de capital e uma educação dispendiosa. Porém, se esse fosse o caso geral, não haveria uma predisposição particularmente forte das regiões economicamente mais desenvolvidas para mudanças na Igreja. Isso porque a ideia de que o desejo por emancipação do tradicionalismo

¹¹ Conforme Weber (2004) A ascese intramundana, ou ascetismo intramundano, é um tipo de ascetismo que, ao contrário da ascese extramundana, não busca a renúncia ao mundo e aos seus prazeres, mas sim a santificação e a realização espiritual dentro do mundo, através do trabalho e das atividades cotidianas.

¹² O historiador cristão Cairns alerta que “os deterministas geográficos e econômicos, junto com os biógrafos, constituem três das mais importantes escolas de história” e que “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber, na qual ele alega que o protestantismo levou ao surgimento do capitalismo, é um exemplo da escola econômica de interpretação. Esses intérpretes da história procuram as causas da história no homem, na natureza ou no processo” (Cairns, 2008, p. 17).

¹³ Berger (2018), sociólogo da religião e teólogo luterano, afirmou, por exemplo, que a análise weberiana é fundamental para o entendimento da gênese do mundo moderno e da sua relação com o protestantismo.

religioso veio na esteira da emancipação do tradicionalismo econômico não se sustenta, uma vez que a Reforma significou não tanto a eliminação da dominação eclesiástica sobre a vida, mas sua substituição por outras formas, mais presentes nas diversas áreas da vida, do que antes.

Além disso, ele percebe outros indícios que, nesse domínio, apontavam para uma relação de causalidade que segue da crença para a economia, não o contrário. Por exemplo, que dentre os bacharelados católicos, a porcentagem daqueles que saíam dos estabelecimentos modernos – destinados a preparar os alunos para os estudos técnicos e para as profissões comerciais e industriais – ficava notavelmente atrás da dos protestantes. Também que os artesãos católicos mostravam uma tendência mais acentuada a permanecer no artesanato, ao passo que os protestantes afluíam, em medida relativamente maior, para as fábricas.

Nesses casos, para Weber, resta estabelecido o fato de que os protestantes, “seja como camada dominante ou dominada, seja como maioria ou minoria, mostraram uma inclinação específica para o racionalismo econômico que não pôde ser igualmente observada entre os católicos” (Weber, 2004, p. 33). Logo, a razão desse comportamento distinto deveria ser “procurada principalmente na peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa (e não somente na respectiva situação exterior histórico-política)” (Weber, 2004, p. 34).

Assim, importava investigar primeiro quais foram, dentre os elementos dessa peculiaridade das confissões, aqueles que atuaram e em parte ainda atuavam na direção indicada. Aqui Weber alerta para a importância de não ceder às considerações superficiais, que tendem a ver a relação distante entre o catolicismo e o capitalismo como fruto do maior “estranhamento do mundo”; em oposição a suposta “alegria no mundo” dos protestantes. Contrariamente a isso, ele se propõe a formular, com a máxima nitidez possível, a relação de causalidade vislumbrada aqui. Isto, penetrando nas peculiaridades características nos mundos de pensamento religioso.

1.1.2 O “espírito” do capitalismo

Em seguida, ele enuncia, então, qual seria seu objeto de estudo: o “espírito” do capitalismo. Objeto este cuja peculiaridade é a de que seu sentido só poderia ser encontrado em um complexo de conexões, que se dão na realidade histórica, encadeados conceitualmente em um todo. O que faz com que um conceito definitivo não possa ser dado no começo da pesquisa. Razão pela qual ele oferece um documento, constituído por máximas de Benjamim Franklin, como delineamento provisório, do que se entende por “espírito” do capitalismo. Estas máximas

refletem não apenas uma técnica de vida, mas uma ética peculiar, cuja violação é tratada como uma espécie de falta com o dever, um *ethos*¹⁴.

Para Weber, essa ideia singular, da profissão como dever, é que caracteriza a ética social da cultura capitalista e tem para ela uma significação constitutiva. O capitalismo, dominando de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da seleção econômica, os sujeitos econômicos. Entretanto, esse fato exhibe de forma palpável os limites do conceito de seleção como meio de explicação de fenômenos históricos. Pois, para que essas condutas pudessem ter sido selecionadas, em detrimento de outras modalidades de conduta, primeiro elas tiveram que emergir como modo de ver portado por um grupo de pessoas. Portanto, é essa emergência de um modo de se ver que ele procura explicar. Até porque a disposição expressa nas passagens de Benjamin Franklin representa uma mudança no pensar, posto que, antes, tal disposição teria sido considerada expressão de avareza e, também, que ela não seria caracterizada, como fenômeno de massa, por uma simples entrega sem reservas à busca por pecúnia, visto que em algum grau isso sempre existiu.

Na verdade, foi precisamente esta última atitude, aliada ao tradicionalismo, um dos mais fortes obstáculos espirituais com que se defrontou a adaptação dos seres humanos aos pressupostos de uma ordem econômica de cunho capitalista. Vide que um dos meios técnicos que o empresário costuma aplicar para obter de seus operários o máximo possível de rendimento no trabalho, aumentando a intensidade do trabalho, é o salário por tarefa. Só que ao seguir por esse caminho, sem a correspondente mudança no “espírito” dos trabalhadores, surgiram dificuldades. Porque o aumento do pagamento por tarefa, sem tal pré-requisito, teve por resultado menor produtividade do trabalho, uma vez que os trabalhadores respondiam aos aumentos da remuneração com a diminuição da produtividade (e não incremento dela). Afinal, o ser humano não quer, por natureza, ganhar mais e mais dinheiro eternamente, mas, a partir de um ponto, simplesmente viver do modo como está habituado, ganhando o necessário para tal¹⁵.

¹⁴ Segundo Weber (2004, p. 51), “um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a ética”. Em sentido mais fraco, porém, *ethos* é termo genérico que vem usado frouxamente para designar um conjunto de impressões de traços tidos como característicos de um grupo, círculo social ou povo.

¹⁵ Na teoria econômica, conforme Varian (2006), isso é explicado pelos efeitos renda e substituição. As decisões de oferta de mão de obra são tomadas por indivíduos que escolhem a combinação mais satisfatória do trabalho com outras atividades (lazer). De forma que quando o salário do trabalho ofertado varia há esses dois tipos de

Também, o recorrer ao inverso, reduzindo os salários, como forma de forçar o trabalhador a produzir mais do que antes, para manter o mesmo ganho, teve seus limites. Isso, não só porque não havia um excedente populacional de trabalhadores do qual o empregador pudesse se servir, mas porque, mesmo havendo, há o problema da qualificação da mão-de-obra. Dado que um salário fisiologicamente insuficiente, no curto prazo, leva à simples queda de produtividade e, no longo prazo, a uma verdadeira “seleção dos mais incompetentes” (Weber, 2004, p. 54). Nesses casos o salário baixo não rende e seu efeito é o oposto do pretendido.

Isso demonstra que, a fim de que houvesse a adaptação dos seres humanos aos pressupostos de uma ordem econômica de cunho capitalista, se fazia indispensável uma disposição que não sucumbisse ao desejo de, com um máximo de comodidade e um mínimo de esforço, ganhar o salário de costume. Indispensável era uma disposição de executar o trabalho como se fosse um fim absoluto em si mesmo – como uma vocação. Disposição esta que, segundo Weber, não está dada na natureza e que, tampouco, pode ser suscitada diretamente – seja por salários altos, seja por salários baixos. Para ele, era a concepção do trabalho como fim em si mesmo, como vocação em uma profissão, que oferecia a base do capitalismo moderno.

Inclusive porque, independentemente do capital inicial para as operações, “por toda parte onde emerge e se efetiva, [o capitalismo] cria para si as provisões monetárias como meios de sua efetivação, não o contrário” (Weber, 2004, p.61), de forma que a acumulação primitiva de capital¹⁶ é secundária. A ordem econômica capitalista precisa é dessa entrega de si à vocação

efeitos que agem em sentidos contrários. A taxa a qual se poderia trocar o trabalho por lazer varia e o poder aquisitivo total conferido pelo salário do trabalho ofertado varia. Com um salário maior por hora, o indivíduo pode se dar ao luxo de trabalhar menos horas (e ter mais quantidade de lazer): este é o efeito renda. Entretanto, à medida que o salário aumenta, o custo do tempo dedicado ao lazer aumenta (em termos do salário que se perderia por não estar trabalhando), induzindo, assim, o indivíduo a trabalhar mais: este é o efeito substituição. Normalmente esse efeito é maior do que o efeito renda, pois quando a maior parte do tempo é dedicada ao lazer, basta um pequeno aumento nos salários para induzir o indivíduo a substituir o lazer por trabalho. Porém, é provável que, de forma geral, além de um determinado nível salarial, o efeito renda (negativo) de um aumento salarial supere o efeito substituição (positivo); nesse intervalo, um salário mais alto não teria efeito sobre a quantidade de trabalho ofertada ou até mesmo faria com que se reduzisse a sua oferta. Porém, em última instância, isso sempre dependerá das preferências deste indivíduo por renda, consumo e lazer.

¹⁶ Segundo Sandroni (1999), acumulação primitiva ou originária de capital é o processo de acumulação de riquezas ocorrido entre os séculos XVI e XVIII, que possibilitou a Revolução Industrial e que para Marx, se desenvolveu a partir: 1) da concentração de grande massa de recursos (dinheiro, ouro, prata, terras, meios de produção) nas mãos de um pequeno número de proprietários; 2) da formação de um grande contingente de indivíduos desprovidos de bens e obrigados a vender sua força de trabalho aos senhores de terra e donos de manufaturas.

de ganhar dinheiro. E embora, mesmo em sua época, o capitalismo já tivesse se libertado de seu aio na ética religiosa, a pergunta que permanecia era: de que círculo de ideias originou-se tal inclusão de uma atividade voltada puramente para o ganho na categoria de vocação?

Weber rebate o racionalismo como sítio original dessas ideias. Não que estas coisas não estivessem ligadas¹⁷. Afinal, o racionalismo econômico pode ser entendido como a estruturação do processo produtivo a partir de pontos de vista científicos, eliminando sua dependência dos limites fisiológicos da pessoa humana, que possibilitou aumento da produtividade do trabalho. Porém, o racionalismo, segundo Weber, é um conceito histórico que encerra um mundo de contradições. Além disso, para ele, interessa precisamente a origem do elemento irracional que habita o conceito de vocação.

1.1.3 O conceito de vocação em Lutero. O objeto da Pesquisa.

Weber procura rebater, também, a ideia de que tal conceito pudesse ser encontrado na própria língua alemã, na palavra “vocação” (*beruf*, em alemão)¹⁸. Sem negar, entretanto, que, em seus dias, houvesse essa conotação religiosa, de uma missão dada por Deus, para *beruf*. Mas constatando que, acompanhando a palavra ao longo da história, através das línguas de diferentes culturas, percebe-se que povos predominantemente católicos ignoraram tal sentido para ela. Logo, para Weber, aí não se acha implicada nenhuma peculiaridade etnicamente condicionada das respectivas línguas, mas um sentido que provinha do espírito do tradutor. Da sua imputação deste sentido à palavra. Isso, uma vez que, a seu ver, foi a valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas, como o mais excelso conteúdo que a autorrealização moral é capaz de assumir¹⁹, que teve por consequência inevitável a representação de uma significação religiosa do trabalho mundano de todo dia, conferindo esse sentido ao termo *beruf*.

Neste conceito, segundo Weber (2004, p.72)

¹⁷ Weber crê que o racionalismo econômico e a ideia de vocação estão ligadas, de fato. Mas conforme Willaime (2012) nos instrui, Weber procura explicitar os vínculos existentes entre a racionalidade econômica capitalista e o puritanismo, à luz das afinidades entre o protestantismo e o espírito empresarial, que se apoia na ideia de vocação.

¹⁸ Algo que também é visto na palavra inglesa *calling*.

¹⁹ Visão que se justificava com frases de Lutero como esta: “Esta é a liberdade cristã, nossa fé, que não faz que sejamos ociosos ou vivamos mal” (Lutero, 2019, p. 14).

ganha expressão, portanto, aquele dogma central de todas as denominações protestantes que condena a distinção católica dos imperativos morais em *praecepta* e *consilia* e reconhece que o único meio de viver que agrada a Deus não está em suplantar a moralidade intramundana pela ascese monástica, mas sim, exclusivamente, em cumprir com os deveres intramundanos, tal como decorrem da posição do indivíduo na vida, a qual por isso mesmo se torna a sua vocação profissional.²⁰

Em Lutero, essa ideia se desenvolve no decurso da primeira década de sua atividade reformadora. De início, em concordância com a tradição medieval; mas, à medida que a ideia de *sola fide*²¹ se tornava mais clara, em oposição aos *consilia* do monacato católico. Aumentando, assim, a significação da vocação numa profissão. Logo, a conduta de vida monástica passa a ser encarada como algo sem valor para a justificação perante Deus e, também, como produto de uma egoística falta de amor, que se esquivava aos deveres no mundo. Em contraste a essa conduta de vida monástica, o trabalho profissional no mundo aparece como expressão de amor ao próximo.

Assim, afirma Weber (2004, p. 75) que “o modo como a ideia de ‘vocação’, que nomeou esse feito, foi posteriormente desenvolvida passou a depender das subseqüentes formas de piedade que se desdobraram dali em diante em cada uma das igrejas saídas da Reforma”. Segundo ele, a autoridade da Bíblia, da qual Lutero julgava ter tirado a ideia de *beruf*, no conjunto pendia totalmente para uma orientação tradicionalista. Era somente que Lutero lia a Bíblia através das lentes de seu estado de espírito no momento. Algo de negativo, portanto, foi, de início, o único produto ético aqui: a supressão do afã de suplantar os deveres intramundanos pelos deveres monásticos.

Weber ressalta, porém, que assim como Lutero encontrou em Zuínglio²² um espírito outro que o seu, assim também seus herdeiros espirituais haveriam de encontrar um espírito

²⁰ Aqui Weber alude à distinção entre os preceitos dados por Deus cujo cumprimento é exigido de todos (os *praecepta*) e os supostos conselhos dados por Jesus, no Evangelho (os *consilia*), que o catolicismo institucionalizou como marcas de perfeição espiritual exigidas, não de todos os fiéis, mas apenas dos que se alistam nas ordens monásticas (como os votos de castidade e pobreza).

²¹ As Cinco Solas, do qual o *sola fide* faz parte, são frases em latim que representam cinco pilares da Reforma Protestante. São eles o *sola Scriptura* (somente a Escritura), *sola fide* (somente a fé), *sola gratia* (somente a graça), *solus Christus* (somente Cristo) e *solus Deo gloria* (glória somente a Deus). A justificação somente pela fé constitui um dos princípios teológicos básicos do protestantismo em geral, a começar do luteranismo.

²² Ulrico Zuínglio (1484-1531), o grande reformador suíço que precedeu João Calvino.

outro no calvinismo. Com mais razão o catolicismo considerou o calvinismo, desde o início até os dias de Weber, como seu verdadeiro adversário. A princípio por razões eminentemente políticas (Calvino se tornara o mentor intelectual da reforma dando a ela vigor). Mas, depois, pela peculiaridade ética do calvinismo. Pois este produziu uma relação entre vida religiosa e ação terrena de espécie totalmente diversa das que se produziram, quer no catolicismo, quer no luteranismo. Isso, a despeito de programas de reforma ética não terem sido o ponto de vista central de nenhum dos reformadores, cujo foco estava na salvação da alma.

Por isso, Max Weber admite que os efeitos culturais da Reforma foram em boa parte consequências imprevistas e mesmo indesejadas do trabalho dos reformadores. Assim, em suas próprias palavras, sua pesquisa trata-se “apenas de averiguar se, e até que ponto, influxos religiosos contribuíram para a cunhagem qualitativa e a expansão quantitativa desse ‘espírito’ mundo afora e quais são os aspectos concretos da cultura assentada em bases capitalistas que remontam àqueles influxos” (Weber, 2004, p. 83).

1.2 Parte II – A ideia de profissão do protestantismo ascético

1.2.1 Os fundamentos religiosos da ascese intramundana

Procedeu-se, assim, a examinar em quais pontos pode-se reconhecer determinadas afinidades eletivas²³ entre certas formas da fé religiosa e certas formas de ética profissional. Para, depois, tentar avaliar em que medida conteúdos culturais modernos são imputáveis, em sua gênese histórica, àqueles motivos. Por isso, a segunda parte do livro, voltada à ideia de profissão do protestantismo ascético, inicia-se explorando os fundamentos religiosos dessa ascese intramundana.

Para Weber, os portadores históricos do protestantismo ascético são essencialmente de quatro espécies: 1) o calvinismo, na forma que assumiu nas principais regiões da Europa ocidental, particularmente no decorrer do século XVII; 2) o pietismo; 3) o metodismo; e 4) as

²³ Michael Löwy (1989) define essas “afinidades eletivas” como um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta. Diz ele que trata-se de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar até a fusão.

seitas nascidas do movimento anabatista. Diz ele que, nenhum desses movimentos se achava absolutamente isolado entre si e das igrejas não ascéticas.

Apesar das diferenças dogmáticas assumirem formas e combinações variadas, e de que estas muitas vezes estivessem estiolando em seus dias, Weber diz que esses dogmas deixaram fortes vestígios na ética subsequente. Inclusive na vida prática. Logo, é somente o conhecimento destes que vai permitir que se compreenda o modo como aquela moralidade prática se prendia à ideia de um Outro Mundo, “sem cuja esmagadora ascendência na época não teria se concretizado nenhuma renovação moral que influísse seriamente na *práxis*” (Weber, 2004, p. 89). Porque o que importava para Weber era rastrear os estímulos psicológicos criados pela fé religiosa e pela prática de um viver religioso que teriam dado a direção da conduta de vida e que mantinham o indivíduo ligado nela. Mas, esses estímulos brotavam, em larga medida, da peculiaridade das próprias representações da fé religiosa. O que tornava inevitável, para ele, o desvio por algumas considerações dogmáticas, relatadas abaixo.

1.2.1.1 Calvinismo

O calvinismo é apontado como tendo a base mais sólida para a construção do “espírito” capitalista. E ele apontará a doutrina da predestinação como o mais característico dos seus dogmas. Por isso ele segue citando a doutrina da predestinação, tal como consta da Confissão de Westminster de 1647. Mais especificamente nos seus capítulos III, V, IX e X. Para Calvino, não é Deus que existe para os seres humanos, mas os seres humanos que existem para Deus, e todo acontecimento pode ter sentido exclusivamente como um meio, em vista do fim que é a autoglorificação da majestade de Deus. Inclusive, o fato de que uma parte dos seres humanos está salva e a outra condenada (inalteravelmente), sem que mérito humano ou culpa humana²⁴ tenham contribuído para fixar esse destino. Assim, uma vez estabelecido que seus decretos são imutáveis, a graça de Deus é tão imperdível por aqueles a quem foi concedida, como inacessível àqueles a quem foi recusada. Ninguém pode ajudar aos perdidos, nesse sentido. Nenhuma igreja, pregador ou sacramento. Quanto ao cristão eleito, ele existe para isto e apenas para isto:

²⁴ Por óbvio que na Teologia Reformada o homem carrega em si a culpa do pecado original e dos seus próprios pecados, de forma que aqui se está apenas retratando como Weber vê essa questão.

para fazer crescer no mundo a glória de Deus, cumprindo os mandamentos dele. Mas Deus quer do cristão uma “obra social porque quer que a conformação social da vida se faça conforme seus mandamentos” (Weber, 2004, p. 99), orientada para aumentar a sua glória.

Aqui o amor ao próximo expressa-se em primeiro lugar no cumprimento da missão vocacional-profissional imposta pela Lei Natural²⁵, e nisso ele assume um caráter peculiarmente objetivo-impessoal: trata-se de um serviço prestado à conformação racional do cosmos social que nos circunda. Mas, o problema decisivo para Weber é saber como cada fiel individualmente relegava todos os outros interesses a segundo plano sem saber se era, de fato, eleito. O indivíduo poderia certificar-se de sua própria eleição somente contentando-se em conhecer o decreto de Deus e perseverando na confiança em Cristo, operada pela verdadeira fé. Os eleitos são e permanecem, portanto, a Igreja invisível de Deus. Assim, segundo Weber, de um lado, torna-se um dever considerar-se eleito e repudiar toda e qualquer dúvida como tentação do diabo, e, de outro, distinguir-se o trabalho profissional sem descanso como o meio mais saliente para se conseguir essa autoconfiança. O reformado também queria salvar-se *sola fide*²⁶. Entretanto, “dado que já na visão de Calvino os simples sentimentos e estados de espírito, por mais sublimes que possam parecer, são enganosos, a fé precisa se comprovar por seus efeitos objetivos a fim de poder servir de base segura para a *certitudo salutis*²⁷” (Weber, 2004, p.104-105). Portanto, na visão de Weber, por mais incapazes que sejam as boas obras para obter a bem-aventurança eterna, elas não deixam de ser sinais da eleição e o meio técnico de perder o medo de não a ter.

Com isso, Weber dirá que o que o Deus do calvinismo exige dos seus não boas obras isoladas, mas uma “santificação pelas obras erigida em sistema” (Weber, 2004, p. 107). A práxis ética foi, assim, “despida de sua falta de plano de conjunto e sistematicidade e convertida num método coerente de condução da vida como um todo” (Weber, 2004, p. 107) – “racionalizada de ponta a ponta em seu percurso intramundano e dominada por um ponto de vista exclusivo: aumentar a glória de Deus na terra” (Weber, 2004, p. 107). É essa

²⁵ Ordens do mundo criadas segundo determinados fins.

²⁶ Somente pela fé.

²⁷ Certeza da salvação.

racionalização, diz ele, que conferiu à piedade reformada seu traço especificamente ascético²⁸. Não que, já na Idade Média, outras formas de ascese cristã não carregassem em si um caráter racional, mas que na racionalidade vista aqui há a supressão dos *consilia evangelica* e, com isso, a transformação da ascese em puramente intramundana.

Além disso, que o calvinismo, na sequência de seu desenvolvimento, acrescentou a isso um aporte positivo: a ideia da necessidade de uma comprovação da fé na vida profissional mundana. Fornecia-se, assim, a amplas camadas de naturezas com pendor religioso o estímulo positivo da ascese, com sua ética ancorada na doutrina da predestinação.

Evidentemente, segundo Weber, a Bíblia forneceu a essa conduta de vida ascética a norma fixa pela qual ela sempre podia se orientar e da qual manifestamente precisava. No calvinismo, o Antigo Testamento erguia-se de igual para igual com o Novo Testamento em matéria de dignidade. Isso porque era tão inspirado quanto o Novo em seus preceitos morais escritos, eximindo os fiéis de seu cumprimento somente quando estes eram visivelmente aplicáveis somente às condições históricas do judaísmo ou quando tivessem sido revogados por Cristo. Para os crentes calvinistas, portanto, a Lei fora dada como norma ideal, jamais totalmente executável e, no entanto, válida. Uma cristianização que penetrava a existência inteira foi a consequência dessa metódica da conduta de vida ética exigida pelo calvinismo, em contraste com o luteranismo.

A doutrina da predestinação do calvinismo foi somente uma entre muitas possibilidades. No entanto, em destaque pela sua singularidade, não apenas por sua coerência absolutamente única, mas também por sua eficácia psicológica absolutamente formidável. Os movimentos ascéticos não calvinistas, considerados puramente do ponto de vista da motivação religiosa de sua ascese, aparecem a Weber, desde logo, como atenuações da coerência interna do calvinismo. Motivo pelo qual ele apenas pontua algumas diferenças entre os demais portadores históricos do protestantismo ascético e o calvinismo, dando destaque a esse.

²⁸ Nas palavras de Schluchter (2011, p. 98), nessa racionalização “somos forçados a tomar posição ante o mundo e dar sentido a este”.

1.2.1.2 Pietismo

Segundo Weber, historicamente, a ideia da predestinação também foi o ponto de partida para o Pietismo e, enquanto esse movimento se manteve na Igreja Reformada, era praticamente impossível traçar uma fronteira nítida entre os calvinistas pietistas e os calvinistas não pietistas. Porém, com o passar do tempo, tamanha foi a ênfase que recaiu nas práticas piedosas, que a ortodoxia dogmática passou a segundo plano. O pietista queria puxar para a terra e tornar visível a Igreja invisível dos santos, permanecendo com a certeza da própria regeneração mesmo nos aspectos externos e mais corriqueiros de sua conduta de vida. O traço comum a todo pietismo era saborear já neste mundo, em ascese intensificada, a comunhão com Deus em sua bem-aventurança. Pretensão que tinha parentesco íntimo com a *unio mystica*²⁹ luterana, que levava, muitas vezes a um cultivo do lado sentimental da religião mais pronunciado³⁰. Essa era a marca decisiva do pietismo no campo calvinista. O desenvolvimento do pietismo alemão em terreno luterano afastou-se desde logo do terreno da doutrina da predestinação. Mas o pietismo significou unicamente a penetração da conduta de vida ascética, até mesmo em zonas de religiosidade não calvinista (como a luterana). A criação de uma ética profissional racional à maneira dos calvinistas foi com isso retardada, mas não excluída.

1.2.1.3 Metodismo

A junção de uma religiosidade sentimental, porém ascética, com uma crescente indiferença pelos fundamentos dogmáticos da ascese calvinista caracteriza também a contrapartida anglo-americana do pietismo continental: o metodismo. Seu nome já revela o que saltava aos olhos dos contemporâneos como próprio de seus seguidores: a sistematização metódica da conduta de vida com o fim de alcançar a certeza da salvação. Diz Weber, que:

segundo a doutrina de Wesley, que representa não só uma radicalização consequente da doutrina da santificação, mas também um desvio decisivo de sua versão ortodoxa,

²⁹ Em Weber (2004), união que faz a fusão da alma com Deus: conceito-chave da mística ocidental, que é predominantemente católica e judaica, e menos protestante.

³⁰ Segundo Cairns (2008), as controversias surgidas no meio luterano, entre 1529-1580, fizeram com que seus adeptos se tornassem muito cômicos da importância da doutrina e da necessidade de mantê-la correta. Porém, em certas épocas, essa ênfase gerou uma ortodoxia fria e acadêmica propensa a ignorar os aspectos subjetivos do cristianismo. Assim, o movimento pietista teria surgido, no século XVII, como uma reação a essa tendência.

quem dessa forma renasce ou se regenera é capaz de obter já nesta vida, por força do efeito da graça sobre si, a consciência da perfeição no sentido de ausência de pecado, através de um segundo processo interior, que de regra acontece à parte e não raro de improviso: a “santificação”. (Weber, 2004, p. 127)

Por difícil que fosse atingir essa meta, imprescindível seria ambicionar por ela, uma vez que é ela que garante em definitivo a certeza da salvação. Apesar da significação decisiva da auto evidência do sentimento, ficava mantida a adesão a uma conduta santa de acordo com a Lei. Aqui surgiram dificuldades, pois para os metodistas que seguiam a doutrina da predestinação, deslocar a certeza da salvação, de uma consciência da graça que está constantemente sendo comprovada na própria conduta de vida ascética, para o sentimento imediato da graça e da perfeição, significava que das duas uma: ou se caía na interpretação antinomista da liberdade cristã, colapsando a conduta de vida metódica, ou se atingia uma autoconfiança que atingia alturas vertiginosas: “uma exacerbação do tipo puritano pela via do sentimento” (Weber, 2004, p. 129). O metodismo aparece assim, à consideração de Weber, como uma edificação apoiada em alicerces éticos tão vacilantes quanto o pietismo.

O ato emocional da conversão era suscitado metodicamente e, uma vez alcançado, não irrompia um gozo piedoso de estar em comunhão com Deus, mas, de pronto, o sentimento despertado era canalizado para os trilhos do empenho racional na perfeição. Os sinais da mudança de conduta, indispensáveis para controle da verdade da conversão, como sua condição, eram a bem da verdade exatamente os mesmos que no calvinismo. Assim, Weber afirma que, na discussão da ideia de vocação profissional, basicamente pode-se deixar de lado o metodismo, uma vez que, como fruto tardio, não contribuiu com nada de novo para seu desdobramento.

1.2.1.4 Seitas anabatistas e batistas

O pietismo da Europa continental e o metodismo dos povos anglo-saxões, tanto em seu conteúdo conceitual como em seu desenvolvimento histórico, são fenômenos secundários. Mas o segundo a ocupar, ao lado do calvinismo, a posição de portador autônomo da ascese protestante é o anabatismo. Com ele chega-se às comunidades religiosas cuja ética repousam sobre um fundamento que é por princípio heterogêneo em relação à doutrina reformada: a comunidade religiosa passou a ser vista exclusivamente como uma comunidade daqueles que se tornaram pessoalmente crentes e regenerados, e só destes. Por isso, o ato de batizar exclusivamente adultos que tivessem encontrado a fé em seu íntimo e que a professassem.

Aqui, a justificação por essa fé era radicalmente distinta da ideia de uma imputação forense do mérito de Cristo. Consistia, antes, na apropriação interior de sua obra de redenção e implicava revelação individual. Diante disso, entra em franco retrocesso a significação da fé no sentido de conhecimento da doutrina da Igreja, mas também no sentido de obtenção penitente da graça divina, ao mesmo tempo que ocorre um renascimento das ideias pneumático-religiosas encontradas no cristianismo primitivo. Rigorosa evitação do mundo foi o que resultou para as primeiras comunidades anabatistas. Segundo Weber (2004, p. 132),

A conduta de vida bíblica foi pensada na primeira geração de anabatistas, tanto os da Suíça quanto os do Sul da Alemanha, de forma tão radical quanto aquela que se encontra originalmente em São Francisco: como brusco rompimento com todo contentamento com o mundo e uma vida segundo o estrito modelo dos apóstolos

Daí a ênfase não na perpetuação da palavra, como um documento escrito, mas como uma potência do Espírito Santo atuante na vida diária do crente.

O afastamento interior perante o mundo e seus interesses e a submissão incondicional ao domínio de Deus, que fala à consciência, eram as únicas marcas infalíveis de uma efetiva regeneração. Mas, psicologicamente, o caráter especificamente metódico da moralidade dos anabatistas repousava antes de tudo na ideia de espera perseverante pela ação do Espírito.

Entretanto, se nessas visões se instalava uma diluição da concepção calvinista de vocação profissional, por outro lado, aumentava substancialmente a intensidade do interesse profissional de cunho econômico, e isso por diversos fatores. Primeiro, pela recusa de assumir cargos públicos, originalmente concebida como um dever religioso decorrente do afastamento do mundo. Também pela hostilidade ao estilo de vida aristocrático. Assim, toda a metódica sóbria e conscienciosa conduta de vida anabatista era canalizada para a vida profissional apolítica, notadamente no mundo dos negócios.

1.2.2 Ascese e capitalismo

No último capítulo da sua obra, depois que se deslindou a fundamentação religiosa da ideia puritana de vocação profissional, Weber procura acompanhá-la em seu efeito sobre a vida de negócios. Para “discernir o nexos entre as concepções religiosas fundamentais do protestantismo ascético e as máximas de vida econômica cotidiana”, Weber (2004, p. 141) recorreu “àqueles textos teológicos que manifestamente nasceram da *práxis* pastoral da cura de almas”. Mais especificamente, dos textos de um representante do puritanismo inglês (movimento nascido do calvinismo), cujos escritos têm caráter prático e pastoral: Richard

Baxter. O que primeiro salta à vista, nos seus juízos sobre a riqueza e sua aquisição, é justamente a ênfase nos elementos ebionitas³¹ do Novo Testamento. Ou seja, a riqueza como tal é um grave perigo, de tentações contínuas. A ambição por ela era vista como sem sentido, diante da significação suprema do reino de Deus, além de moralmente reprovável.

Efetivamente condenável em termos morais era o descanso sobre a posse, abandonando-se a aspiração a uma vida santa. Única razão pela qual ter posses seria reprovável. O tempo de vida é curto e precioso e deve ser usado para consolidar a própria vocação. Precioso, porque cada hora perdida era vista como trabalho subtraído ao serviço da glória de Deus.

Em Baxter³², são abolidas as exceções ao dever ético de trabalhar, mesmo para os ricos. A todos, sem distinção, a Providência divina pôs à disposição uma vocação, um chamado, que cada um deverá reconhecer e nela trabalhar. Quanto à especialização das profissões, ela leva ao incremento quantitativo e qualitativo do rendimento do trabalho, servindo, assim, ao bem comum. Não o trabalho em si, mas o trabalho profissional racional³³, é o que Deus exigiria.

A utilidade de uma profissão com o respectivo agrado de Deus se orienta em primeira linha por critérios morais e, em seguida, pela importância que tem para a coletividade, mas há um terceiro ponto de vista: a capacidade de dar lucro. Pois, se Deus indica a um dos seus uma oportunidade de lucro, é porque existe uma intenção ao fazer isso. Logo, o cristão de fé tem que seguir esse chamado e aproveitar a oportunidade. Segundo Weber (2004) a riqueza era vista pelos puritanos como reprovável precisamente e somente como tentação de abandonar-se ao ócio. Quando, porém, ela advinha como fruto do desempenho do dever vocacional, era moralmente lícita e até mesmo um mandamento.

Pontos nos quais a concepção puritana de vocação profissional e a exigência de uma conduta de vida ascética influenciam diretamente o desenvolvimento do estilo de vida

³¹ Referência a uma seita judaizante surgida nos primórdios do cristianismo, rigidamente apegada à Lei mosaica. O nome ebionitas (do hebraico *ebyôn*, “pobre”) alude a uma vida de pobreza.

³² Principalmente nos livros “O Descanso Eterno dos Santos” (1650) e “Diretório Cristão” (1673).

³³ Para Willaime, concordando com Weber, “seria, efetivamente, a racionalidade que diferenciaria o capitalismo ocidental de outras formas de capitalismo. Considerar o trabalho como um dever religioso, praticar o despojamento intramundos e se comportar racionalmente, esses constituem os elementos de *éthos* puritano que teriam proporcionado, juntamente com outros fatores, o desenvolvimento do capitalismo ocidental” (Willaime, 2012, p. 58).

capitalista são a ascese que se volta com força total contra o gozo descontraído da existência e a favor da ideia de obrigação do ser humano para com a propriedade que lhe foi confiada.

Para Weber (2004, p. 155),

A ascese protestante intramundana [...] agiu dessa forma, com toda a veemência, contra o gozo descontraído das posses; estrangulou o consumo, especialmente o de luxo. Em compensação, teve o efeito psicológico de liberar o enriquecimento dos entraves da ética tradicionalista, rompeu as cadeias que cerceavam a ambição de lucro, não só ao legalizá-lo, mas também ao encará-lo como diretamente querido por Deus.

Algo ainda mais importante, porém, foi a valorização religiosa do trabalho profissional no mundo, de forma sistemática, como meio ascético supremo e comprovação da regeneração. O que é uma alavanca poderosa para a concepção de vida chamada de “espírito” do capitalismo.

O resultado do estrangulamento do consumo com a desobstrução da ambição de lucro foi a acumulação de capital mediante a coerção ascética à poupança, que permitiu o investimento inicial de capital. O “espírito” capitalista pôs, à disposição do empresário “trabalhadores sóbrios, conscienciosos, extraordinariamente eficientes e aferrados ao trabalho” (Weber, 2004, p. 161). Ainda por cima, dando a esses trabalhadores a reconfortante certeza de que a repartição desigual dos bens deste mundo era obra toda especial da divina Providência. Ademais, ao beneficiar a conduta de vida burguesa economicamente racional, preparava-se o caminho para o *homo oeconomicus*³⁴.

No que tange ao contentamento com a pobreza, que acabou funcionando como um *leitmotiv*³⁵ da economia capitalista e que iria desembocar na teoria da produtividade dos baixos salários, Weber, diz que a ascese protestante em si não trouxe nenhuma novidade. Apenas que ela não apenas aprofundou ao máximo esse ponto de vista, como fez mais, produziu aquilo que importava para sua eficácia, isto é, o estímulo psicológico, quando concebeu esse trabalho como vocação profissional – como o meio de uma pessoa se certificar do estado de graça. Por outro

³⁴ Nome dado ao conceito teórico econômico de modelo de homem como agente racional e maximizador de bem-estar. Segundo Sandroni (1999) é um conceito criado pelos economistas da escola clássica (Adam Smith, David Ricardo etc).

³⁵ Ideia ou fórmula que reaparece de modo constante em obra literária, discurso publicitário ou político, com valor simbólico e para expressar uma preocupação dominante.

lado, legalizou a exploração dessa disposição específica para o trabalho pelo empresário, ao interpretar a sua atividade lucrativa, também, como vocação profissional.

Assim, “um dos elementos componentes do espírito capitalista moderno, e não só deste, mas da própria cultura moderna: a conduta de vida racional fundada na ideia de profissão como vocação [...] nasceu do espírito da ascese cristã” (Weber, 2004, p.164). Pois, para ele

a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu com sua parte para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que determinava com pressão avassaladora o estilo de vida de todos que nascem nessa engrenagem. (Weber, 2004, p. 165)

Na opinião de Baxter, conforme citado por Weber, o cuidado com os bens exteriores devia pesar sobre os ombros de seu santo apenas “qual leve manto de que se pudesse despir a qualquer momento” (Weber, 2004, p. 165). Weber assevera, que quis o destino, porém, que o manto virasse uma rija crosta de aço. Isso, uma vez que, “no que a ascese se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo os seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e, por fim, irresistível sobre os seres humanos como nunca na história” (Weber, 2004, p. 165). Porém, à sua época, seu “espírito” havia livrado-se dessa crosta religiosa. Pois, o capitalismo vitorioso, em todo caso, não precisava mais desse arrimo.

1.3 Conclusão

Pode-se ver que a tese de Weber, embora limitada em sua teologia e, portanto, em algumas de suas conclusões, não é de modo algum simplória. Razão pela qual mereceu um papel de destaque, por exemplo, na análise empreendida por Biéler (2017) ao rebater as críticas feitas aos calvinistas e seus efeitos sobre a economia e a sociedade, de forma geral. Ainda que ele seja omissos ou, pelo menos, negligente em relação a aspectos centrais da Teologia Reformada, como a majestade soberana de Deus e a visão pactual.

Sua perspicácia é vista nas críticas veladas a um inimigo comum, ou seja, ao marxismo (como compreendido em seu sentido clássico). Isso porque, por pelo menos três momentos nesta obra, ele rebate concepções oriundas de seu predecessor na constituição do que seria a Sociologia, Karl Marx. Em primeiro lugar, por colocar como algo de menor importância, na adaptação dos seres humanos aos pressupostos de uma ordem econômica de cunho capitalista,

o exército industrial de reserva³⁶. Em segundo lugar, quando chama a concepção de que as ideias são geradas como reflexo da superestrutura de situações econômicas, do materialismo histórico, de ingênua. Em terceiro lugar, ao afirmar a desnecessidade de um acúmulo primitivo de capital como algo imprescindível para o surgimento do capitalismo.

Entretanto, no que concerne a esse trabalho, o importante é essa concepção em relação a riqueza e os elementos que atuaram como motivação para adquiri-la, distribuí-la e determinar seu uso e, de que maneira isso reflete fielmente ou não a teologia reformada quanto à sua compreensão e prescrição sobre esses aspectos da vida, dando, assim, a oportunidade de descrever a visão calvinista, derivando algumas orientações da Palavra, conforme consta na tradição reformada, para as igrejas e seus membros. O que será visto nos capítulos a seguir. Antes, porém, impõe-se uma passada nos principais textos bíblicos que fundamentam as diversas visões quanto à riqueza, o trabalho e o descanso.

³⁶ Segundo Sandroni (1999), exército industrial de reserva é uma expressão empregada por Karl Marx para se referir à população de trabalhadores desempregados ou subempregados que estão disponíveis para serem empregados a qualquer momento. Marx analisou a existência do exército industrial de reserva como um fenômeno inerente à própria produção capitalista.

CAP. 2 – A BÍBLIA E AS RIQUEZAS

O que Deus quer que se pense e ensine acerca da riqueza? Antes de analisar a Confissão de Fé de Westminster (CFW) como é citada em Weber, em seu *magnum opus*, impõe-se recorrer à Palavra. Assim, é necessário voltar-se para os textos do Antigo Testamento (AT) e do Novo Testamento (NT) que versam sobre o assunto.

2.1 O Antigo Testamento

Para trazer à lume os textos mais pertinentes do Antigo Testamento, quanto ao tema, procurou-se explorá-los com base na divisão tradicional da bíblia hebraica (*Tanak*), em Lei (*Torá*), Profetas (*Nevi'im*) e Escritos (*Ketuvim*). Segundo essa divisão, a Lei tende a ter certa proeminência, posto que ela é vista, por muitos, como a base sob a qual o edifício hermenêutico do Antigo Testamento é erigido. Hill (2007), por exemplo, afirma que o Pentateuco foi a primeira coleção literária reconhecida como Escritura pela comunidade judaica e que, como tal, é a parte mais importante do cânon hebraico. No livro de Gênesis, por sua vez, os onze primeiros capítulos tem proeminência, posto que, conforme notado por Schaeffer (2014), ali se tem basicamente toda a cosmovisão cristã delineada, ainda que de forma seminal.

Na narrativa da Criação vemos que Deus criou algo bom, o que é ressaltado pela declaração divina após cada estágio da Criação (Gn 1.4,10,12,18,21,25,31). Wright (1995) nota que a bênção e a abundância do Jardim do Éden foram criadas para que os humanos as apreciassem e desfrutassem. Em distinção ao restante da ordem criada, Deus forma os seres humanos à sua imagem (Gn 1.26) e lhes dá domínio, ou governo, sobre toda a terra (Gn 1.26, 28). Isso, a fim de que fossem representações físicas suas, na Terra, cultivando e guardando ao Jardim, paradigma elevado de riqueza. Na verdade, afirma Motyer (2010) que, por ser imagem e semelhança de Deus, o ser humano foi criado para ser o vice-regente de todo o cosmo. Assim, diferentemente de muitas religiões, o cristianismo reformado retrata o trabalho como parte do plano de Deus. Mas, de forma equilibrada, pois também o *Shabbat* é instituído. À medida que separa para si o 7º dia, Deus soberanamente celebra Sua obra completa, bem como abençoa a criação com o descanso. O trabalho é necessário, mas não deve roubar a atenção devida a Ele.

Segue-se a Queda, motivada, pelo menos em parte, pelo amor a este mundo, em oposição ao amor a Deus. O que é visto nas declarações de que a mulher viu que árvore era boa para se comer, agradável aos olhos e desejável para dar entendimento (Gn 3.6). Apelo ao

sentidos que se fez repetir na tentação de Cristo (Mt 4.8-11) e que ecoa em 1 Jo 2.16. Seguem-se, então, as maldições decorrentes da Queda. Todos os relacionamentos e, conseqüentemente, o cumprimento dos mandatos dados ao Homem, foram afetados. Dentre os relacionamentos afetados está aquele do homem com a Criação. O homem passaria a experimentar uma luta continua com a terra – que, agora, resistiria aos seus esforços, para dela extrair sustento e, por fim, o engoliria. A humanidade é expulsa do Jardim do Éden.

Após a expulsão deste Paraíso de delícias, têm-se o primeiro homicídio, relacionado à entrega a Deus da produção pessoal. Denotando, assim, a relação entre produção e culto, vista no próprio fato de que as palavras “culto” e “cultura” tem origem na palavra “cultivo” (Gonzalez, 2011, p. 14). Posteriormente, a criatividade humana expressa em produção artística, metalúrgica e agropecuária, desenvolve-se; mas, primeiramente, pela descendência caída, com propósitos ruins (Gn 4.19-22). Em pouco tempo todo ser humano, à exceção de Noé, se corrompe e a maldade se multiplica. Deus decide, então, dar cabo de toda a carne. É interessante que Noé (cujo nome deriva de “descanso”) – supostamente aquele que os consolaria dos trabalhos e das fadigas de suas mãos na terra que o Senhor havia amaldiçoado (*cf.* Gn 5.29) – deveria agora trabalhar para, sob orientação divina, produzir uma arca, livrando sua família do dilúvio. Assim, a inventividade e a produção do homem seria redimida para fins benéficos.

Porém, após o dilúvio e a nova aliança de Deus com a humanidade, o homem se vê, mais uma vez, envolvido em pecado, tendo como pano de fundo sua atividade produtiva. Notadamente, a produção vinícola, de onde Noé tira o vinho com o qual se embriaga, levando à condenação de Cam. Agora, a partir da descendência de Cam, alianças humanas são estabelecidas não em louvor a Deus, mas em oposição a ele. Especialmente a partir de Ninrode, cidades ímpias e ricas e a torre de Babel são construídas. Isso, a partir de novas tecnologias em edificações. Tijolos cozidos e betume servem a esse propósito. A humanidade, mais uma vez, tenta fazer seu nome grande, se autoafirmando em suposta autosuficiência, unindo-se contra Deus. Mais uma vez Deus intervém. As línguas são confundidas e o povo é espalhado. Segundo Carriker (1992, p.39-40), Babel “veio a simbolizar na Bíblia a devassidão crescente de uma sociedade ateísta, opressora (Dt 3), pretensiosa, sensual, feiticeira (Is 47.8-13) e rica”.

Deus, então, levanta um indivíduo para, a partir de sua família, alcançar todas as famílias da terra: Abraão. Ele seria abençoado a fim de ser uma bênção para as nações (12.7; 15.18; 17.8; 22.17). Em Gênesis 12.16 vemos que ele começa a acumular ovelhas, bois, jumentos e escravos e que em Gênesis 13.1-2 ele é declarado como “muito rico”. Porém, nestes últimos versículos citados, sua posse é destacada para mostrar como isso vinha criando

dificuldades com seu sobrinho. Abraão não havia saído completamente de sua parentela. Agora Deus usa as riquezas para cumprir esse propósito. Não obstante, quando confrontado com a necessidade de escolher para onde ir, Abraão não escolhe a terra mais rica. Mais tarde, quando resgata Ló, ele também se recusa a reter qualquer coisa do rei de Sodoma para que não se dissesse que este rei o havia enriquecido. Embora, na mesma ocasião, ele não tenha visto problema nenhum em dar o dízimo a Melquisedeque, servo do Deus Altíssimo. Sobre Abraão e as promessas recebidas cumpre ainda ressaltar que, em Gênesis 15, Deus diz que sua descendência tudo perderia, sendo escravizada, mas que, depois, sairia com grandes riquezas.

As riquezas acumuladas pelos patriarcas são evidenciadas várias vezes. Abraão, Isaque e Jacó residem temporariamente em Canaã, mas a nenhum deles é permitido permanecer definitivamente. Todos foram abençoados com riquezas, mas Jacó teve que trabalhar pesadamente por isso. Mesmo assim ele cedeu parte delas a Esaú como oferta de paz (Gn 33).

Finalmente, em Gênesis, temos a história de José e de como ele chega ao poder no Egito, tornando-se um bom governante e acumulando as fartas colheitas de grãos para os anos de fome por vir (Gn 41). Blomberg (2024) lembra que os esforços de distribuição de José durante a fome demonstram um cumprimento precoce da promessa de Deus de que seu povo seria uma bênção para as nações. Quanto aos aspectos econômicos pertinentes aqui, além da lição acerca da necessidade de se poupar, há a depressão econômica que leva os povos a buscar recursos para sua subsistência no Egito. Também se tem a forma pela qual se ajuda tais povos. Em nenhum momento os grãos são dados sem nenhuma contrapartida.

A primeira metade de Êxodo conta a história da libertação do povo de Deus sob a liderança de Moisés. Neste trecho, se concretiza a promessa feita a Abraão de que seu povo seria escravizado mas, ultimamente, sairia com grandes riquezas. Riquezas estas que podem ser vistas naquilo que foi despendido na criação de Moisés (pela filha do Faraó), na preservação dos bens dos israelitas durante as pragas, na preservação da vida dos primogênitos³⁷ durante as pragas e naquilo que os egípcios deram aos israelitas na sua partida. Mas, observe que essas

³⁷ Keller (2018, p. 28-29), citando Jon Levenson, um erudito judeu que escreveu *The Death and Resurrection of the Beloved Son*, lembra que as culturas antigas não eram tão individualistas quanto as atuais. As esperanças e sonhos das pessoas nunca se referiam ao sucesso, à prosperidade ou à proeminência pessoais, mas do clã. E nesse contexto os primogênitos representavam o futuro do clã, dado que eles herdariam a maior parte das terras e das riquezas.

essas riquezas não são dadas aos israelitas como um fim em si mesmo. Grande parte delas vão, ultimamente, para construção do Tabernáculo, dos seus utensílios e das vestes sacerdotais. Nesse contexto, os primogênitos também são vistos como riquezas que deveriam ser consagradas a Deus (Êx 13) e resgatadas, como se vê em Números 3.

Posteriormente, em Êxodo, se vê a provisão de alimento físico ao povo (maná), que os ensinava a viver na dependência diária de Deus. Segue-se o decálogo, o resumo da Lei Moral dado ao povo. Nele constam três mandamentos especialmente pertinentes ao tema: o quarto, o oitavo e o décimo mandamentos. O quarto por lembrar ao povo da necessidade de, a cada sete dias, cessar as atividades ordinárias, incluindo o trabalho, a fim de se dedicasse, exclusivamente, à adoração a Deus, colocando a vida em perspectiva quanto ao uso do tempo. O oitavo, por declarar que existem direitos de propriedade – ainda que atenuados pela ideia de que, na verdade, cristãos são mordomos da criação – uma vez que se há uma proibição do furto, entende-se que existem coisas que não são de uso coletivo ou comum. O décimo, por ressaltar que não só as práticas associadas à quebra do quarto e do oitavo mandamento são condenadas, mas as próprias afeições e as motivações desorganizadas, que levam a essas quebras, também.

Segundo Vasholz (2018, p. 8), “o livro de Levítico informa seus leitores sobre como a nação de Deus deve agir quando ele está em seu meio; isto é, como deve ser regulada a vida na comunidade ao redor da Tenda da Congregação”. Ou seja, tal livro apresenta uma percepção de como um povo pecaminoso pode ter comunhão com um Deus santo. Destaca-se neste livro o *Shabbat*, a Festa dos Tabernáculos, o Ano Sabático e o Ano do Jubileu. Descansos dentro de descansos. Um descanso a cada sete dias, um descanso a cada sete meses (na Festa dos Tabernáculos), um descanso a cada sete anos (no Ano Sabático) e um descanso a cada sete anos sabáticos (no Ano do Jubileu). Momentos quando se celebrava a libertação da escravidão para a adoração e apontava-se para o descanso eterno. Nestes a visão acerca da vida era recalibrada das preocupações e dos ganhos ordinários para o Doador e Mantenedor de toda a vida.

Dignas de nota são as leis a favor dos pobres e dos escravos associadas aos anos festivos. A cada Jubileu as terras deveriam retornar aos seus detentores originais, as dívidas deveriam ser perdoadas e os escravos libertos. Os impactos econômicos disso são diversos, uma vez que estas regras configuram salvaguardas que relativizariam a posse da propriedade, evitando a concentração de riquezas de maneira desmedida. Levítico 25.23 lembra os israelitas de que tudo o que possuem pertence ao Senhor e é apenas emprestado ao povo para que possa ser bom mordomo, testemunhando a seu respeito e glorificando o seu nome.

Preocupações especiais com relação aos pobres eram vistas nas prescrições envolvendo a permissão aos pobres de dar ofertas de menor valor, o perdão de dívidas no Jubileu, a obrigação dos produtores de deixar parte da produção no campo para sustento dos pobres, a possibilidade de resgate da servidão por dívidas por meio de um parente, a proibição da cobrança de juros e a proibição do suborno dos juízes. Também vale mencionar, em relação a Levítico, que aqui aparecem, pela primeira vez, as bênçãos e as maldições decorrentes, respectivamente, da obediência ou desobediência à Lei de Deus – muitas dessas versando sobre condições econômicas favoráveis ou desfavoráveis a recair sobre Israel, em cada caso.

Em Números, além do já citado resgate dos primogênitos, se têm a recusa de se conquistar Canaã, herdando a promessa de Deus – suas riquezas – por medo dos custos associados a tal empreendimento (Nm 14). Um outro fato pertinente narrado neste livro, de forma recorrente, é a murmuração dos israelitas por coisas materiais, em detrimento das bênçãos espirituais. Especialmente por alimentos. Quanto à ganância por bens materiais, este livro traz a história de Balaão, que se torna um símbolo de tal sentimento, a ponto de ser citado três vezes no NT (2 Pe 2.15, Jd 1.11 e Ap 2.14). Há também a preocupação com que todas as famílias recebam uma parte adequada de Canaã, ou seja, do meio de produção básico da época.

Conforme a estrutura dos antigos códigos sumérios, segundo Kline (1972), Deuteronômio, em preparação à entrada da segunda geração do povo em Canaã, traz um compilado das diversas leis dadas por Deus a este povo. Quanto às salvaguardas que relativizam a posse de propriedade na lei se tem quatro tipos de leis mais específicas: leis contra juros; leis de tempos de descanso; leis envolvendo taxas, dízimos e ofertas; e outras leis referentes à justiça para os pobres. No capítulo 8 o povo é instruído a reter na memória os benefícios do Senhor ao longo do caminho e na terra. Inclusive para que, uma vez lá, não fossem tentados à presunção. No capítulo 24 se insiste que uma pessoa não deveria tomar o sustento de outra como garantia em um tribunal e que os salários precisavam ser pagos em dia, e não retidos. Sobre a libertação dos escravos no Jubileu, um aspecto em que Deuteronômio vai claramente além de Êxodo é a insistência em que o escravo livre não deve ser liberado de mãos vazias (Dt 15.13).

Quanto aos profetas, estes não eram meros vaticinadores. Eram, essencialmente, homens comissionados por Deus para fazer aplicações das bênçãos ou maldições da aliança, descritas no Pentateuco, ao povo de sua época. Eles eram homens que deviam substituir a terrível presença de Deus, denunciando os pecados do povo. Seu interesse maior estava na manutenção da aliança com Deus e suas acusações geralmente eram contra os atos de idolatria, de imoralidade e de injustiça. Isso, com o intuito primário de que houvesse o arrependimento.

De maneira sucinta, os pecados de Israel com relação a posses materiais, denunciados pelos profetas, segundo Blomberg (2024), eram de cinco ordens: 1) adoração de ídolos, feitos de materiais caros (*cf.* Isaías 2.7-8); 2) confiança no ritual e não no arrependimento (*cf.* Jr 7.4-6 e Is 58); 3) extorsão, roubo e opressão para ganhar mais terra (*cf.* Ez 22.29, Mq 2.2 e Am 5.11, Mq 3.8); 4) vangloriar-se na riqueza; e 5) motivação unicamente financeira para a liderança. Os pecados dos líderes, devido a seu potencial de liderar as massas no caminho errado, são mais condenáveis (*cf.* Mq 3.11; Is 3.14; Jr 6.13, 8.10; Ez 22.6-12).

Deve-se ressaltar que, embora o foco estivesse em Israel, os profetas não limitavam sua retórica a esta nação, mas regularmente também desaprovavam as nações estrangeiras pela arrogância que a riqueza havia criado. Em Ezequiel 16.49 mesmo os pecados grotescos de Sodoma aparecem sob nova luz: “Eis que esta foi a iniquidade de Sodoma, tua irmã: soberba, fartura de pão e próspera tranquilidade teve ela e suas filhas; mas nunca amparou o pobre e o necessitado”. Assim, Deus convoca todos os povos a usarem a riqueza compassivamente.

A terceira divisão da Bíblia Hebraica é chamada de “os Escritos” e seus livros estão divididos em sapienciais e históricos. De forma geral, a literatura de sabedoria inclui os livros de Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cântico dos Cânticos.

O livro de Jó descreve os resultados da permissão dada por Deus a Satanás para provar a Jó. Primeiro pela remoção de suas riquezas e, depois, de sua saúde. Jó, segundo o próprio julgamento divino, era um homem íntegro (Jó 1.1), mas ainda assim experimentou sofrimentos e perdas materiais. É digno de nota que, nas defesas de Jó, há repetidas referências à sua preocupação exemplar com o pobre. Ele teria resgatado pobres, órfãos, viúvas, cegos, mancos, necessitados e estrangeiros (Jó 29.12-16). E, conquanto o final do livro de Jó forneça um importante argumento para os que frisam que riquezas e fortuna são dons de Deus, dados aos que ele ama (Jó 42.12), a importância de Jó 1.21 é permanente: “Nu saí do ventre de minha mãe e nu voltarei; o Senhor o deu e o Senhor o tomou; bendito seja o nome do Senhor!”.

Em Salmos, Provérbios e Eclesiastes dois tópicos causam certa tensão. Por um lado, a idéia de prosperidade material decorrente da obediência a Deus é preservada. Dedicção e fidelidade levam às bênçãos da Aliança, que incluem o bem-estar material (Sl 112; 128; Pv 12.11; 13.21; 21.5). Por outro lado, seus escritores reconheciam que muitos dos pobres e sofredores nunca encontrariam alívio nessa vida, ao passo que muitos ricos perversos continuariam florescendo (Sl 37.16; Pv 15.16; 16.8). Parcialmente essa tensão é resolvida pela expectativa de justiça em um mundo vindouro (Sl 49.10-20). Até lá, diversos textos adverte as pessoas prósperas em relação à temporalidade das riquezas terrenas. O versículo 10, do

Salmo 62, por exemplo, adverte a que, diante da prosperidade das riquezas, não se ponha o coração nelas. Inclusive, Calvino, ao comentar sobre este versículo diz que

Pôr o coração nas riquezas significa mais que simplesmente cobiçar a posse delas. Implica ser arrebatado por elas a nutrir uma falsa confiança. (...) É invariavelmente observado que a prosperidade e a abundância engendram um espírito altivo, levando prontamente os homens a nutrirem presunção em seu procedimento diante de Deus, e a se precipitarem em lançar injúria contra seus semelhantes. Mas, na verdade o pior efeito a ser temido de um espírito cego e desgovernado desse gênero é que, na intoxicação da grandeza externa, somos levados a ignorar quão frágeis somos, e quão soberba e insolentemente nos exaltamos contra Deus. (Calvino, 2013, v.2, p. 561-562).

Calvino parece estar convencido de que

a regra que devemos observar, quando estamos em angústia e sofrimento, é esta: que busquemos conforto e alívio só na providência de Deus, porque, em meio às nossas agitações, apertos e preocupações, devemos encher-nos da certeza de que sua função peculiar consiste em prover alívio ao miserável e aflito. (Calvino, 2013, v.1, p. 189-190).

O povo de Deus deve confiar nele e não em qualquer medida de riqueza terrena (Sl 52.7; Pv 3.9). Os que têm abundância deveriam ajudar o necessitado generosamente (Pv 29.7). Acima de tudo, um rei fiel liberta o pobre que clama a ele e tem misericórdia do aflito (Sl 72.4).

Existem aqueles por quem Deus demonstra compaixão especial (Sl 9.18; 68.5; 113.7-9), por serem pessoas religiosas que não emprestam seu dinheiro com usura (Sl 15.5). E diversos salmos se assemelham à Lei, no que concerne à preocupação com a justiça social. Mas afirmações como as do Salmo 37.25 não podem ser interpretadas de forma literalista.

Eclesiastes frisa a vaidade de se confiar em riquezas passageiras. Pois, abaixo do sol, tudo é vão (Ec 1.2-3). O livro conclui com a imposição de se temer a Deus e guardar seus mandamentos como a soma de tudo (Ec 12.13), relativizando, assim, qualquer felicidade temporária que os bens materiais possam proporcionar. Calvino, corrigindo uma interpretação errada de Ec 9.1, afirma que:

Se alguém quiser julgar pelas coisas presentes quem Deus ama e quem Deus odeia, trabalhará em vão, visto que a prosperidade e a adversidade são comuns ao justo e ao ímpio, ao que serve a Deus e ao que Lhe é indiferente. De onde se infere que nem sempre Deus declara amor aos que Ele faz prosperar temporalmente, como tampouco declara ódio aos que Ele aflige. (Calvino, 2006, p.26)

Ao mesmo tempo, porém, como ressalta Blomberg (2024), *Eclesiastes* é marcado por declarações sobre a conveniência de se apreciarem os bons dons de Deus quando eles estão inseridos no contexto de um serviço dedicado ao Senhor.

Segundo Blomberg (2024), o livro de *Provérbios* é, de forma argumentável, o mais atemporal dos ensinamentos do Antigo Testamento relacionados a bens materiais. Por outro lado, o subgênero provérbio indica que seu conteúdo expressa princípios que não podem ser considerado absolutos em todos os casos. Para começar, *Provérbios* tem muito a dizer sobre como adquirir posses ou evitar perdê-las. A justiça e a humildade se constituem em importantes pré-requisitos (Pv 10.3; 22.4) que, combinados com a diligência (Pv 21.5; 27.23) e o trabalho árduo (Pv 12.11; 14.23) tendem a render frutos. Há advertências contra a preguiça (Pv 6.10, 20.13) indicando que elas levam à pobreza. Além disso, o homem bom deixa herança para seus herdeiros, mas a riqueza do ímpio é armazenada para os justos (Pv 13.22).

Ao mesmo tempo, se destaca que o rico justo é aquele que é fiel com seus bens ao Senhor, inclusive se preocupando com o necessitado (3.27), o que lhe rende recompensas materiais (Pv 3.9). Os justos levam em conta os direitos dos pobres, mas os ímpios nem se importam com isso (Pv 29.7). A mulher virtuosa é trabalhadora, mas isso não é um fim em si mesmo, pois ela “abre a mão ao aflito; e ainda a estende ao necessitado” (Pv 31.20). Reciprocamente, os que fecham os ouvidos ao clamor dos pobres também clamarão e não obterão resposta (Pv 21.13; cf. Pv 11.24-26; 22.16). Há passagens que prometem recompensas materiais pela generosidade ao pobre (22.9). Embora se advirta que as riquezas não devam ser tomadas como um fim em si mesmas da vida (Pv 23.4-5) e possam, até mesmo, vir a ser fonte de tropeço (Pv 11.28). Também, relativizando a riqueza material como um bem absoluto, há uma série de provérbios que comparam o valor das riquezas com sabedoria, conhecimento, honra, bom nome, temor do Senhor, amor, justiça, paz e segurança.

Outra coleção de provérbios frisa a vinda do dia do julgamento, dia em que todos os erros deste mundo serão corrigidos e no qual de nada valerá a riqueza (cf. Pv 11.4). Chega-se mesmo a alertar que as pessoas que zombam dos pobres acusam o Criador (e, portanto, não ficarão sem punição, cf. Pv 17.5) e que o Senhor advogará a causa dos pobres (Pv 22.22). Dois provérbios refletem o nivelamento decorrente da consideração desta vida pela perspectiva de Deus. São eles Pv 22.2 e Pv 29.13.

Uma passagem sobre as posses materiais se sobressai no livro por, aparentemente, elogiar o ideal de “classe média”. Embora, ela não leve em conta ricos ou pobres em específico, mas os trate universalmente. Se lê em Pv 30.8b-9: “não me dêis nem a pobreza nem a riqueza;

dá-me o pão que me for necessário; para não suceder que, estando eu farto, te negue e diga: Quem é o Senhor? Ou que, empobrecido, venha a furtar e profane o nome de Deus”.

Nos livros históricos, uma grande preocupação envolve a solicitação de Israel de ocupar a terra em paz e prosperidade. Algo que poderia ser alcançado mediante a obediência às leis de Deus, como é reafirmado pelo próprio Deus a Josué (Js 1.6-9). Porém, pouco depois da entrada na Terra Prometida, a ganância de Acã levou à derrota da nação frente à pequena Ai (Js 7). Em Josué as terras com suas riquezas são, então, distribuídas. Porém, estas terras deveriam ser libertas dos povos originais e, uma vez que os israelitas não fizeram isso, estes povos se tornam pedra de tropeço para eles. A opressão sofrida destes inclui a opressão econômica. Vide que no livro de Rute, que se passa no mesmo período histórico, a população de Belém (casa do pão) experimenta a falta de pão. Nesse livro Boaz é alguém que segue a Lei de Deus, especialmente no que tange ao cuidado com os pobres e necessitados, inclusive Rute e Noemi.

Mais tarde, em 1 Samuel, Ana reconheceria, em seu cântico, que é o Senhor quem dá pobreza e riqueza e que é ele que humilha e exalta. Mas os netos de Ana buscariam lucro inapropriado no seu trabalho como juízes, aceitando subornos e pervertendo a justiça (1Sm 8.2), o que levou ao pedido imprudente por um rei (1 Sm 8.4-9). Os israelitas persistiram nesse pedido mesmo após Samuel explicar o custo pessoal e econômico envolvido (1 Sm 8.10-22).

No período do reino unido, Saul e depois Davi experimentaram guerras demais para que, de forma geral, pudessem desfrutar dos ganhos materiais. Isto acabou ficando para Salomão, que trouxe mais riquezas. Porém, antes da sua coroação, em um gesto louvável, Salomão não buscou riquezas, quando Deus as ofereceu, mas pediu sabedoria (2 Cr 1). Mais tarde a oração de dedicação dele deixa claro que o templo, com toda sua opulência, testificava para o mundo a majestade e o amor da aliança de Deus (1 Rs 8.22-61). E Salomão provou ser generoso no uso da riqueza (1 Rs 10.13).

Porém, a vontade de estabelecer seu reino por meio de alianças com nações ímpias, ratificadas por meio de casamentos, bem como a riqueza que possibilitava que se indulgisse aos anseios idólatras de suas esposas, levaram o rei Salomão à idolatria em sua velhice (1 Rs 11). A riqueza material claramente corrompeu não só a ele, mas a diversos reis da monarquia dividida, que seguiram em seu caminho. Na verdade, a própria divisão do Reino veio por meio de seu filho, que preferiu o ganho com opressão, do que a misericórdia (1 Rs 12.1-11).

Acabe, em 1 Reis 21.1-16, ilustra a profundidade na qual os cobiçosos podem cair. Reinando com mais riqueza do que poderia precisar ou querer, ele ainda tenta comprar as terras

ancestrais de Nabote e, então, faz birra quando este não lhe vende a propriedade. É nesse período da monarquia dividida, também, que os episódios de inflação, que corroi o poder de compra das riquezas e causa a fome, são vistos de forma mais presente. Notadamente quando dos cercos a Jerusalém (visto, por exemplo, em 2 Rs 6.24-30).

Nos exílios é interessante notar, mais uma vez, que Deus pune até as nações ímpias pelo mau uso dos recursos. Vide que uma das causas reveladas por Deus a Nabucodonosor, rei da Babilônia, para a punição de sua soberba, foi precisamente a falta de misericórdia para com os pobres (Dn 4.27). Mas a passagem final dos livros históricos sobre os bens materiais tem um tom diferente. Esdras e Neemias lideraram os refugiados que voltaram na reconstrução do templo e das muralhas de Jerusalém. Apesar da tentativa de juntar o máximo de provisões possível, o templo foi reconstruído em escala muito menor do que seu predecessor e, notavelmente, Neemias deu muito mais atenção ao pobre (Ne 5.1-6; 5.7-19).

2.2 O Novo Testamento

A fim de trazer à lume os textos mais pertinentes do Novo Testamento, quanto ao tema, procurar-se-á explorá-los com base na divisão em Evangelhos, Atos, cartas paulinas, demais cartas e Apocalipse. Quanto aos Evangelhos se abordará primeiro as parábolas de Cristo e, posteriormente, as demais afirmações de e sobre Cristo.

Na bem conhecida parábola do semeador (Mt 13.1-23; Mc 4.1-20; e Lc 8.4-15) se tem, como semente que é lançada ao solo pelo semeador, a Palavra. Ela é semeada em três tipos de solos que se mostram infrutíferos e um que se mostra frutífero. Um dos infrutíferos é descrito como cheio de espinhos que crescem e sufocam a planta, de modo que esta não dá fruto. Quando Jesus, então, explica a parábola, ele afirma que este solo representa as pessoas que ouvem a palavra, mas que os cuidados do mundo, os deleites da vida, a fascinação das riquezas e as demais ambições acabam por sufocar essa palavra. Portanto, um obstáculo importante para o verdadeiro discípulo é a distração pelas posses materiais em sua vida.

Mais à frente, em Mateus 13, se têm as parábolas do tesouro escondido e a da pérola. Ambas apontam para histórias similares, de alguém que descobre um tesouro e vende tudo para tê-lo. Ambas compartilham a mesma mensagem, a de que o reino dos céus é algo tão valioso, de valor tão incomensurável, que qualquer riqueza material, quando contrastada com ele, é plenamente abdicável. Ou seja, de que é válido abrir mão de tudo para obter o reino de Deus.

Em Lucas 14.7-14, reparando que os convidados escolhiam os primeiros lugares, Jesus propõe uma parábola que revela que todo aquele que se exalta será humilhado e todo aquele que se humilha será exaltado. Acrescenta-se que não se deveria convidar os proeminentes na sociedade para tais banquetes. Antes, se deveria convidar aqueles desprezados pela sociedade, como os pobres. Assim, se receberia a recompensa não agora, nesta terra, mas na ressurreição dos justos.

Ato contínuo, chega-se à parábola do administrador infiel (Lc 16.1-13). Segundo Blomberg (2024, p. 177), “indiscutivelmente a mais intrincada de todas as contadas por Jesus e um ninho de vespas exegético”. Como este autor nota, talvez a questão mais importante a ser resolvida seja a de por que o administrador é elogiado. Blomberg (2024) crê que o elogio ao administrador infiel, por ele ter agido prudentemente, faz referência à ideia de Cristo registrada em Mateus 10.16, quando diz: “Eis que eu vos envio como ovelhas para o meio de lobos; sede, portanto, prudentes como as serpentes e sêmplices como as pombas.”. Daí a ironia do versículo 8b na observação de Jesus de que os pecadores muitas vezes são mais prudentes em lidar com seu povo do que o povo de Deus. Quanto à expressão “riqueza iníqua”, no versículo 9a, de acordo com diversos usos intertestamentários, ela não significa, necessariamente, o ganho de forma ilegal, mas simplesmente o dinheiro em geral. Então, Jesus estaria meramente a ordenar que seus discípulos usassem as posses desta vida para os propósitos do Reino. Assim, os que, como resultado disso, tornaram-se seguidores de Jesus e os precederam na vida eterna os dariam as boas-vindas, quando chegassem (Lc 16.9b). Nos versículos seguintes (10-12) se tem um paralelo de termos. As posses materiais são chamadas de “pouco”, “riquezas injustas” e “alheio”. Em contraposição, as riquezas espirituais são chamadas de “muito”, “riqueza verdadeira” e “vosso”. No versículo 13 ocorre o clímax, ao se destacar a incapacidade de ser leal a dois senhores ao mesmo tempo. Ou seja, Deus e as riquezas.

Hendriksen (2003), por outro lado, afirma que o texto é mais simples do que se supõe, uma vez que nele Cristo não está a elogiar a desonestidade do administrador, mas sua astúcia, sua capacidade de antecipação. Quanto à expressão “riqueza iníqua”, ele a traduz como “mamom injusto”, embora admita que também pudesse ser traduzido como “riqueza mundana”. Por fim, ele parece trazer a mesma conclusão final quanto ao ponto central da passagem, ao comentar, sobre os vs. 11 e 12, que

O significado, pois, é este: se vocês não têm sido dignos de confiança no uso da riqueza material, a qual, depois de tudo, não é realmente sua, mas que pertence a outro, a saber a Deus, então quem lhes confiará as verdadeiras riquezas celestiais, suas

próprias possessões, o reino que lhes está preparado desde a fundação do mundo (Mt 25.34)? (Hendriksen, 2003, p. 321)

Registrada em Lucas 16.19-31 se tem a parábola do rico e de Lázaro. Resumidamente ela conta a história de alguém rico (nenhum nome lhe é dado) que à sua porta tinha um mendigo coberto de chagas, Lázaro, que desejava se alimentar do que lhe sobrava. Então, após a morte dos dois, e seus diferentes destinos, o rico, estando no inferno e vendo a Lázaro no céu, pede a Abraão que tenha misericórdia dele, aliviando seu tormento, pedindo primeiro que Lázaro lhe alivie, provendo uma gota de água, e, depois, que ele fosse avisar aos seus parentes da necessidade de se arrependerem. Ao que Abraão responde que ele, ao contrário de Lázaro, recebeu os bens em vida, de forma que agora recebe os tormentos; que há um abismo intransponível entre os dois e que seus parentes têm Moisés e os Profetas para avisá-los. Assim como na história do rico tolo, à primeira vista parece que essa história condena as pessoas ricas.

Porém, Blomberg (2024) observa que existem dicas na própria narrativa, de que não é esse o caso. Abraão, a quem o rico apela, também foi um homem rico. Na verdade, o texto sugere que o homem rico percebeu que seu problema foi nunca ter se arrependido verdadeiramente, se acertando com Deus. Ele conhecia o ensino do Pentateuco e dos profetas sobre o cuidado dos necessitados, mas não se moveu para ajudar a Lázaro. Já Lázaro é o único personagem cujo nome é explicitado nas parábolas de Jesus. Provavelmente porque seu nome é o equivalente grego de Eliezer, que, em hebraico, significa “Deus ajuda” ou “Deus tem socorrido”. E o Eliezer mais famoso das Escrituras hebraicas foi o servo fiel de Abraão (Gn 15.2). Assim, Lázaro deve ser entendido como o protótipo do devoto pobre de Israel. Logo, a passagem falaria sobre a necessidade de ser caridoso com os pobres, como dever a Deus.

Hendriksen (2003) não vai a tal extremo em sua conclusão, mas também ressalta que o texto representa uma exortação à confiança em Deus; à renúncia pessoal em favor de outros; à bondade; e à ajuda aos necessitados, viúvas, órfãos e humildes; o que representa muito do conteúdo dos livros de Moisés (citado na parábola). Isso, portanto, aceitando a Palavra de Deus e vivendo o tipo de vida que ela exige e que é ilustrada na pessoa de Cristo.

Antes de adentrar os ensinamentos de Cristo vemos como válida a menção do cântico de Maria, que em conformidade com o cântico de Ana afirma que, dentre as grandes coisas que o Poderoso lhe fez, está o fato de que ele “derribou do seu trono os poderosos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e despediu vazios os ricos.” (Lc 1.52-53).

Quanto aos ensinamentos de Cristo começamos pela tentação vivida por ele no deserto (Mt 4.1-11; Mc 1.12-13; e Lc 4.1-15). De forma geral, o que se tem é uma tentativa da parte de

Satanás de dissuadi-lo do caminho rumo à cruz. Assim, em certo sentido, todas as tentações apelam para elementos da natureza criada, em oposição às obrigações espirituais. Porém, os tipos de tentações revelam mais, porque elas refletem a gama completa da tentação humana: a cobiça da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida (*cf.* Gn 3.6 e 1 Jo 2.16). Relacionadas diretamente aos bens materiais, entretanto, têm-se principalmente a primeira e a terceira tentações. A primeira, quando Satanás tenta se servir da fome de Jesus para forçá-lo a transformar pedras em pães (e que Jesus responde com Dt 8.3). A terceira, ao propor a concessão de todos os reinos da terra, bem como sua glória, sem a necessidade da cruz. Isso, desde que se adorasse a Satanás. Ao que Cristo responde citando Dt 6.13 e 10.20. O ensino de Cristo demonstra a necessidade de se estar atento à sedução das posses e do conforto por elas proporcionado. Afinal, como Cristo diz (Mc 8.36): “que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a alma?”.

No Sermão do Monte (Mt 5-7; Lc 6.20-23; 11.2-4; 12.22-31), em Lucas, se tem Jesus afirmando que “bem aventurados sois vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus”. Contrastando com Mateus, que diz “bem aventurados os humildes de espírito”, vemos que a ideia é mais de reconhecimento da própria pobreza espiritual frente a Deus. Não de uma proclamação universal de salvação aos pobres. Nas palavras de Hendriksen:

“Bem -aventurados [são] vocês pobres” não significa “Bem -aventurados são todos os pobres”, nem pode significar “Bem -aventurados vocês, meus discípulos, porque são pobres de bens terrenos”. A pobreza material não é necessariamente uma bênção (Pv 30.9b; Is 8.21). Mas Jesus pôde dizer: “Bem -aventurados [são] vocês pobres”, porque, considerados com o um grupo, esses homens, pobres em relação a seus bens terrenos, tomaram consciência de sua pobreza espiritual e de suas riquezas em Deus. (Hendriksen, 2003, p. 459)

Mais à frente, em Mateus, se tem a ordem de se guardar de exercer justiça a fim de ser visto pelos homens. Para ilustrar esse princípio Jesus se utiliza de alguns exemplos. Dentre estes, o de que não se deve dar esmolas procurando ser visto e glorificado. Ainda neste capítulo há o texto da oração dominical, onde é claramente ordenado que se ore, também, pelos aspectos materiais da subsistência (Mt 6.11; Lc 11.3). Segue-se, então, o texto que – em concordância com a obrigação de que se deve buscar em primeiro lugar galardão em Deus (e não nos homens) – diz que, ao invés de se guardar tesouros nessa terra (onde eles são perecíveis e podem ser roubados), deve-se buscar acumular tesouros no céu. No versículo 24 se afirma, inclusive, que não se pode servir a dois senhores, ao Senhor e às riquezas. Seguido pelo texto que ensina que de nada serve andar ansioso pela nossa vida; mas que se deve, sim, buscar em primeiro lugar ao reino de Deus e à sua justiça.

No encontro de Jesus com o jovem rico (Mt 19.16-30; Mc 10.17-31; e Lc 18.18-30) ele, ultimamente, pede ao jovem que venda tudo o que tem, dê aos pobres os valores e o siga. O que o jovem se vê incapaz de cumprir, saindo triste, por ser dono de muitos bens. Fica claro, então, que o problema deste era primariamente com a incapacidade de colocar a lealdade a Deus acima de qualquer outra lealdade, especialmente daquela para com as riquezas. Por isso Jesus continua seu discipulado com os apóstolos expondo o perigo das riquezas e dizendo que “difícilmente um rico entrará no reino dos céus”. É nesse contexto que ele afirma que “é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus”. Mais uma vez as riquezas são citadas, então, como algo que pode servir a maus propósitos, desviando seus discípulos do alvo. Porém, quanto à necessidade de doar tudo o que se tem, fica claro pela história de Zaqueu que isto não é uma verdade para todos os casos. Zaqueu é dito estar salvo mesmo prometendo dar “somente” metade das suas posses (além de restituir até quatro vezes a quem tivesse defraudado). Ademais, ele é um rico que foi salvo, confirmando que para Deus não existem impossíveis.

Em Lucas 12.13-21, Jesus repreende a avareza de um homem que lhe pede que ele ordene a seu irmão que reparta a herança consigo. Jesus alerta este homem para que tenha cuidado, guardando-se de toda avareza, uma vez que a vida de um homem não consiste na abundância de bens que possui. A fim de ilustrar seu ensino ele ainda conta uma pequena parábola, do homem rico e dos celeiros, que ilustra a insensatez de quem entesoura para si – como se isso fosse prover segurança – e não é rico para com Deus.

Ecoando os textos acerca do julgamento daqueles que menosprezam os pobres, no AT, Mateus 25.31-46 apresenta a vinda do Filho do Homem em julgamento. Nesse texto é dito que, no dia do juízo, os justos serão separados para possuir o Reino, porque quando Jesus teve fome, sede e carecia de hospedagem, eles proveram isso. Quando, então, os justos indagam-lhe quando foi que fizeram isso, ele diz que estas coisas foram feitas a ele na medida em que foram feitas aos irmãos pequeninos. Depois, é dito que os ímpios nada fizeram para prover para as necessidades destes e que, portanto, arderão no inferno.

Outra interessante história é a da unção de Jesus em Betânia (Mt 26.6-13; Mc 14.3-9; Jo 12.1-8) por uma mulher que, aproximando-se dele, derrama um alabastro cheio de precioso bálsamo sobre sua cabeça. Após fazer isso, imediatamente, ela é repreendida pelos discípulos, com a justificativa de que aquilo era um desperdício, visto que o bálsamo poderia ser vendido e o dinheiro usado para ajudar os pobres. Jesus, então, os repreende e diz que os pobres sempre estariam com eles, enquanto ele não. Além disso, ele esclarece que o que ela fez

foi para sepultamento dele e que, onde quer que o evangelho fosse pregado, esta história seria contada. Assim, mesmo o cuidado com os pobres sendo uma prioridade nas Escrituras, ele não é tão grande quanto a prioridade de amar a Jesus. Pior ainda é quando a justificativa do cuidado com os pobres é mera desculpa para a própria avareza, como em Judas Iscariotes (*cf.* Jo 12.6).

No livro de Atos temos três textos importantes quanto ao tema das riquezas. Em Atos 2.42-45 temos uma descrição de como é que os recém convertidos viviam. O texto é descritivo, e não prescritivo. Mas, é fato que este momento é singular na história da igreja e pode trazer ensinamentos valiosos. Notadamente, sobre a necessidade de haver sensibilidade do todo para com o todo³⁸.

Em Atos 5.1-11 se tem o terrível episódio de Ananias e Safira, que são mortos instantaneamente pela sua insinceridade para com Deus. É bom que se frise que o problema em vista não é que eles tenham entregado somente parte para os apóstolos, mas que eles mentiram a esse respeito. Assim, quiseram manter-se bem com o mundo (e suas riquezas), bem como com os cristãos, recebendo aprovação de todos.

Já em Atos 8.14-25 tem-se a tentativa de Simão de comprar, de Pedro e João, o poder de impor o Espírito Santo sobre os outros, pela imposição de mãos. Esse texto é particularmente interessante no que tange à tentativa de até mesmo ceder as suas posses, mas não para obter o próprio Deus, mas somente o poder que dele advém – a fim de se autoafirmar.

Nas cartas paulinas, temos citada, em Rm 15, uma oferta que foi levantada na Macedônia e em Acaia em benefício dos pobres cristãos de Jerusalém. Justificando esse ato, Paulo afirma que isto lhe pareceu bem posto que, uma vez que os gentios tinham sido participantes dos valores espirituais dos judeus, devem também servi-los com bens materiais.

Em 1 Coríntios 9.9-12 Paulo justifica as ofertas aos pregadores dizendo que é devido ao obreiro de Deus o seu sustento, posto que esse é o princípio por detrás de Dt 25.4 e que aquele que semeia em coisas espirituais não recebe muito, ao receber em bens materiais. Ainda que esse seja um direito do qual ele não tenha se servido, pelas vantagens que isso oferece em termos de galardão e de abertura para o evangelho. No capítulo 13, versículo 3, falando

³⁸ Chamada por Gonzales (2015) de “princípio da *koinonia*”.

sobre o dom supremo, o amor, ele afirma ser possível distribuir todos os bens aos pobres e, ainda assim, não ter amor. Sendo que nesse caso tais sacrifícios não têm proveito algum.

Na segunda carta aos coríntios (presente na Bíblia), no capítulo 8, as ofertas como a supracitada e descrita em Romanos são incentivadas. É nesse contexto que Paulo diz: “pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis ricos.”. Ele segue dizendo que cada um deveria dar não ao custo de se sobrecarregar, mas a fim de que houvesse igualdade (2 Co 8.13-15). Isso, “com alegria” (2 Co 9.7), sabendo que é Deus que nos enriquece, para que sejamos ricos de generosidade para com os necessitados, a fim de que o nome dele seja glorificado (2 Co 9.11). Calvino, comentando sobre este último versículo diz que

Os crentes gozam de genuína riqueza quando confiam na providência divina que os mantém com suficiência e não se desvanecem em fazer o bem por falta de fé. (...) Ninguém é mais frustrado ou carente do que aquele que vive sem fé, cuja preocupação com suas posses dilui toda a sua paz. (Calvino, 1995, p.193-194).

Na carta de Paulo aos gálatas, no capítulo 2, é descrito um importante encontro entre ele e os líderes da igreja, que solicitaram apenas uma coisa dele: que se lembrasse dos pobres. Conforme as cartas já vistas, Paulo nunca se esqueceu do que os apóstolos lhe pediram que fizesse. Ele enviou dinheiro de volta a Jerusalém para demonstrar a unidade da igreja.

Em Efésios 4.28 vemos Paulo orientando que aquele que furtava não deveria mais fazê-lo. Antes, deveria trabalhar. Mas não visando meramente a satisfação das suas necessidades, mas para que tivesse “com que acudir o necessitado”.

Nas cartas de Paulo aos tessalonicenses ele estressa a necessidade premente destes se dedicarem ao trabalho. Isso, visando a sua própria subsistência, bem como daqueles sob seus cuidados. Parece que os cristãos de Tessalônica tinham cedido a visões erradas acerca da volta de Cristo, como se isso fosse tão iminente, a ponto deles estarem liberados de qualquer trabalho. Fora os problemas teológicos associados a essa idéia, o problema era que, ao adotar essa visão, eles estavam se tornando pesados para outros irmãos cristãos, que deviam arcar com sua subsistência. Assim, no capítulo 2, Paulo diz que ele mesmo procurou não ser um peso para eles, trabalhando de dia e de noite para não viver às custas deles. Mas todas exortações ficam ainda mais aparentes na segunda carta a essa igreja. Pois é nela, em 2 Ts 3.6-16, que ele diz que eles devem se afastar de todo irmão que vive ociosamente, que devem trabalhar duro pelo seu sustento e que se alguém não quisesse trabalhar, que também não comesse (v. 10). Comentando sobre esse versículo, Calvino (2021, posição 5318) diz que, embora seja certo que “indolência

e a ociosidade são malditas por Deus” deve se observar, também, que “há modos diferentes de se trabalhar. Para quem ajuda a sociedade dos homens pela indústria, ou regendo sua família ou na administração pública ou em negócios privados, ou aconselhando, ou ensinando ou de qualquer outra maneira, não será considerado entre os inativos”.

Mas a carta paulina que parece denunciar de maneira mais veemente os perigos da riqueza é a primeira carta a Timóteo. No capítulo 2, Paulo afirma a necessidade das mulheres se vestirem com modéstia evitando vestuário dispendioso. No capítulo 3, quando dá as qualificações requeridas dos bispos³⁹ e diáconos⁴⁰, ele afirma que o bispo não deve ser avarento e que o diácono não deve ser cobiçoso de sórdida ganância. No capítulo 5, dentre outras coisas, ele discorre acerca dos deveres dos pastores para com as viúvas. Neste trecho Paulo incentiva a congregação a apoiar apenas as viúvas velhas demais para trabalhar, que não tinham ninguém que lhes suprisse as necessidades. É nesse trecho que ele diz que “se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos da própria casa, tem negado a fê e é pior do que o descrente.”.

O trecho que se destaca quanto ao tema, entretanto, está em 1 Tm 6.3-16. Antes, neste capítulo, Paulo discorre acerca da importância de se considerar os senhores, aqueles que presidem, como dignos de toda honra e respeito. Porém, neste trecho, Paulo vai, então, temperar o que ele disse antes, mostrando que existem senhores que não são dignos desses cuidados. São aqueles que ensinam doutrinas contrárias ao ensino de Cristo e que julgam que a piedade é fonte de lucro – ou seja, que procuram riquezas por meio do seu ministério. Paulo os adverte que “de fato, grande fonte de lucro é a piedade com o contentamento”. Isso porque, nada trazendo ao mundo e nada podendo levar dele, deve-se contentar com a subsistência e com o ter aquilo com que se vestir. No versículo 9 ele diz que “os que querem ficar ricos caem em tentação, e cilada, e em muitas concupiscências insensatas e perniciosas, as quais afogam os homens na ruína e

³⁹ Embora existam tradições cristãs que vejam bispos (aqueles que presidem) e presbíteros (anciãos) como dois ofícios distintos na igreja, a teologia reformada entende tais palavras, que aparecem no texto bíblico, como se referindo a dois aspectos diferentes do mesmo ofício, usando-os, por vezes, de maneira intercambiável, como em Tito 1.5 e 1.7, que Paulo usa “presbíteros” e, logo após, bispos e em Atos Lucas informa que o Paulo convocara os presbíteros efésios (20.17), aos quais em sua oração (de Paulo) ele chama de bispos (20.28).

⁴⁰ Diáconos cujo ofício foi criado, historicamente, para lidar com as disputas (materiais) em torno do recebimento dos elementos da ceia pelos helenistas.

perdição”. No versículo 10 ele afirma que isso ocorre “porque o amor do dinheiro é a raiz de todos os males”.

Enfim, após um parêntese voltado a Timóteo, chega-se a 1 Tm 6.17-20, onde o alcance do alerta quanto à busca por riquezas é expandido à toda a congregação, por meio da exortação que se espera que Timóteo faça. Ele diz: “Exorta aos ricos do presente século que não sejam orgulhosos, nem depositem a sua esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus, que tudo nos proporciona ricamente para nosso aprazimento; que pratiquem o bem, sejam ricos de boas obras, generosos em dar e prontos a repartir; que acumulem para si mesmos tesouros, sólido fundamento para o futuro, a fim de se apoderarem da verdadeira vida.”. Calvino (2018, p.181), comentando acerca do versículo 17, deste trecho, afirma que “quando depositamos nossa confiança nas riquezas, na verdade estamos transferindo para elas as prerrogativas que pertencem exclusivamente a Deus.”.

Em Hebreus 11, o autor, ao descrever as características e histórias dos heróis da fé, falando sobre Moisés, diz que ele preferiu ser maltratado junto com o povo de Deus a usufruir os “prazeres transitórios do pecado; porquanto considerou o opróbrio de Cristo por maiores riquezas do que os tesouros do Egito, porque contemplava o galardão”.

Tiago é talvez o autor do NT que de forma mais veemente condena as más intenções relacionadas às riquezas. Já no capítulo primeiro, Tiago alerta seus leitores de que as circunstâncias terrenas são transitórias e que, portanto, o irmão de condição humilde deve gloriar-se na sua dignidade e o rico na sua insignificância, posto que ele passará. Ainda no final deste capítulo, Tiago afirma que a religião pura e sem mácula consiste em visitar os orfãos e as viúvas nas suas tribulações, guardando-se incontaminado do mundo.

No capítulo 2, Tiago dedica 13 versículos à proibição de não se fazer acepção de pessoas. Fica claro que ele se referia primordialmente à acepção em função de condição social econômica e aspectos dela decorrentes. Essencialmente, ele compara a postura daquele que trata diferentemente um rico e um pobre que chegam à igreja, tratando com deferência ao primeiro e mal ao último. Ele afirma que quem faz isso se tornou juiz tomado de perverso pensamento. Sendo que Deus também escolheu os pobres para serem ricos em fé e herdeiros do seu reino. Além do que são os ricos que normalmente os oprimem, arrastam aos tribunais e blasfemam o nome que sobre eles foi colocado. Assim, se alguém faz acepção de pessoas está a quebrar Lv 19.18 e, portanto, toda a lei e importa que tome cuidado, porque “o juízo é sem misericórdia para com aquele que não usou de misericórdia”.

No capítulo 4, ao discorrer sobre a origem das contendas, Tiago dirá que as guerras e contendas que existem entre os seus leitores procedem dos prazeres que militam em sua carne. Ao pedir mal a Deus, para esbanjarem em sua própria carne, eles não recebem. Ele, chamando-os de infiéis (ou adúlteros), ressalta, então, que a amizade do mundo é inimiga de Deus. Deus, diz Tiago, resiste aos soberbos, mas dá graça aos humildes. Ele continua, mais a frente, falando sobre as arrogantes pretensões humanas que ignoram que nossos planos, inclusive de negócios e lucros, fazem parte de uma vida que é fugaz.

Por último, e talvez mais importante, em Tg 5.1- 6, Tiago explicitamente condena as riquezas mal adquiridas e mal empregadas. Ele diz que as riquezas corruptas, adquiridas em prejuízo dos demais, perecerão e farão os ricos perecer. Elas serão levantadas por testemunho contra eles. Tiago compara estes ricos aos gados que estão sendo engordados para o abate. Sobre esse trecho Kistemaker (2006) afirma o seguinte:

Riquezas são benção de Deus, como testifica Salomão: “A benção do Senhor enriquece e com ela não traz desgosto” (Pv 10.22). Mas quando a riqueza é desprovida da benção do Senhor, os problemas a acompanham na forma de inveja, injustiça, opressão, roubo, homicídio, abuso e mal-uso. O amor a Deus e ao próximo tornam-se amor ao dinheiro, que leva a todos os tipos de males (1 Tm 6.10). Quando isso acontece, o homem adora e serve não a Deus, mas ao dinheiro. Então, é amigo do mundo e Deus é seu inimigo.

Na primeira epístola de João, no capítulo 2, versos 15 a 17, o apóstolo trata do dever cristão de não amar o mundo nem as coisas que há no mundo. Ele chega mesmo a dizer que, se alguém ama ao mundo, o amor do Pai não está nele. Então, ele justifica seu raciocínio dizendo que isso é uma verdade porque tudo o que há no mundo, a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, não procede do Pai, mas procede do mundo. Mas o mundo e estas coisas passam, enquanto aquele que faz a vontade de Deus permanece.

Por último, vemos os destaques ao tema dados em Apocalipse. Primeiramente, nos capítulos 2 e 3, temos as exortações de Jesus às igrejas de Esmirna e de Laodiceia. As duas têm visões erradas quanto à sua aparente pobreza ou riqueza. Porém, em sentidos opostos. A igreja de Esmirna, se achava pobre, mas era, na verdade, rica no que interessava (fidelidade). A igreja de Laodiceia se achava rica, mas era pobre no que interessava.

Esse imaginário econômico reaparece no ciclo de selos que são abertos, representando o julgamento divino. A fome descrita pelo quarto selo parece motivada pela inflação de preços descrita no terceiro selo. Nesse contexto, é interessante que os itens de luxo (o azeite e o vinho) não são danificados, de modo que os ricos mantinham recursos suficientes

para manter seu estilo de vida luxuoso. Porém, na abertura do sexto selo, vemos que mesmo os ricos tentarão se esconder nas cavernas e nos penhascos, sem sucesso.

Blomberg (2024, p. 355) afirma que “a enigmática marca da besta (Ap 13.16-18) também contém implicações econômicas. O Anticristo forçará qualquer pessoa que deseje comprar ou vender a receber um tipo de marca ‘sobre a mão direita ou sobre a frente.’”.

Finalmente, temos, no capítulo 18, a queda da Babilônia, a grande cidade ímpia que corrompia as nações, inclusive pelo comércio. Após anunciar a sua destruição são descritos os lamentos dos seus admiradores. No versículo 11, se lê que os mercadores da terra choram e pranteiam, porque já ninguém compra a sua mercadoria. Segue-se uma lista de produtos comprados que, segundo Bauckham (1991), parece uma lista de artigos de luxo dos quais a elite romana se beneficiava às custas dos povos subjugados do império. A lista cita ao final “escravos e até almas humanas”. A razão do lamento destes mercadores é porque, conforme o versículo 3, eles, assim como os reis da terra, haviam se prostituído com ela. No caso dos mercadores, em específico, eles enriqueceram às custas de sua luxúria.

2.3 Conclusão

De forma geral é ensinado, tanto no AT quanto no NT, que as riquezas em si não são maléficas, mas que sua posse pode representar uma tentação – quanto à vontade de trocar os bens vindouros, de natureza eterna, pelos bens presentes, de natureza transitória. Também que, assim como tudo aquilo que Deus dá em abundância, a riqueza, diante de Deus, é antes de tudo um ministério. Isso, no sentido de que quem mais tem deve ser solícito a ajudar àqueles que não tem, provido que estes estejam nessa condição não por falta de diligência no trabalho. Também, que fazer acepções de pessoas com base em sua condição socioeconômica é pecado e sujeita aquele que assim procede a juízo severo. Para Frame (2013) há uma certa continuidade entre o mandato cultural e a Grande Comissão. A diferença é que entre os dois há a Queda, o que exige que os homens sejam, antes, salvos do pecado pela Palavra e pelo Espírito. Glorificar a Deus, gozá-lo e buscar seu reino são objetivos universais assim como individuais. Nesse plano individual, porém, papéis específicos acarretam objetivos específicos, chamados de vocações, no protestantismo. Porém, não necessariamente como Weber viu esse conceito.

CAP. 3 – UMA RESPOSTA A WEBER

3.1 Críticas gerais ao livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”

Como transparece na leitura do livro, a avaliação de Weber quanto ao calvinismo nunca é completamente isenta. Para começar ele diz que a Reforma e, especialmente o calvinismo, “significou não tanto a eliminação da dominação eclesiástica sobre a vida de modo geral, quanto a substituição de sua forma vigente por uma outra” (Weber, 2004, p. 30). Segundo ele, a de uma dominação extremamente cômoda, do catolicismo imperante, por uma dominação que representava, no seu dizer “uma regulamentação levada a sério e infinitamente incômoda da conduta de vida como um todo” (Weber, 2004, p. 30). Uma dominação tal qual a que vigorou nos séculos XVI e XVII em Genebra, na Escócia, nos Países Baixos e na Nova Inglaterra e que ele caracteriza como “a forma simplesmente mais insuportável que poderia haver de controle eclesiástico do indivíduo” (Weber, 2004, p. 31), uma “tirania puritana”.

O que escapa, talvez, a Weber é o fato de que essa “dominação”, se é que existiu, foi exercida de dentro dos indivíduos para fora e refletia o ideal cristão de que toda a vida é vivida diante de Deus (*coram Deo*⁴¹), de modo que se deve submeter a ele. Ou seja, ela nada mais é do que a expressão coerente de adoração de alguém que entende a sua visão de mundo com todas as suas implicações últimas. Por isso ela é capaz de “penetrar todas as esferas da vida doméstica e pública até os limites do concebível” (Weber, 2004, p. 30). Por isso que, como Weber mesmo afirma, não se tem aqui a secularização dos diversos aspectos da vida, mas a sua sacralização. O que talvez cause mais incômodo, ao invés da coerência entre vida e cosmovisão.

É certo que se percebe na literatura de Weber a diferenciação entre poder e dominação, sendo que o último se refere meramente à aceitação do poder, e não à sua imposição de fora para dentro. Ou seja, que nas suas palavras “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (Weber, 2009, p. 33), enquanto dominação seria “a probabilidade de

⁴¹ Expressão em latim que significa "diante de Deus", "perante a face de Deus" ou "na presença de Deus". Em termos teológicos, especialmente no contexto da Reforma Protestante, o conceito refere-se a viver a vida consciente da presença e autoridade de Deus em todas as ações e decisões.

encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (Weber, 2009, p. 139). Porém, esses conceitos só foram plenamente desenvolvidos e apresentados como tal em 1921, dezesseis anos após a primeira publicação de “A ética protestante e o espírito do capitalismo”.

Além do mais, quando ele diz que essa forma de dominação seria, para ele, “a forma simplesmente mais insuportável que poderia haver de controle eclesiástico do indivíduo” (Weber, 2009, p. 30), ele claramente não está se referindo à dominação conforme tal conceito foi posteriormente desenvolvido. Afinal, como poderia alguém ser dominado (no sentido de obedecer, de livre grado, respondendo ao poder) e, ainda assim, achar tal “dominação” insuportável.

Se o que ele está sugerindo é que a Reforma, e especialmente o calvinismo, possibilitaram um imiscuir-se ainda mais intenso das autoridades eclesiásticas com as autoridades estatais, do que aquela experimentada no catolicismo romano, a crítica, então, seria risível. Até porque mesmo a ideia de Estado laico, atribuída aos iluministas, é, na verdade, devedora do pensamento reformado e especialmente do calvinismo.

A separação entre Estado e Igreja foi primeiramente proposta por reformadores protestantes e, somente depois, adotada por adeptos do Iluminismo. Vide que, já em 1528, no Livro da Concórdia, Lutero fala de dois reinos. Calvino, em 1559, nas Institutas (IV.20.8), diria que “mesmo os magistrados devem fazer o máximo empenho para prevenir a liberdade, da qual foram designados guardiães, para que não permitam seja ela diminuída, e muito menos violada. Se nisto forem omissos ou pouco solícitos, são perversos traidores de seu ofício e de sua pátria.”. Posteriormente, em 1644, Samuel Rutherford publicaria o seu livro “Lex Rex”, onde defenderia o império da Lei, advogando pelo constitucionalismo na política e pela “teoria dos dois reinos” na relação Igreja-Estado. A Confissão de Fé de Westminster chega mesmo a afirmar que “incredulidade ou indiferença de religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve” (CFW XXIII.4).

Também, afirmar desconhecimento de que qualquer cosmovisão leva a uma visão totalizante de mundo, não seria uma opção viável aqui, posto que, pelo menos desde Agostinho de Hipona (1992 *apud* Smith, 2017, p. 49), já se tinha essa ideia de que todas as pessoas são impelidas por suas crenças mais básicas, de forma que, em certo sentido, todos são dominados. Alguns apenas tomaram consciência disso e viram nessa “dominação” o meio para se livrar de tudo aquilo que os atrapalha de viver segundo a sua natureza. Razão pela qual há um capítulo

específico na Confissão de Fé de Westminster sobre a liberdade cristã e de consciência, que Weber escolheu ignorar.

Quando comenta acerca das diferenças no que tange aos prazeres mundanos entre católicos e protestantes, Weber também parece se servir de uma caracterização dos puritanos, que embora reflita o pensamento corrente, não é precisa. Ele diz que “como se sabe, os puritanos ingleses, holandeses e americanos se caracterizavam [...] justamente pelo oposto da ‘alegria com o mundo’, sendo isso a meu ver um de seus traços de caráter mais importantes” (Weber, 2004, p. 35).

É verdade que, por vezes, os puritanos incorriam em uma ética da recreação que era um tanto quanto utilitarista. Mas pode-se ser surpreendido, em um estudo mais profundo, quanto a esse quadro. Vide, por exemplo, que o puritano John Downname escreveu que as pessoas deveriam tomar moderadamente parte de passatempos como, “passear em lugares agradáveis, conferências prazerosas e sem ofensas, poesia, música, caça, e outros esportes permissíveis como melhor se adaptem às várias disposições dos homens para seu conforto e refrigério.” (Downname *apud* Foster, 1971, p. 106).

E que William Burkitt, na mesma toada, diz:

Sendo impossível para a mente do homem estar sempre dirigida aos negócios, e para o corpo exercitar-se em trabalhos contínuos, a sabedoria de Deus tem, portanto, julgado alguma diversão ou recreação [...] tanto útil como prudente [...] Um homem sábio e bom [...] é forçado a [...] deixar a religião escolher entre essas recreações quais sejam saudáveis, curtas, recreativas e apropriadas, para refrescar tanto a mente como o corpo. (Burkitt *apud* Wagner, 1982, p. 46)

Inclusive, Ryken (2013) cita um ato parlamentar de 1647, quando os puritanos estavam no controle do Parlamento Inglês, que decretou que cada segunda terça-feira do mês seria um feriado para a recreação dos trabalhadores.

Weber, por vezes, também parece se contradizer quanto ao papel do que ele chama de antigo protestantismo e seu papel no progresso científico, tecnológico e material humano. Ele diz que “o antigo protestantismo de Lutero, Calvino, Knox, Voët, ligava pouquíssimo para o que hoje se chama ‘progresso’. Era inimigo declarado de aspectos inteiros da vida moderna, dos quais, atualmente, já não podem prescindir os seguidores mais extremados dessas confissões.” (Weber, 2004, p. 38). Isso ele o faz a fim de exacerbar que a maior contribuição da ética cristã para o capitalismo não advém dos seus aspectos materiais, mas dos seus traços religiosos ou ideológicos. Quando colocado em seu contexto, isso faz sentido. Afinal ele estava

a contestar a máxima marxista de que é a estrutura que determina a superestrutura⁴² (o que até mesmo o marxismo cultural teve que abandonar). Porém, não se faz necessário, para tal, ir além do que é a verdade dos fatos.

Hooykas (1988, p. 43) e Mcgrath (1990, p. 210) notam que essa visão reproduzida por Weber reflete em muito o preconceito de historiadores que aderiram às ideias do polêmico livro de Andrew Dickson White, também historiador, chamado *A History of the Warfare of Science with Theology in Christendom*, escrito há menos de 10 anos antes do primeiro artigo de Weber sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Mesmo depois que as declarações do livro – que alegam, por exemplo, que Calvino teria criticado Copérnico – foram demonstradas falsas, foi essa ideia do seu desdém pelas ciências que prevaleceu. Embora nada poderia estar mais longe da verdade.

Diz Porte Jr (2013), que o fato é que Calvino, à sua maneira, encorajou amplamente o estudo científico. Embora ele cresse que a revelação especial tinha natureza diversa, bem como preponderância, no que tange à salvação e santificação, em relação à revelação geral, ele sempre viu as ciências, no contexto desta última, como forma de sorver a sabedoria de Deus impressa na criação. Em suas *Institutas*, Calvino diz:

Inumeráveis são, tanto no céu quanto na terra, as evidências que lhe atestam a mirífica sabedoria. Não apenas aquelas coisas mais recônditas, a cuja penetrante observação se destinam a astronomia, a medicina e toda a ciência natural, senão também aquelas que saltam à vista a qualquer um, ainda o mais inculto e ignorante, de sorte que nem mesmo podem abrir os olhos e já se veem forçados a ser-lhes testemunhas. (Calvino, *As Institutas da Religião Cristã*, I.5.2)

Em outra passagem das *Institutas*, ele mostra como toda a criação não passa de um grande teatro que nos serve para revelar a glória de Deus:

Entrementes, não hesitemos em colher piedoso deleite das obras de Deus manifestas e patentes neste formosíssimo teatro. Pois, como o dissemos em outro lugar, embora não seja a evidência primordial à fé, contudo na ordem da natureza esta é a primeira: para onde quer que volvamos os olhos em derredor, devemos ter em mente que todas as coisas que nossos olhos divisam são obras de Deus, e ao mesmo tempo devemos refletir, em piedosa consideração, a que fim foram por Deus criadas. (Calvino, *As Institutas da Religião Cristã*, I.6.2)

⁴² A ideia marxista original é a de que é o conjunto de relações de produção (a estrutura) que determina a estrutura social, política, jurídica e ideológica (a superestrutura).

Segundo McGrath (1990), há nas cartas de Sir Isaac Newton a Richard Bentley claras alusões à referência de Calvino ao universo como “teatro da glória de Deus”. Na visão de Abraham Kuyper (2002), contemporâneo de Weber, o calvinismo não pôde fazer outra coisa na história senão encorajar o amor pela ciência.

Posteriormente, em seu livro, Weber (2004) se serve de um documento como delineamento provisório do espírito do capitalismo, como ligado ao protestantismo. Aqui, entretanto, temos outro problema. Isso porque, com se viu antes, o documento que ele escolhe é um livro de máximas enunciadas por ninguém menos do que Benjamim Franklin. Ele disse que a estrita evitação de Franklin por vaidades que desperdiçavam tempo e dinheiro eram frutos típicos de sua educação puritana. Mas Werner Sombart (1993) sugeriu que esses escritos são apenas um eco dos florentinos dos séculos XIV e XV e que a riqueza dos burgueses de Florença foi construída com parcimônia e diligência em um esquema de vida semelhante ao de Franklin. Ou seja, Sombart menciona a afinidade do protestantismo ascético com o capitalismo. Entretanto, ele não a toma como causa do espírito capitalista, mas antes como uma consequência de processos gerais de racionalização.

De fato os pais de Franklin eram puritanos, que fugiram para Massachusetts devido à perseguição religiosa, batizaram seu filho como puritano e que, ao crescer, ele teve a influência religiosa de alguns pastores. No entanto, segundo Chavez (2018), sua religião nunca foi claramente definida ou consistente ao longo de sua vida. Weber (2004, p. 47) chega a dizer que Franklin era de confissão “palidamente” deísta. Mas, Chavez (2018) – investigando se ele era, de fato deísta ou não – conclui que ele se enquadrava nas descrições dos deístas, embora também incorporasse tanto o politeísmo, quanto as crenças puritanas à sua religião. No final, afirma ela: “o que se pode concluir é que Benjamin Franklin tinha crenças alinhadas aos princípios deístas; contudo, a verdadeira religião de Franklin era a sua.” (Chavez, 2018, p.7).

Como afirma Biéler (2012, p. 619), “em parte alguma há lugar, nos escritos e atos de Calvino, para inserir-se, por exemplo, o texto de Benjamin Franklin citado por Weber, sem que apareça, em toda a sua violência, o contraste entre sua moral e a moral deste puritano.”.

Sim, o documento de Franklin é apenas um delineamento parcial, mas, ainda denuncia um determinado viés. Afinal, ainda que seja importante, de fato, explicar a emergência de um modo de ver, que permitiu determinado modo de produção, há que se pensar se aqueles aspectos específicos desse modo de pensar de fato refletem o modo de pensar do protestantismo e, em especial, do calvinismo em si. Até que ponto a forma como essas populações assimilaram uma ética protestante em suas representações sociais representa o pensamento da reforma e

mesmo o pensamento puritano? Será que o capitalismo não adotou a doutrina da vocação, retirando-lhe o sentido cristão, fazendo-o apenas uma teoria para obrigações terrenas?

Afora que, mesmo nas partes seguintes de seu trabalho, em que ele procura prover um conceito formal para o “espírito” capitalista, ligando-o à tradição calvinista, ele faz leituras parciais deste, como se verá na parte seguinte deste capítulo. Por exemplo, quando ele define a doutrina da predestinação “como o mais característico dos dogmas do calvinismo” (Weber, 2004, p. 127). É bem verdade que para o leitor leigo talvez esse seja o caso. Mas não para o especialista. Lucas (2011), por exemplo, afirma, como tal, a soberania de Deus. Até porque Weber (2004) mesmo afirma, posteriormente, que tal dogma aparece em Calvino somente de forma gradual, sendo muito mais afirmado por seus seguidores. Afinal, para Calvino, a doutrina da predestinação vinha na esteira lógica da soberania de Deus.

Como afirma Gomes (2002, p. 20), “a doutrina da soberania de Deus e a crença nesta graça especial, concedida como resultado da obra vicária de Cristo na cruz, é a base para a doutrina da predestinação”. Mesmo que levemos em conta a distinção feita por Weber entre dogma mais característico e dogma mais essencial, privilegiando o primeiro pelo seu efeito histórico-cultural, a doutrina da soberania teria precedência.

Ferreira (2000, p. 8) afirma que,

Além de Weber fazer uma confusão histórica na definição de puritanismo, pietismo, metodismo e anabatistas, temos uma caricatura reducionista e simplista da tradição reformada. Por exemplo: a doutrina da predestinação, em Calvino, foi totalmente retirada de seu contexto mais amplo: criação, queda, redenção e restauração. Também não há nenhuma menção à doutrina do pecado original, e do alcance do pecado no homem, ou à graça comum. Nem mesmo outras obras do reformador são mencionadas, como, por exemplo, seus numerosos comentários, cartas, tratados, etc. Isto acabaria por dar uma visão mais ampla do pensamento econômico e social de Calvino.

Weber também não menciona uma vez sequer, como notado por Ferreira (2000), a teologia da aliança, como formativa da mentalidade puritana. Sua tese, como ele mesmo admite, está limitada pelo uso de fontes como John Bailey, Richard Baxter, John Bunyan e H. Heppe. Sendo que são muito menos representativas do movimento puritano do que autores como: William Perkins, Richard Sibbes, John Owen, Thomas Goodwin e Thomas Watson. Parece,

portanto, que, no mínimo, ele fez uma confusão entre o puritanismo e o movimento posterior, do não-conformismo⁴³.

Segundo Ryken (1992, p. 71),

[Weber] ... encontrou muitas conexões [entre “a ética protestante” e o “espírito do capitalismo moderno”]: uma crença de que se pode servir a Deus no chamado pessoal secular, uma tendência a viver vidas disciplinadas e até ascéticas, um espírito de individualismo, uma ênfase no trabalho árduo e uma boa consciência referente ao ganhar dinheiro. Embora Weber fosse altamente seletivo nos dados que escolheu para considerar, sua análise descobriu muito de importante sobre o movimento protestante. A chamada tese de Weber produziu alguns resultados infelizes, porém. Os protestantes têm sido descritos com tendo elevado o ganhar dinheiro ao mais alto objetivo na vida, como vendo o acúmulo de riquezas como uma obrigação moral e com aprovando virtualmente todo o tipo de competição nos negócios. Uma olhada nas atitudes e práticas puritanas relacionadas ao dinheiro mostrará que a tese de Weber era uma boa idéia que acabou pervertendo seriamente a verdade.

Alexis de Tocqueville (1977), traz outra luz quanto aos puritanos que, como era de se esperar, coloca abaixo a ideia de que estes eram puramente pessoas ávidas pelo desenvolvimento material – como se alguém estivesse disposto a atravessar um oceano para o desconhecido por ponderações de tal ordem. Em “Democracia na América”, ele explanou acerca dos Puritanos:

(...) os imigrantes da Nova Inglaterra levavam consigo admiráveis elementos de ordem e de moralidade; entravam pelo deserto acompanhados de suas esposas e seus filhos. Mas o que os distinguiu, sobretudo, de todos os outros (colonizadores) era a própria finalidade de sua empreitada. Não tinham abandonado o seu país forçados pela necessidade; deixavam para trás uma posição social cuja perda seria lamentável e meios da vida garantidos; tampouco passaram ao Novo Mundo a fim de ali melhorar a sua situação ou de fazer aumentar as suas riquezas, arrancavam-se às doçuras da prática para obedecer a uma necessidade puramente intelectual; expondo-se às misérias inevitáveis do exílio, desejavam fazer triunfar uma ideia. (...) os imigrantes pertenciam àquelas seitas inglesas que, por causa da austeridade de seus princípios, tinha recebido o nome de puritana. O puritanismo não era apenas uma doutrina religiosa: confundia-se ainda, em vários aspectos, com as teorias democráticas e republicanas mais absolutas. Por causa dessa tendência tinha ganho os seus mais perigosos adversários. Perseguidos pelo governo da mãe-pátria, ofendidos no rigor de seus princípios pela marcha cotidiana da sociedade em cujo seio viviam, os puritanos

⁴³ A principal diferença entre puritanismo e não-conformismo reside na sua relação com a Igreja da Inglaterra. Os puritanos, embora buscassem uma reforma dentro da igreja, não se consideravam separatistas e queriam purificar a igreja anglicana de traços católicos, enquanto os não-conformistas eram protestantes que se recusavam a seguir as práticas e o governo da Igreja Anglicana, formando assim igrejas separadas.

procuravam uma terra tão Bárbara e tão abandonada pelo mundo que nela pudessem ainda viver à sua maneira e rezar a Deus em liberdade.(Tocqueville, 1977, p.33).

Tais coisas podem parecer coisas secundárias, mas veja que ao se retirar as coisas da sua ordem lógica ou ao enfatizar o que convém e obscurecer o que não convém, reduz-se o peso de um argumento. Algo que Weber faz não só nesse mister, mas quando cita a Confissão de Fé de Westminster tirando textos do seu contexto e citando-os fora de ordem.

3.2 A Confissão de Fé de Westminster e Weber

Procurando, então, explorar o dogma da predestinação, Weber (2004, p. 129) passa a dizer que, ao fazê-lo, “temos de tomar contato com seu conteúdo autêntico, tal como consta da Confissão de Fé de Westminster, de 1647, a qual nesse ponto foi simplesmente repetida nas profissões de fé dos independentes e dos batistas”. Ele passa, assim, a citar o que ele crê serem os pontos principais quanto a esse dogma na CFW. Porém, como já dito, o faz de forma parcial (mesmo em relação aos parágrafos) e fora de ordem (no que tange aos capítulos).

A questão da ordem importa porque como afirmado por Dixhoorn (2017), a disposição dos capítulos, em si, da CFW é lógica e não solta e desconexa. Vide que, conquanto o conhecimento de Deus seja o mais importante, ele só aparece como tema no segundo capítulo, dado que, logicamente, só é possível ao homem caído conhecer salvificamente a Deus por meio daquilo que Deus se dá a conhecer a ele por meio das Escrituras, tema do primeiro capítulo.

Como afirma Duncan (2023), a CFW, bem como os catecismos de Westminster, podem ser divididos em duas partes, semelhantes a algumas das epístolas de Paulo: doutrina (no caso da CFW, capítulos 1 a 18) e dever (no caso da CFW, capítulos 19 a 33). Assim, a confissão resume para nós o que as Escrituras nos ensinam a crer (a teologia da fé) e como devemos viver (uma ética cristã prática). Subdividindo essas duas grandes partes sob a ótica da filosofia teríamos a primeira parte dividida em epistemologia (capítulo 1) e metafísica (capítulos 2 a 8) e a última em ética (capítulos 9 a 11) e teleologia (32-33). Robert Shaw (2020, p. 17), comentando acerca da CFW, afirma que “uma simples olhada em seu índice mostrará com que habilidade primorosa sua organização prossegue da declaração dos primeiros princípios até o desenvolvimento regular e a consumação final de todo o esquema da verdade revelada”.

Entretanto, Weber a cita, na ordem seguinte: Capítulo IX, parágrafo 3; Capítulo III, parágrafos 3, 5 e 7; Capítulo X, parágrafo 1; e Capítulo V, parágrafo 6. Após citar tais trechos

– mais uma vez demonstrando seu julgamento de valor, apesar de dizer que não lhe interessava uma “valoração, e sim como o dogma se pôs historicamente” (Weber, 2004, p. 131) – ele cita John Milton, que diz: “posso ir para o inferno, mas um Deus como esse jamais terá o meu respeito” (Weber, 2004, p. 131).

Abaixo se procurará, portanto, reproduzir os textos citados, como constam na CFW, na ordem apresentada por Weber, mas apresentando outros textos acessórios, comentando acerca destes e da visão de Weber a seu respeito.

CAPÍTULO IX – DO LIVRE ARBÍTRIO

III. O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.

O capítulo IX da CFW discute a liberdade da vontade. Por isso, em seus parágrafos iniciais somos informados que a vontade dos seres humanos é naturalmente livre. Embora seja importante definir o que se quer dizer por essa liberdade. Assim, nos parágrafos de 2 a 5 deste capítulo, a Confissão olha para a vontade do homem por meio destes quatro estágios da história redentiva. Estes refletem em muito os quatro estados da liberdade natural, ensinadas por Agostinho (2018), apresentados, a seguir, entre parênteses. Os quatro estados, segundo Muller (2017), são: 1) a liberdade de Adão, caracterizada pela capacidade plena de não pecar, dada uma natureza não viesada para o bem ou para o mal (*posse peccare*); 2) a liberdade dos pecadores, que se reflete em uma incapacidade absoluta para fazer o bem, dado que apesar de possuir liberdade ou arbítrio este, dada sua natureza caída, é inclinado para o mal (*non posse non peccare*); 3) Liberdade dos fiéis, que reflete a capacidade de resistir ao pecado (*posse non peccare*); e 4) Liberdade de glória ou liberdade plena, no sentido que liberdade e natureza estão inclinadas para que o homem seja o que ele foi criado para ser e que, portanto, sua natureza faz com que ele seja incapaz de pecar (*peccare non posse*).

Como esclarece Hodge (1999, p. 222): “em todos esses estados, o homem é imutavelmente um agente livre e responsável, e em todos os casos escolhe ou recusa conforme, no geral, prefere fazer”. Entretanto, ele esclarece que a questão é que a volição de um homem é como seus desejos são e seus desejos são determinados pelos gostos, tendências e hábitos gerais ou permanentes de seu caráter e este é determinado, por sua vez, pela natureza e pelas características permanentes de sua própria alma. Ele é responsável por estes, porque são as tendências e qualidade de sua própria natureza (inocente, caída, regenerada ou glorificada).

Por isso, esclarece Hodge (1999, p. 223) que

Quando dizemos que o homem é um agente livre, queremos dizer: 1.) Que ele tem o poder de originar ações; que ele é automovido e não se move apenas quando é movido de fora. 2.) Que ele sempre deseja aquilo que, com base na visão geral do caso apresentado por seu entendimento no momento, ele deseja desejar. 3.) Que o homem é dotado de uma razão para distinguir entre o verdadeiro e o falso, e de uma consciência para distinguir entre o certo e o errado, a fim de que seus desejos e consequentes volições sejam racionais e justos; e, no entanto, seus desejos não são necessariamente racionais ou justos, mas são formados sob a luz da razão e da consciência, sejam conformes ou contrários a elas, de acordo com a disposição habitual permanente ou o caráter moral da própria alma.

Por isso o parágrafo 3, especificamente, traz justamente essa realidade do segundo estado, no qual a humanidade caída, não regenerada, se encontra. Não que Adão e Eva, após a Queda, não pudessem mais fazer nada de bom, mas que qualquer bem que fizessem seria maculado por pecado, seja nas suas motivações, intenções, ações ou reações. Mais do que isso, que “eles já não eram capazes de fazer nada bom, sensível ou sábio para a própria salvação”, conforme ensina Dixhoorn (2017, p. 160). Além disso, como Adão era o cabeça representativo da humanidade, e ele falhou, todo ser humano já nasce em pecado.

Weber erra, portanto, quando diz que “supor que mérito humano ou culpa humana contribuam para fixar esse destino significaria encarar as decisões absolutamente livres de Deus, firmadas desde a eternidade, como passíveis de alteração por obra humana: ideia impossível” (Weber, 2004, p. 94). Ele erra não por crer que os decretos eternos de Deus sejam inalteráveis, mas por crer que o ser humano não é livre. Além disso que, na sua liberdade ele não tenha escolhido pecar agora e pecar outrora, de modo que já nasce sobre as consequências do pecado original de Adão, o que implica, sim, que culpa humana fixou o destino daqueles que se perdem. Todos merecemos a punição eterna porque todos pecamos em Adão e continuamos acrescentando pecados ao seu. Somos livres, mesmo na nossa condição natural pós-Queda, mas nossa natureza enviesada pelo pecado faz com que escolhamos pecar. E isso merece punição. Ou, como a CFW afirma no capítulo VI (Da Queda do Homem, do Pecado e do seu Castigo):

VI. Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária, torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus e à maldição da lei e, portanto, exposto à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas.

A diferença é que Deus, em sua misericórdia, decidiu na eternidade, salvar alguns (ele poderia não ter salvado ninguém), revelando-se a esses que também não mereciam perdão.

Assim, não há a alegada discrepância ou mudança da visão do “‘Pai que está no céu’, mostrado pelo Novo Testamento de forma acessível à compreensão humana, o qual se alegra com o regresso do pecador feito a mulher que acha a moeda que havia perdido” para “um Ser transcendente que escapa a toda compreensão humana e que, desde a eternidade, por decretos de todo insondáveis, fixa o destino de cada indivíduo e dispõe cada detalhe no cosmos” (Weber, 2004, pp. 94-95). Esse ser transcendente é imanente e ele não escapa a toda compreensão humana, precisamente porque ele se revela aos seus. Por isso seria importante ter passado, antes, pelo primeiro capítulo da CFW, que fala sobre as Escrituras, a revelação especial de Deus. Mas, sem o fazer, chega-se a conclusões como as de que “em sua desumanidade patética, essa doutrina não podia ter outro efeito sobre o estado de espírito de uma geração que se rendeu à sua formidável coerência, senão este, antes de mais nada: um sentimento de inaudita solidão interior do indivíduo” (Weber, 2004, p. 95).

CAPÍTULO III – DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS

III. Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.

V. Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus antes que fosse o mundo criado, escolheu em Cristo para a glória eterna os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa.

VII. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados.

Esse capítulo da Confissão fala sobre o conselho ou plano eterno de Deus. Aqui, Dixhoorn (2017, p. 67) diz que, aprendemos as coisas que Deus positivamente “ordena” ou decreta. Diz ele que nosso Deus ordenou, “tudo quanto possa ou há de acontecer”. Hodge (1999) afirma que os primeiros parágrafos deste capítulo afirmam que o decreto eterno, soberano, imutável e incondicional de Deus determina todos os eventos de todas as classes que ocorrem. E se tudo isso está encerrado em seus planos, obviamente que isso encerra, também, o destino da humanidade. No que diz respeito a homens e anjos, Deus predestina alguns para a vida eterna, enquanto outros são preordenados para a morte eterna.

Dixhoorn (2017) assevera, entretanto, que a afirmação de que Deus ordenou todas as coisas requer três limites qualificadores para que não se vagueie em direções que se mostram perigosas. O primeiro limite exclui a ideia de que Deus possa, de alguma forma, ser o autor do

pecado. O segundo limite se refere ao fato de que Deus, ao ordenar tudo o que acontece, não violenta a vontade dos seres humanos. Deus é soberano, mas, como foi dito antes, num sentido muito real, somos livres e totalmente responsáveis por nossas ações. O terceiro limite protetivo é que o plano de Deus ainda emprega causas secundárias. Em outras palavras, os meios ainda importam porque Deus não somente decide o que vai acontecer, mas como vai acontecer.

Quanto ao parágrafo III, acima, em específico, vemos que o que a CFW declara é que Deus elegeu certos indivíduos para a vida eterna, e todos os meios e condições para isso, com base em sua soberana boa vontade. Nesse propósito, a fé é meio instrumental e não causa. É por conta da eleição que ele é chamado, vindo a se arrepender e a experimentar a fé salvífica. Entretanto, como ressalta Dixhoorn (2017, p. 73), ao nos perguntarmos do porquê alguns são eleitos e outros não, é útil lembrar de três coisas:

Primeira, todos nós temos feito por merecer a punição do pecado. Se olharmos atentamente para nossos corações maus, saberemos o que nos espera no dia do julgamento. Nunca iremos compreender a punição divina até que tenhamos uma compreensão de nossa própria depravação. Compreensão das sérias implicações dessa depravação e, também, de um retrato exato da total pureza de Deus. Segunda, o que é de se admirar não é o juízo de Deus, mas que no final das contas descobrimos que nosso Mestre tenha, desde a eternidade, planejado para nós sua imerecida misericórdia. Terceira, temos de prestar atenção que quando Deus determina o destino de suas criaturas, ele o faz como faz todas as coisas para sua própria glória, porque ele é Deus (Rm 9.23).

Observa-se que no quinto parágrafo desse capítulo, a atenção fica firmemente focada naqueles que são predestinados para a vida. Com relação a esse enfoque nos que são predestinados para a vida, em oposição àqueles que são preordenados para a morte, Shaw observa algo de interessante em relação ao próprio uso de palavras diferentes para um e para o outro caso, ou seja, as palavras “predestinado” e “preordenado”, que parece confirmar que todos os homens são culpados diante de Deus, não sendo sem razão a sua condenação. Diz ele que:

Por predestinação, eles queriam dizer um decreto positivo determinado a conferir vida eterna; e isso eles consideravam como a base de todas as doutrinas da livre graça [...]. Por preordenação, por outro lado, eles queriam dizer um decreto de ordem, ou arranjo, determinando que o culpado deveria ser condenado à morte eterna; e isso eles consideravam como a base do procedimento judicial, segundo o qual Deus "ordena os homens à desonra e à ira por seus pecados", e tendo em conta o próprio caráter e conduta do homem. Note-se ainda que, de acordo com essa visão, o termo predestinação jamais poderia ser aplicado com propriedade aos perdidos, o termo preordenação poderia ser aplicado aos salvos, visto que eles também são sujeitos, em certo sentido, do procedimento judicial. Consequentemente, não há nenhum exemplo na Confissão de Fé em que o termo predestinação seja aplicado aos perdidos, embora existam vários casos em que o termo preordenação, ou um termo semelhante, seja aplicado aos salvos. (Shaw, 2020, p. 20).

Por fim, note que a última palavra sobre o assunto da eleição tem de ser sobre o próprio Deus. Tudo é para louvor da glória da graça de Deus. Por isso, a necessária humildade diante de Deus especialmente no que concerne a esses assuntos.

Sobre estas questões acima, referindo-se a Calvino, Weber (2004, p. 94) afirma:

Para Calvino, não é Deus que existe para os seres humanos, mas os seres humanos que existem para Deus, e todo acontecimento — incluindo pois aí o fato para ele indubitável de que só uma pequena parcela dos humanos é chamada à bem-aventurança eterna — pode ter sentido exclusivamente como um meio em vista do fim que é a autoglorificação da majestade de Deus. Aplicar critérios de “justiça” terrena a seus desígnios soberanos não faz sentido e é uma ofensa à sua majestade, posto que ele e somente ele é livre, ou seja, não se submete a nenhuma lei, e seus decretos só nos podem ser compreensíveis ou em todo caso conhecidos na medida em que ele achar por bem comunicá-los a nós. Apenas a esses fragmentos da verdade eterna podemos nos ater; todo o resto: — o sentido de nosso destino individual — acha-se envolto em mistérios obscuros que é impossível e arrogante sondar. Se os réprobos quisessem se queixar do que lhes coube como algo imerecido, seria como se os animais se lamentassem de não terem nascido seres humanos. Pois toda criatura está separada de Deus por um abismo intransponível e aos olhos dele não merece senão a morte eterna, a menos que ele, para a glorificação de sua majestade, tenha decidido de outra forma.

Observe como, em linhas gerais, Weber não está errado. Importante, entretanto, é notar o que transparece em suas declarações, nas suas minúcias. Quando ele fala, por exemplo, que Deus decide chamar somente uma pequena parcela dos humanos para a bem-aventurança eterna, para a autoglorificação de sua majestade, ele parece querer dar a entender que Deus precisa disso. Isso, no sentido de que, do contrário, ele não seria glorificado. Ou que ele o faz quase como um capricho de uma criança que quer ser adulada. Porém, Deus é glorificado tanto nos vasos de honra, quanto nos vasos de desonra (Rm 9.19-23); tanto nos que o perfume de Cristo representa morte, como nos que representa vida (2 Co 2.15-16).

De fato, uma das grandes consequências decorrentes da doutrina da Trindade – que, portanto, diferencia os cristãos dos judeus e dos muçulmanos – é precisamente que Deus não precisava do ser humano para experimentar amor e comunicação, uma vez que ele já experimentava disso na Trindade. De forma que se ele cria o ser humano, acomodando seu conhecimento a fim de entrar em comunicação com ele e entrando em aliança com ele, é por um livre ato de incomensurável graça.

Pior, entretanto é essa ideia de Weber de que, sendo Deus absolutamente livre, ao contrário dos seres humanos, aplicar critérios de justiça terrena a seus desígnios soberanos não faria sentido e é uma ofensa à sua majestade. Em uma lida superficial isso estaria absolutamente certo. Porém, embora Deus, de fato, por ninguém seja limitado, ele é limitado por si mesmo,

por seus atributos⁴⁴. E isso faz toda a diferença. Porque significa que não estamos à mercê de um deus que pode assumir a natureza de um demônio. Os atributos incommunicáveis de Deus, como sua auto existência autônoma, a sua imutabilidade, sua infinidade, nos dão segurança porque fazem com que seus atributos comunicáveis, como seus atributos morais de bondade e justiça, não dependam de nada além de si mesmo. Quando isso é conjugado com sua onipotência, fica ainda mais claro que ele não só é pleno potencial, mas potência (irrestrita). O seu conselho é sempre bom e justo e o que o seu conselho justo e bom determina ele pode fazer e faz. E Deus escolheu revelar ao homem esses atributos do seu ser como forma de prover esse conforto. Algo que, mais uma vez, não teria escapado a Weber, se ele tivesse lido ou se atido com mais atenção, ao capítulo I da CFW, ao invés de ignorá-lo.

CAPÍTULO X – DA VOCAÇÃO EFICAZ

I. Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito, tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando-lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.

O parágrafo 1, do capítulo X, inicia sua discussão da vocação (ou chamado) eficaz nos lembrando que há algo chamado predestinação. Conforme Romanos 8.30, a todos aqueles a quem Deus predestinou, ele chamou. A criação e a consciência revelam a Deus e chamam a humanidade para adorá-lo. Mas somente a pregação da Palavra é o meio ordinário pelo qual alguns virão a crer. E a resposta a esse chamado externo dependerá de um chamado interno efetuado pelo Espírito Santo. Em outras palavras, há um chamado externo da Palavra de Deus, estendido a todos os homens a quem o evangelho é pregado. Mas esse chamado é inócuo sem o chamado interno do Espírito de Deus. Ele garante a eficácia do chamado externo, efetuando

⁴⁴ Quanto a esse assunto, Nash (2008), procurando demonstrar que Deus é um Deus lógico e que, portanto, não está acima da lei da não-contradição, nos traz aqueles textos bíblicos que afirmam que não se pode jurar por nada maior do que Deus e que ele não pode mentir (Hb 6.13; Tt 1.2 e Hb 6.18). Além disso, Nash afirma que se Deus operasse segundo uma lógica diferente nada impediria dele, por exemplo, anunciar no julgamento final que não há diferença entre crentes e incrédulos.

a regeneração dos eleitos. Em nada tal chamado interno depende do próprio ser humano. É Deus quem usa sua Palavra e seu Espírito para chamar seu povo para si e isso ele faz eficazmente.

Segundo Hodge (1999, p. 235),

O Espírito Santo, no ato do chamado eficaz, faz com que a alma se regenere ao implantar um novo princípio governante ou hábito de afeição e ação espiritual. A própria alma, na conversão, age imediatamente sob a orientação desse novo princípio, voltando-se do pecado para Deus por meio de Cristo.

Robert Shaw (2020), faz uma defesa onde lembra que quando Deus chama aos cristãos, a sua vontade não é destruída; antes, o Espírito Santo os faz ver o quão gracioso é o evangelho. Por isso eles mui livremente suplicam por este.

É nesse sentido que Weber erra ao afirmar a “dominação” calvinista como tirania, como eliminação da liberdade humana. Isso porque o tomar de qualquer decisão absolutamente livre envolve possibilidade de escolha. Toda decisão livre pressupõe: a) a existência de alternativas; b) a existência de informação suficiente sobre as alternativas (o ônus e bônus de cada escolha – sendo que o custo de escolher um caminho não é só o custo daquele caminho em si, mas a renúncia do caminho alternativo); e, principalmente, c) condições físicas e mentais de fazer tais escolhas sem ser influenciado a um ou outro caminho por elas. Assim, a liberdade humana não é eliminada pela conversão, mas exarcebada.

É verdade, como afirmado por Weber (2004) que, a fim de tentar confirmar objetivamente sua predestinação e vocação eficaz, alguém seria induzido a se valer do bem desempenhar da vocação profissional para tal. Isso uma vez que na sua visão

o reformado [o calvinista] também queria salvar-se sola fide. Entretanto, dado que já na visão de Calvino os simples sentimentos e estados de espírito, por mais sublimes que possam parecer, são enganosos, a fé precisa se comprovar por seus efeitos objetivos a fim de poder servir de base segura para a certitudo salutis. (Weber, 2004, p. 103)

Mas, sem tal chamado interno, até quanto tempo alguém conseguiria fazê-lo? Além do mais, até quando essa ideia de vocação profissional, marca distintiva do capitalismo moderno na sua visão, conseguiria existir, de forma coerente, sem o chamado interno real. Afinal, não se está falando do mero exercer de uma profissão, mas do exercê-la como vocação.

CAPÍTULO V – DA PROVIDÊNCIA

VI. Quanto àqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece em razão de pecados anteriores, ele somente lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações, mas às

vezes tira os dons que já possuíam, e os expõe a objetos que a sua corrupção torna ocasiões de pecado; além disso os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás: assim acontece que eles se endurecem sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros.

Os três primeiros capítulos da Confissão lembram que a criação e a Palavra revelam que há um Deus verdadeiro que decretou todas as coisas. A CFW parte desse ponto para nos dizer como Deus executa esses decretos. O seu capítulo IV resume como Deus criou todas as coisas. Neste capítulo e, de certa forma, daqui em diante, na Confissão, se vê como Deus providencialmente sustenta todas as coisas. O sustento da criação não é um programa básico de manutenção. Como afirma o primeiro parágrafo deste capítulo, ele “sustenta, dirige, dispõe e governa” sua criação. Os parágrafos seguintes, por sua vez, mostram que Deus usa meios para cumprir seus propósitos, sendo “livre para operar sem eles, sobre eles ou contra eles, segundo seu arbítrio” de modo que provisão “se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens”. Isso, porém, de tal forma que Deus não é o autor de pecado e nem o aprova. Assim Deus permite que seus filhos, tanto quanto os ímpios, sejam entregues à tentação e à corrupção do próprio coração por vezes. Mas, enquanto neles isso é para aperfeiçoamento, nos não regenerados é para destruição.

Weber não traz nada aqui que desabone a apresentação deste parágrafo da CFW. Isso porque, na verdade, nenhum comentário é feito a esse respeito. Embora, logo após a sua apresentação ele solte a frase de Milton supracitada que diz que um Deus como esse jamais terá o seu respeito. Como o parágrafo não era necessário para justificar a sua tese, fica, então, a dúvida de se ele não teria o citado para justificar o desprezo de Milton e, talvez, o seu. Mais uma vez, entretanto, o problema está no que ele não revela ao pintar esse quadro. Vide que ele não cita o parágrafo anterior que diz:

V. O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa por algum tempo seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção dos seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo dos seus corações, a fim de que eles sejam humilhados; para animá-los a dependerem mais intima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecar, para vários outros fins justos e santos.

O fato dele não o citar é prejudicial não só no sentido de não formar o quadro completo deste Deus ao qual se refere, mas de não mostrar que, conquanto a ideia de predestinação possa impregnar o fiel com a vontade de se afirmar como salvo, por meios objetivos relacionados à consecução de sua vocação profissional neste mundo – como uma

ascese intramundana –; a riqueza e o trabalho oriundos dessa ascese jamais poderiam ser vistos como tendo qualquer identidade para com a certeza da salvação.

Isso porque, como o parágrafo afirma, dado que o mais importante para Deus não são as condições temporárias deste mundo em si, ele, muitas vezes, entrega os seus próprios filhos a situações em que são sujeitos à corrupção, para o seu aperfeiçoamento. Assim essa identidade não pode ser estabelecida com o rigor matemático que se parece atribuir.

Quanto a isso, o capítulo da certeza da salvação é ainda mais claro e, dado que grande parte da teoria de Weber versa sobre a tentativa de se alcançar essa certeza pela ascese intramundana, parece no mínimo estranho que ele não tenha citado tal capítulo, o qual é reproduzido por inteiro abaixo:

CAPÍTULO XVIII – DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

I. Ainda que os hipócritas e os outros não regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação, esperança essa que perecerá, contudo, os que verdadeiramente crêm no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará.

II. Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos nós filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção.

III. Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades; contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários. É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.

IV. Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que temem; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito, e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto.

Note que, impressionantemente, a CFW parece se adiantar a tais argumentos de Weber ou mesmo à má compreensão de cristãos que possam realmente ter entendido a sua fé como por ele foi interpretada, ao não colocar nenhum critério material para a confirmação da salvação. Antes, ela afirma que qualquer falsa esperança e presunção, dos hipócritas e não regenerados, de se acharem no favor de Deus perecerá. Além disso, que essas esperanças possuem evidências internas e, portanto, segundo a ótica de Weber, subjetivas, sim. Também que “sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários”. No capítulo XIV (da Fé Salvadora), parágrafo primeiro, a CFW esclarece melhor quais seriam esses meios. Essencialmente, ela diz que são esses o ministério da Palavra, a administração dos sacramentos e a oração.

É bem verdade que fazem parte dos frutos próprios dessa segurança e são, portanto, uma evidência de uma fé viva e verdadeira, a firmeza e alegria nos deveres da obediência. Também, que essa obediência se refere, dentre outras coisas, à feitura de boas obras, em obediência aos mandamentos de Deus contidos na sua Lei Moral, conforme os capítulos XVI e XIX da CFW ensinam. Mas, primeiro que a própria CFW não faz essa ligação tão estreita entre cumprimento da vocação secular ou secundária, em si, e a certeza da salvação. Segundo que esse tema do trabalho, como parte das obras requeridas do regenerado, só vai aparecer nos outros documentos emanados da Assembleia de Westminster, ou seja, no seu Catecismo Maior e no seu Breve Catecismo. Ainda assim, de maneira ponderada, conforme os textos bíblicos, já vistos, instruíam os *Westminster Divines*⁴⁵.

Quando o Catecismo Maior de Westminster (CMW) fala de trabalho é fato que ele, ao se referir aos deveres exigidos no sétimo mandamento (Pergunta 138), coloca o “trabalho diligente em nossas vocações” dentre esses deveres. Mas, no sexto mandamento, ele coloca como deveres exigidos neste o uso sóbrio do trabalho (Pergunta 135). Além do mais, quando ele nos instrui quanto a como santificar o dia do Senhor, ele claramente diz que isso deve ser feito por meio de um “santo descanso [...] não somente de tudo o que é sempre pecaminoso,

⁴⁵ O termo se refere aos teólogos e outros indivíduos eruditos que participaram da Assembleia de Teólogos de Westminster, um conselho convocado em 1643 pelo Longo Parlamento Inglês, responsável pela feitura da Confissão de Fé de Westminster.

mas até de todas as ocupações e recreios seculares” (pergunta 117). As respostas, no Catecismo, que talvez mais apresentem discrepâncias com as concepções atribuídas aos puritanos por Weber, entretanto, são aquelas referentes ao oitavo mandamento (pergunta 141). Quantos aos deveres exigidos por esse mandamento é dito que

Os deveres exigidos no oitavo mandamento são: a verdade, a fidelidade e a justiça nos contratos e no comércio entre os homens, dando a cada um o que lhe é devido, a restituição de bens ilicitamente tirados de seus legítimos donos; a doação e a concessão de empréstimo, livremente, conforme as nossas forças e as necessidades de outrem; a moderação de nossos juízos, vontades e afetos, em relação às riquezas deste mundo; o cuidado e empenho providentes em adquirir, guardar, usar e distribuir aquelas coisas que são necessárias e convenientes para o sustento de nossa natureza, e que condizem com a nossa condição; o meio lícito de vida e a diligência no mesmo; a frugalidade; [...] e o esforço por todos os modos justos e lícitos para adquirir, preservar e adiantar a riqueza e o estado exterior, tanto de outros como o nosso próprio.

Weber (2004) diz que a ascese protestante produziu o estímulo psicológico necessário à eficácia do capitalismo moderno, quando concebeu esse trabalho como vocação profissional, como o meio ótimo de uma pessoa se certificar do estado de graça, legalizando, inclusive “a exploração dessa disposição específica para o trabalho quando interpretou a atividade lucrativa do empresário também como ‘vocação profissional’” (Weber, 2004, pp. 162-163). Porém, nada poderia estar mais longe da verdade diante do que a citação acima diz e do que o CMW diz, esclarecendo o quinto mandamento, na resposta à pergunta 129, quanto às exigências dos superiores para com os seus inferiores:

Exige-se dos superiores, conforme o poder que recebem de Deus e a relação em que se acham colocados, que amem os seus inferiores, que orem por eles e os abençoem; que os instruem, aconselhem e admoestem, aprovando, animando e recompensando os que fazem o bem, e reprovando, repreendendo e castigando os que fazem o mal; protegendo-os e provendo-lhes tudo o que é necessário para a alma e o corpo; e que, por um procedimento sério, prudente, santo e exemplar glorifiquem a Deus, honrem-se a si mesmos, e assim preservem a autoridade com que Deus os revestiu.

É por isso que Gregg (2013) afirma que a precisão da interpretação de Weber da teologia calvinista é questionável. Isso, posto que a Confissão de Fé de Westminster indica que a noção de “vocação” no pensamento puritano e calvinista é difícil de conciliar com o significado que é atribuído por Weber.

Vide que, se referindo à vocação, Frame (2013) diz:

Embora o termo vocação sugira uma revelação divina a cada pessoa da tarefa que Deus tem para ela, os reformadores não consideram vocação como uma revelação especial. A revelação especial está limitada à Escritura. Porém, Deus dá a cada crente

a sabedoria para descobrir como Deus o capacitou e como ele melhor pode usar esse dom no reino de Deus. Essa sabedoria deve, é claro, ser comparada com sabedoria dos outros crentes, que podem nos ajudar a avaliar nossos dons. Não seria errado descrever esse processo como "revelação existencial" [...]. Na vocação. Deus nos capacita a aplicar os princípios da Escritura à nossa própria vida e as nossas circunstâncias. Nesse processo, percebemos a vontade de Deus para nossa vida" e desenvolvemos a certeza de que estamos no lugar que Deus deseja para nós. A vocação vem a nós, pois, por meio de (1) Deus nos dar dons, (2) o Espírito nos capacitar a discernir esses dons por meio do autoexame e da confirmação de outros na igreja. (3) Deus prover oportunidades para desenvolvermos e exercitarmos esses dons, (4) Deus prover sabedoria para usarmos esses dons de modo a glorificá-lo, estender seu reino, cumprir seus mandatos e, no final, gozá-lo para sempre.

3.3 Conclusão

Assim, vemos que mesmo que a tese inicial de Weber faça sentido – afinal, muitos países culturalmente católicos ficaram para trás de outras nações ocidentais em termos de desenvolvimento econômico – uma análise mais cuidadosa de suas afirmações, no entanto, logo as revela como insuficientes. Não se ignora seu esforço monumental de pesquisa, ainda mais dado o seu contexto. Porém, por não ter o requerido refinamento na área teológica e ter se servido de alguns autores liberais, como Ritschl, ele não pôde transmitir uma visão fidedigna do calvinismo. Ademais, há certas coisas que só podem ser compreendidas pelo Espírito, razão pela qual Weber parece ter uma visão tão rebaixada do calvinismo. Assim, no que ele acerta, ele o faz ao se referir não ao ideal calvinista ou puritano, mas a possíveis perversões dos seus incautos e desconhecedores da sua própria doutrina ou daqueles que sequer fazem parte da igreja invisível.

Cap. 4 – PRINCÍPIOS BÍBLICOS ACERCA DA RIQUEZA

É oportuno, nesse momento, perceber não somente como a Palavra se referiu ao tema da riqueza, mas como ela foi interpretada pelos cristãos, ainda que de forma breve. Isso é especialmente relevante quando o foco está naqueles que foram incumbidos de transmitir as palavras dos apóstolos às gerações seguintes, na patrística, em Calvino e nos puritanos.

4.1 A riqueza na tradição cristã do período patrístico

Embora não haja concordância entre os estudiosos quanto à data do manuscrito “Didaquê”, segundo Gonzalez (2015) ele parece remontar ao século II. Portanto, além do Novo Testamento, é um dos primeiros documentos da igreja. Nessa época os pregadores itinerantes começavam a apresentar dificuldade de serem reconhecidos, razão pela qual eram confundidos com charlatões que buscavam lucro por meio da pregação do evangelho. Assim, tal documento procura definir critérios para discernir estes pregadores, dizendo que aquele que pede mais do que pão para viagem é falso. Também é em tal manuscrito que se encontra a referência mais antiga, fora do Novo Testamento, à comunhão de bens, conforme retratada em Atos 2.42-47. Segundo Gonzalez (2015), assim como em Atos, o princípio que governa a doação não é nem o ideal da vida comunitária, nem a renúncia ascética, mas a necessidade do outro.

O autor da “Epístola a Diogneto”, documento do século II d.C., descreve a vida dos cristãos, procurando desconstruir a visão errada acerca destes, contrastando sua vida com aquela defendida por Platão. Nisso declara que os cristãos “põem a mesa em comum, mas não o leito” (Epístola a Diogneto, 5.7). Segundo Gonzales (2015), aqui encontra-se de novo a prática, descrita em Atos, da *koinonia*, que aqui é fundamentada no fato de que a majestade de Deus não consiste tanto em poder e riquezas, quanto em amor e doação, sendo esta a atitude a ser imitada pelos cristãos.

Hermas, por sua vez, escreveu “O Pastor”, provavelmente, segundo Gonzalez (2015), entre 141 a 155 d.C. Isso enquanto Élio Aristides⁴⁶ fazia seu famoso “Discurso aos Romanos”, falando de um mundo próspero ao qual Roma trouxera paz e riqueza. Mas Hermas via o mundo dividido entre ricos e pobres. Como afirma Gonzales (2015, p. 158), “nenhum dos pais apostólicos devota tanta atenção a esse problema quanto Hermas”. Entretanto, a principal preocupação de “O Pastor” não é o bem-estar do pobre, mas a salvação do rico. Embora, naturalmente, isso represente para Hermas ajudar ao pobre. Razão pela qual ele faz algumas orientações a respeito. Ele considera as riquezas, em especial a sua busca, como um impedimento para a salvação. Primeiro, porque desvia a atenção da fé. Segundo, porque as riquezas levam aqueles que as buscam a más companhias. Terceiro, porque as riquezas envolvem um compromisso com a ordem presente e, em épocas de perseguição, esse compromisso torna muito difícil o permanecer firme na fé. Também em Hermas surge algo que se tornará um tema bastante comum na literatura cristã posterior que é a simbiose entre o rico e o pobre – de forma que um contribui com bens materiais, e o outro, com orações e piedade.

Escrevendo para defender a ordem e a autoridade, Clemente de Roma, aconselha: “Que o rico cuide das necessidades dos pobres; e que o pobre abençoe a Deus, porque Ele lhe deu alguém por quem suas necessidades podem ser supridas.” (Clemente de Roma, *1 Carta de Clemente aos Coríntios* 38.2). Policarpo de Esmirna (*Carta aos Filipenses*), em breve comentário, iguala a cobiça à idolatria. Entre os escritos dos primeiros apologistas não se tem muito a destacar, a não ser que Justino, na sua Primeira Apologia, repete o tema da *koinonia*.

Grandes mudanças ocorriam na igreja à medida que o cristianismo se aproximava do século II e, depois, se movia para o século III. Os escritos de Ireneu (*Contra as Heresias*), embora lidem em sua maioria com a refutação de heresias, trazem em determinado ponto (quando da refutação dos marcionitas) a ideia de que os israelitas não haviam roubado os egípcios, quando da sua saída do Egito com Moisés. Isso porque a própria vida daqueles egípcios tinha sido dada por meio de José, que proveu alimento. Além disso, que ao serem escravizados eles haviam produzido muito mais do que levaram embora. Mas Ireneu vai além,

⁴⁶ Públio Élio Aristides, 117 a 180 d.C., foi um retórico e autor greco-romano considerado o primeiro exemplo dos segundos sofistas, um grupo de célebres e altamente influentes oradores que floresceu desde o reinado do imperador Nero até cerca de 230 d.C.

ao afirmar que na verdade todos usam a riqueza que se toma de outra pessoa. Na passagem em que ele fala isso, ele dá a entender que ele crê que a origem da riqueza é injusta e que sua injustiça se estende mesmo às atividades comerciais dos cristãos. Também aqui, nos seus escritos, já se percebe a existência de cristãos no núcleo imperial. Cristãos ricos ou, pelo menos, com poder.

Em Clemente de Alexandria, se tem a primeira tentativa de apresentar uma discussão sistemática sobre o relacionamento entre fé e riqueza. Isso porque Alexandria era uma cidade rica e muitas pessoas ricas começavam a se juntar à igreja, fazendo com que, de um lado, se levantasse a pergunta acerca da possibilidade de se ter cristãos ricos e, por outro lado, questionamentos acerca da bajulação destes na igreja. Por isso Clemente escreve um breve tratado, com base em Mt 19.16-30, intitulado: Quem é o rico que será salvo? Segundo Gonzalez (2015), o principal ponto dele nesse tratado é demonstrar que o caminho da salvação não está totalmente fechado aos ricos, sendo que o que realmente conta é o amor a Deus. Assim, a melhor atitude para com estes não é insultá-los, nem bajulá-los, mas buscar a salvação deles ao lhes mostrar que tal salvação é possível e que exigirá alguma disciplina deles. Adepto da interpretação alegórica não surpreende que ele interprete assim a ordem de Jesus ao jovem rico:

Ele [Jesus] não propõe, como alguns concebem de imediato, que ele jogue fora a essência do que possui e abandone sua propriedade; mas propõe que ele desarraigue de sua alma as noções que tem sobre a riqueza, sua emoção e seu sentimento mórbido em relação a ela, e também as ansiedades – os espinhos da existência que afogam a semente da vida. (Clemente. *Quis div. Salv.* 11, em ANF, volume 2, p. 594. *apud* Gonzalez, 2015, p. 179)

Segundo Gonzalez (2015), ele argumenta que se a ordem fosse literal e devesse ser seguida por todos, como alguém poderia doar? Os bens e as posses não são maléficos ou benéficos em si mesmos. Não passam de uma ferramenta cujo malefício ou benefício depende das mãos que a manuseiam. Mas, devem ser usadas, em amor a Deus e ao próximo. Afinal, o luxo, segundo ele, é pecado. A medida do uso apropriado é a necessidade. Além disso, em “O Pedagogo”, a riqueza é comparada com uma serpente venenosa e traiçoeira, que pode picar. Assim, Clemente não nega os direitos de propriedade, mas impõe dois limites a ele: a necessidade e a *koinonia*.

Tertuliano, assim como Ireneu, também procurou refutar a heresia marcionita. É nesse contexto que, em “Contra Marciano”, ele cita uma longa lista de passagens do Antigo Testamento em que o povo de Deus é chamado à compaixão e à justiça em relação aos necessitados e destituídos, dizendo, depois, que Jesus demonstrou os mesmos atributos do

criador em seu ministério. Ele também rebate os detratores da fé cristã, em Apologia, ao demonstrar que no cristianismo, ao contrário das práticas pagãs, as doações são voluntárias. Nessa comparação, ele também, demonstra como as festas pagãs, devassas, diferiam da festa do amor cristã onde “o gasto em nome da piedade é ganho, uma vez que beneficiamos os necessitados com as coisas boas da festa” (Tertuliano, *Apologeticum*, 39). Também, no tratado “Sobre a Paciência”, Tertuliano relativiza os direitos de propriedade ao expandir a noção de cobiça, quando diz “Não interpretemos a cobiça como consistindo meramente da concupiscência do que é do outro; pois até mesmo o que parece ser nosso é do outro; pois nada é nosso, uma vez que todas as coisas são de Deus, e também nós mesmos somos dele.” (Tertuliano, *A paciência*, 7).

Dentre os escritores os escritores cristãos do século IV, poucos se igualam à preocupação com os assuntos econômicos em seus escritos quanto os chamados padres capadócios – Basílio de Cesareia, Gregório de Nissa e Gregório Nanzianzo. Desses três, embora não fosse particularmente original no conteúdo, o que mais escreveu foi Basílio. Afirma Gonzales (2015, p. 262) que “Gregório de Nissa fez uma importante contribuição para o desenvolvimento do pensamento social e cristão ao relacioná-lo à doutrina da criação”. Também estes procuraram colocar em prática os ensinamentos tradicionais ao fundarem instituições destinadas a auxiliar os pobres. Basílio diz que, “em situação de pobreza extrema, o que empresta dinheiro a juros aumenta seus pecados” (Basílio *apud* Gonzalez, 2015, p. 265). No entanto, para ele, a causa derradeira da pobreza não é a usura, mas a cobiça.

Ambrósio, também, embora seja figura dominante na teologia ocidental até a época de Agostinho, não é conhecido por sua originalidade. Ele parece se inserir dentre aqueles que desaprovam quase todas as formas de riqueza. A única forma que ele, ocasionalmente, aprova é agricultura. As palavras mais radicais de Ambrósio são proferidas para definir sua compreensão de propriedade, que reduz o peso da ideia de propriedade privada.

Quanto a Jerônimo, apesar de ser considerado o autor mais fascinante e mordaz do século IV, tendo inclusive o mérito de ter traduzido a Bíblia para o Latim, dele Gonzalez afirma quanto ao tema que, ele é “bastante desapontador, tanto por sua falta de originalidade quanto porque sua perspectiva sobre a riqueza e seu uso não parece ter o fundamento teológico abrangente” (Gonzalez, 2015, p. 293).

João Crisóstomo, o chamado “Boca de Ouro”, apesar de não ter apresentado o seu ensino quanto às riquezas de forma sistematizada, foi talvez quem mais escreveu sobre o tema nas suas homilias. Isso, a ponto de se dizer que era difícil encontrar uma em que não defendesse

o direito do necessitado de receber ajuda e socorro. Seu ensino sobre as questões sociais e econômicas se fundamenta na compreensão da natureza do homem. Ser inclemente, para ele, significa negar a própria essência do que significa ser humano. Mas, como ele pressupõe uma maior continuidade entre criação e redenção do que a teologia posterior, ele também vê a misericórdia como uma marca própria do cristão. O fundamento para a necessidade é a necessidade mútua. Consequentemente, embora as riquezas em si não sejam maléficas, elas existem para a comunicação, para o compartilhar. Nele a propriedade privada é pressuposta. Sua objeção quanto a essa é à sua absolutização à moda romana. Segundo Gonzales (2015), ele servia em uma congregação rica, da grande cidade de Constantinopla, e era conhecido por desafiar as pessoas da congregação a não serem mesquinhas, lembrando-as de que aquilo que lhes havia sido dado, o fora como ministério. Sobre isso, em certa ocasião ele disse:

Também é roubo não partilhar os bens. Talvez esta declaração o deixe surpreso, mas não se surpreenda. [...] O funcionário do tesouro imperial que negligencia distribuir onde é ordenado, mas gasta com sua própria indolência, paga a pena e é condenado à morte. Da mesma forma, o rico é uma espécie de mordomo do dinheiro que é devido para a distribuição aos pobres. Ele recebe ordens para distribuí-lo aos seus conservos que estão em necessidade. Se ele gastar mais consigo do que exigem suas necessidades, ele pagará a pena mais severa no mundo por vir. Pois os seus bens não pertencem a ele, mas pertencem aos seus conservos. [...] Peço que você se lembre disso sem falta, que não compartilhar nossa riqueza com os pobres é roubar dos pobres e privá-los dos seus meios de vida. As riquezas que possuímos não são nossas, mas deles. (Crisóstomo, 1984, p. 55)

Chegamos, então, em Agostinho. Influenciado pelo neoplatonismo ele não vê nada na criação como intrinsecamente mal. Antes, é a corrupção ou o uso equivocado que fazem com que algo seja mal. Nisso, vemos que ele não vê mal na riqueza em si, mas na avareza que, com frequência, a acompanha. Em seu raciocínio ele estabelece uma importante distinção entre bens que existem para ser usados e bens que existem para ser desfrutados.

Gonzales (2015, p. 325) explica que,

Naturalmente, o que Agostinho quer dizer aqui por fruição – fruitio – é muito mais do que prazer. É descobrir a felicidade verdadeira e final em uma coisa. Só o que é digno de fruição pode produzir a verdadeira alegria e satisfação. Todo o resto tem de ser usado a fim de se obter aquilo que pode realmente ser desfrutado.

Essa distinção é importante em Agostinho porque “toda maldade ou vício humano consiste em buscar desfrutar das coisas que devem ser usadas, e usar as coisas que estão aí para serem desfrutadas” (Gonzalez, 2015, p. 326). O vício fundamental da humanidade consiste em tentar desfrutar das coisas e usar Deus a fim de obter essas coisas. Além disso, há o equívoco de se utilizar destas coisas da forma errada. Quando se trata de bens materiais, esse uso

apropriado exige uma clara distinção entre o necessário e o supérfluo. O uso apropriado deste último é o compartilhar com o pobre. Mas ele também condena o pobre que tenta satisfazer suas necessidades roubando. Tanto o rico quanto pobre foram feitos por Deus e um serve para crescimento do outro. Para Gonzalez (2015), Agostinho faz também a distinção entre a renúncia total dos bens como mandamentos específicos para alguns e como mandamento destinados a todos. Em relação aos direitos de propriedade, ele afirma que não existe nenhuma autoridade por meio da qual os direitos de propriedade podem ser atribuídos, exceto a do imperador (da liderança civil). Assim, na sua visão, esses direitos são e devem ser regulados pelo Estado.

Aqui se encerra este curto e breve caminhar pela história das interpretações acerca da riqueza nos expoentes da igreja inseridos no período da Patrística.

4.2 A riqueza em Calvino

Segundo Biéler (2012, p. 379), para Calvino “a economia primitiva era uma economia de abundância, destinada a prover às genuínas necessidades das criaturas de maneira ilimitada”. Com o seu pecado, porém, o homem veio a causar profundo distúrbio nesta produção. A esta causa natural da desordem econômica acrescentou-se a incredulidade do homem que faz com que ele deixe de ser solidário, rompendo o equilíbrio que existia antes na sociedade. Mas é claro, para ele, que Deus não deixou as coisas nesse estado. Por isso, preparou restauração, por meio de Cristo, onde as coisas criadas serão ultimamente restauradas e os bens econômicos encontrarão sua primeira destinação. Nesse contexto, a igreja seria responsável por dar sinais dessa restauração futura por meio do uso dos bens materiais.

Por meio da provisão destes bens Deus revela-se Criador e Provedor. A vida física não é dissociada da vida material e as riquezas temporais prefiguram as riquezas do reino vindouro. Além disso, elas tem valor pedagógico subjetivo na medida em que por elas Deus conduz os homens. Nesse sentido, os bens terrenos, embora por vezes nos afastem da vida espiritual, foram destinados, justamente, a conduzir a humanidade a ela. Essa pedagogia da vida material se faz necessária não como ordem da criação, mas em decorrência da Queda. Não obstante, Calvino não vê nenhuma relação quantitativa entre riqueza material e bênção espiritual. Nem há qualquer correspondência entre as riquezas e os méritos do homem. Como afirma Biéler (2012, p. 384), “a Bíblia e a teologia reformada denunciam a tendência supersticiosa, inata ao homem, de ver nos infortúnios e na pobreza uma punição do destino (ou de Deus), e na prosperidade uma sanção dos méritos pessoais”. Na verdade a privação das riquezas, em Calvino, pode ser mesmo uma ocasião de enriquecimento espiritual. Pregando

sobre o sermão do monte ele ensina que a pobreza pode ser recebida na fé como uma graça (Calvino *apud* Biéler, 2012).

Ele afirma que profunda alegria humana flui da liberdade e da confiança que a fé em Deus engendra. Posto que, uma vez que plenamente ancorada no amor de Deus, não mais ela tem necessidade do testemunho visível dos bens terrenos para sentir-se segura de jamais ter nada. Isso Calvino afirma sem assentir à visão ascética tão comum aos monges, que considerava a privação dos bens materiais uma virtude. A sua confiança na providência divina não descamba nem para a indolência, nem para a imprevidência, nem para o ativismo. Interpretando Mateus 6.26-30, Calvino (2021) não vê ali um incentivo à indolência ou ociosidade, mas que a providência há de socorrer quando os resultados do trabalho não o acompanharem. Assim, a providência não substitui a necessidade do trabalho, mas elimina o orgulho e a falsa segurança do homem que crê poder fundamentar a satisfação das necessidades somente nele.

Toda a riqueza assim adquirida deve ser inteiramente consagrada a Deus. Deve ser inteiramente subordinada aos ditames de Deus e colocadas a seu serviço. Consagrá-la a Deus é pô-la a serviço do próximo, para Calvino (*apud* Bieler, 2012).

Diz Bieler (2012, p. 391), analisando a visão de Calvino, que

Como se vê na doutrina reformada, as riquezas não aparecem, em primeiro plano, como objeto da moral, mas antes, acima de tudo, como elemento da vida religiosa. Põem o homem diante de uma escolha, frente a uma alternativa: ou bem as reconhece e as recebe na fé, como uma dádiva de Deus, um sinal de sua graça, ou bem lhes confere poder e eficiência autônomos e renega, desse modo, o senhorio de Deus sobre todas as coisas.

Nas palavras de Calvino (2021, p. 178), “onde as riquezas dominam o coração, Deus perdeu sua autoridade”. O único antídoto para esse poder monopolizante está na libertação espiritual proporcionada por Cristo. E isso leva, inevitavelmente, ao socorro dos pobres. Por isso Calvino (*apud* Lewis, 2000, p. 158) diz que: “conclui-se, portanto, que são ladrões os que secretamente roubam a propriedade dos outros e, também, os que buscam ganho pela perda dos outros e, também, os que buscam e acumulam riqueza por práticas ilícitas e são mais dedicados à vantagem particular do que à equidade”.

Mas, observa-se que, em Calvino, mesmo os pobres cedem aos fascínios da riqueza. Nota ele que isso se manifesta na deferência servil com que demonstram para aqueles que os oprimem, por meio da riqueza. Porém, tal alienação do homem pode ser manifesta não só em

avareza, mas em prodigalidade. Os estragos dessas visões erradas são notados por Calvino mesmo dentro da igreja. Nisso ele não tem uma visão ingênua. Pelo contrário, afirma:

E, contudo, ei-los cristãos; sim, se a eles crédito se lhes dá. Que imprudência assim zombar de Deus! Mas a verdade é que no mundo hoje outra coisa não se vê. Quantos achar-se-ão que não estejam afeitos a si mesmos, e que não seja questão de locupletar-se, e de procurar o próprio avanço sempre em detrimento e para retrocesso dos outros? Eis, digo-o, o proceder comum que vale mesmo entre aqueles que fazem confissão de viver segundo o Evangelho. (Calvino *apud* Biéler, 2012, p. 418)

O ministério do rico, em Calvino, é ajudar pobre. Isso, uma vez que os bens deste mundo destinam-se a ser usados para o sustento da vida de toda humanidade. Se as criaturas, então, seguissem a lei de Deus, haveria espontânea e natural repartição destes bens entre os homens. Calvino (*apud* Biéler, 2012, p. 399) chega mesmo a chamar os ricos de “ministros dos pobres”. Interessante, entretanto, sobre esse aspecto é que Calvino nota que a Bíblia nunca dá um ponto de referência quantitativo que permita estabelecer quem é rico e quem é pobre. Até porque sempre se é rico de alguém. Isso o rico deve fazer sem esperar nada em troca, nem de Deus, nem dos homens.

O ministério do pobre, por sua vez, é o de, junto aos homens de posses, colocá-los à prova a fé e a obediência. Nesse sentido são procuradores de Cristo – o pobre voluntário que retém em suas mãos todas as riquezas do mundo, a fim de que nele fossemos feitos ricos. Entretanto, aqui também a visão de Calvino é equilibrada. Para ele pobreza não é sinônimo de santidade. Pobreza não confere nenhum mérito espiritual. Ainda que seja roubo aquilo que poderia ser doado a ele e não é.

A ordem é a circulação dos bens. Isso, seguindo a famosa fórmula: de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades. A solidariedade econômica que deve reinar entre os homens está fundada em duas razões: 1) a ordem natural que Deus instituiu em fazendo de todas as criaturas membros do mesmo corpo; e 2) a solidariedade que Jesus cria entre os homens.

Sobre a propriedade de todas as coisas, diz Bieler (2012) que Calvino cria que impunha-se estimar que tudo o que se possui não advém de modo fortuito, mas pela distribuição daquele que é soberano e Senhor de tudo. Sendo assim, cada um deve pensar em si mesmo como despenseiro de Deus em tudo aquilo que possui. O homem é gerente de Deus para serviço de outrem. Com isso, ele não descamba nem para o individualismo, nem para o comunalismo.

São essas preocupações que, para Calvino, devem dirigir o trabalho, conjugadas com o fato de que o homem não se realiza a não ser por meio do trabalho. Eis o porquê de a escolha profissional ser dirigida por considerações envolvendo um chamado para responder à vocação de Deus nesses termos e não para alcançar fama ou dinheiro. Também porque quem não trabalha é privado da sua plena humanidade. Nesse mister, encerramos com um conselho útil de Calvino ainda válido aos pais dos jovens hoje quanto à sua escolha profissional:

Atente cada um com diligência para consigo, e os pais, querendo dirigir os filhos a quaisquer empregos, não tenham esse costume a que se têm habituado a dizer: Qual profissão será mais rendosa? Antes, estes dois aspectos se conjuguem, isto é, quando houverem considerado em que meu filho poderá ganhar a vida e, quando estiver casado, como proverá para si e sua família? Que sirva ao próximo e o uso de sua arte e de sua profissão redunde no proveito comum de todos (Calvino *apud* Biéler, 2012, p. 493)

4.3 A riqueza nos puritanos

Como outros movimentos cristãos, o puritanismo teve ênfases doutrinárias próprias dentro do quadro mais amplo do cristianismo. Doutrinariamente, eles eram calvinistas. Isto significa que doutrinas como a soberania de Deus, a salvação pela fé em Cristo, a eleição por Deus das pessoas para a salvação, a irresistibilidade da graça de Deus e a depravação humana, eram axiomas para os puritanos. A doutrina da graça permeava o seu pensamento em muitas áreas, desde a salvação até a prosperidade material. Segundo Ryken (2013, p. 315), “no coração do puritanismo estava a crença de que a graça de Deus é a fonte de todo benefício humano e que não se pode adquirir-la por mérito humano”. Eles defendiam a Escritura como a autoridade final para a crença e para a prática religiosas. Relacionada à doutrina da criação, completamente desenvolvida que afirmavam, estava a forte ênfase na providência de Deus. Assim, a doutrina de chamado para eles era uma aplicação específica da providência de Deus à vida pessoal de cada cristão. De modo que estes dividiam o chamado de Deus ao indivíduo entre um chamado geral e um chamado particular. O chamado geral referente à regeneração e ao imperativo de santificação. O chamado particular, dirigindo a um trabalho ou carreira específicos na vida.

Como salienta Ryken (2013), para os puritanos não havia separação entre o sagrado e o secular. Toda a criação, até onde conheciam, era sagrada e todas as atividades deviam ser santificadas, ou seja, feitas para a glória de Deus. Na sua comunhão com Deus, tendo Jesus como figura central, a aplicação da Sagrada Escritura a todos os aspectos da vida era primordial. Reconhecendo-se como criaturas de pensamento, afeição e vontade, que devem ser

contrapostos à Palavra, os puritanos meditavam, discursiva e sistematicamente, toda a amplitude da verdade bíblica e aplicavam-na a todos os aspectos da vida.

Diz-se que, quanto às posses materiais ele eram gananciosos, viciados no trabalho e que faziam qualquer coisa para enriquecer. Mas isso não é verdade. Como afirma Ryken (2013, p. 28), eles “eram obcecados com os perigos da riqueza”. Apesar de Baxter ter sido citado como exemplo da mentalidade protestante da ascese profissional intramundo a que Weber alude em seu livro, Baxter também escreveu: “Lembre-se de que as riquezas não são parte da sua felicidade” (Baxter *apud* Ryken, 2013, p. 29). No mesmo sentido Thomas Adams (*apud* Ryken, p. 29) escreveu: “Prefiro ser um santo pobre a ser um próspero pecador”. Sim, os Puritanos criam que o trabalho era uma virtude moral, que a ociosidade era um vício e que a frugalidade era algo bom. Eles também valorizavam o trabalho árduo e desconfiavam de muita recreação. Mas consoante com Calvino, sua ideia de trabalho não era de algo que encontrava o fim em si mesmo. Segundo Ryken (2013), Cotton Mather afirmava que se Deus fez o homem uma criatura de sociedade e se nós recebemos benefícios dessa, também a sociedade humana deveria receber benefícios nossos. Assim como Lutero e Calvino, os puritanos foram unânimes em rejeitar a dicotomia sagrado-secular e de ver o trabalho como meio de abençoar a outros e glorificar a Deus. Desta forma se tem uma ideia de trabalho que integra toda vocação com a vida espiritual de um cristão. Isso, independente do tipo de trabalho realizado. William Perkins (*apud* Ryken, 2013, p. 63), por exemplo, declarou que as pessoas podem servir a Deus “em qualquer espécie de chamado, mesmo que seja o de varrer a casa ou guardar ovelhas”.

Além de declarar a santidade de todos os tipos de trabalho lícitos, eles diziam que todos tem um chamado e que segui-lo é obedecer a Deus. Nesse sentido sua visão encontra correspondência no que Weber afirma, uma vez que o importante efeito desta atitude é que ela torna o trabalho uma forma de corresponder a Deus. Mas outro efeito do conceito puritano de chamado é fazer do trabalhador um mordomo que serve a Deus. E um outro resultado prático da mordomia é que ela leva ao contentamento pessoal no trabalho. Pelo menos é assim que um cristão deveria seguir sua ocupação: com contentamento.

Mas, como afirma Ryken (2013, p. 59), “as crenças puritanas sobre a motivação e os objetivos do trabalho precisam ser cuidadosamente diferenciadas daquilo que tem passado durante três séculos como a ‘ética puritana do trabalho’”. Essa ideia de que o sucesso é prova de eleição por Deus ou de que o fim primordial do trabalho são as riquezas e posses, de uma ética que se baseia na riqueza como a recompensa máxima pelo trabalho e vê a prosperidade como um sinal de santidade, não encontra respaldo nos puritanos como se imagina. Pois as

recompensas do trabalho, segundo eles, eram antes de tudo morais e espirituais. O trabalho glorificava a Deus e beneficiava a sociedade. Richard Baxter instou a que se escolhesse o emprego ou chamado no qual se fosse mais útil a Deus, não o que levasse a mais riqueza ou notoriedade. Ele diz que a finalidade do trabalho é “obedecer a Deus e fazer o bem aos outros” (Baxter *apud* Ryken, 2013, p. 73).

Consoante com o calvinismo, o puritanismo não ensinava uma ética de autoconfiança, mas uma ética da graça. Quaisquer recompensas tangíveis, advindas do trabalho, eram o dom da graça de Deus. Assim, apenas trabalho não garante sucesso. Segundo Ryken (2013), Robert Crowley disse a uma audiência em London Guildhall que nem a cobiça nem o trabalho árduo poderiam torná-los ricos, visto que só Deus abençoa as pessoas com o sucesso.

Ele afirma que é verdade que o estilo de vida puritano, misto de diligência e frugalidade, tendia a fazer as pessoas relativamente prósperas. Mas os puritanos, a exemplo de Calvino, viam sua riqueza como um bem social, não uma propriedade pessoal ou um sinal da aprovação de Deus. Richard L. Greaves (*apud* Ryken, 2013, p. 75) revela que os puritanos afirmavam que “nenhuma correlação direta existe entre riqueza e santidade... Não as riquezas, mas a fé e o sofrimento por causa do Evangelho são sinais de eleição”.

Ryken (2013) ressalta, entretanto, que embora os puritanos tivessem tentado manter uma posição intermediária entre os extremos da ociosidade ou preguiça, por um lado, e escravismo ao trabalho, por outro, na prática eles, possivelmente, erraram na direção do excesso de trabalho. Parte disso por conta da convicção de que o trabalho era uma exigência da criação e, assim, uma necessidade para o bem-estar humano. O que biblicamente não está errado (vide que Adão e Eva deveriam cultivar e guardar o Jardim), mas pode ter sido exagerado. Mas o negócio, não era, nem mesmo nesse sentido, um fim em si. Porque a compreensão era de que, em Deus enviando riquezas, Ele enviaria homens pobres para serem ajudados por ela. Ou seja, o trabalho, tanto quanto a riqueza, não era algo bom ou ruim em si mesmo. Mas o seu uso poderia ser. Nesse sentido é verdade que os puritanos não sentiam culpa com relação a ganhar dinheiro. Afinal, ganhar dinheiro servia ao propósito da mordomia.

Esse endosso puritano do dinheiro e da propriedade, portanto, não deveria ser interpretado como uma elevação dos bens materiais acima dos valores espirituais. Tampouco de que o inverso, a pobreza, é uma maldição e um sinal do desfavor de Deus. Samuel Willard (*apud* Ryken, 2013, p. 116) escreveu: “As riquezas não são evidências do amor de Deus, assim também a pobreza não o é de sua raiva ou ódio”. Richard Baxter (*apud* Ryken, 2013, p. 117) concluiu que “ninguém é excluído da igreja por carência de dinheiro, nem é a pobreza ofensiva

a Cristo”. Na verdade, afirmavam eles que a pobreza pode até contribuir para o estado do cristão. Thomas Watson (*apud* Ryken, 2013, p. 117) diz que “a pobreza trabalha para o bem dos filhos de Deus. Ela enfraquece suas cobiças. Ela aumenta suas graças”.

Assim, eles nem sucumbiram à glorificação da riqueza, nem à glorificação da pobreza – como fora feito pelos monges da idade média. Até porque os puritanos julgaram que a pobreza não é um meio seguro de se evitar a tentação. Richard Baxter (*apud* Ryken, 2013, p. 117) comentou que mesmo a pobreza tem suas tentações. Assim, como, para eles a prosperidade poderia ser fonte de tentação. “Tanto a pobreza como as riquezas”, escreveu John Robinson (*apud* Ryken, 2013, p. 119), “têm suas tentações [...] E dos dois estados [...] as tentações das riquezas são as mais perigosas”. Talvez para surpresa dos seguidores de Weber, nota Ryken (2013), que os puritanos chegaram mesmo a ver uma relação inversa entre a riqueza e a santidade. “Lembre-se de que as riquezas tornam mais difícil a salvação do homem”, advertiu Richard Baxter (*apud* Ryken, 2013, p. 119). “A busca da abundância é um prejuízo à salvação da alma”, disse William Perkins (*apud* Ryken, 2013, p. 120).

Outra aspecto interessantíssimo para o qual Ryken (2013) aponta é que a aquisição da riqueza, para os puritanos, também tem uma maneira de absorver tanto da energia e do tempo de uma pessoa que o leva para longe da preocupação religiosa e moral pelos outros. Destarte, os puritanos conceberam a moderação ou temperança como uma média áurea entre extremos. John Downname (1616, p. 176) escreveu que o estado médio deve ser preferido, antes da maior prosperidade. Outra coisa a que se opunha a moderação, a seu ver, era a luxúria. Advertências contra a luxúria eram comuns entre os puritanos. Eles três chaves para o viver moderadamente: 1) estar contente com um estilo de vida moderado; 2) desenvolver habilidade de voluntariamente definir limites a nosso gasto e indulgência; e 3) por as riquezas e os bens em perspectiva. De acordo com a visão puritana, o espiritual e o eterno são mais dignos de nosso tempo e atenção que o físico e o temporal.

Antes de se encerrar esta seção, entretanto, é importante que se diga, como salientado por Wilson (1997), que o conceito popular moderno de puritanos não veio a existência até o momento em que tanto seus amigos como os seus oponentes entenderam muito mal a herança puritana. De forma que muitos de hoje que abraçam a alcunha são o exato oposto do que afirmam e se preocupam muito mais com adequação a certas normas do que com o ser conforme o Evangelho.

4.3 Princípios norteadores quanto à riqueza

Portanto, a essa altura, ancorados na Palavra e nas suas melhores interpretações, podemos seguramente derivar alguns princípios norteadores da postura esperada do cristão frente à produção, distribuição e uso das riquezas, que sumarizam o que foi dito até aqui:

- **Mordomia:** Na verdade, vários dos princípios relevantes quanto à utilização da riqueza derivam deste. A administração responsável das riquezas começa com o reconhecimento de que toda riqueza pertence, em última instância, a Deus. Ao reconhecer Deus como o proprietário supremo, se muda de uma mentalidade de propriedade para uma de administração. Essa perspectiva cultiva humildade, gratidão e um senso de responsabilidade pela forma como se administra o que foi confiado. Deve-se reconhecer a soberania de Deus sobre todos os aspectos da vida, incluindo o bem-estar financeiro. Ao se reconhecer que toda bênção e provisão vêm de Deus, muda-se, também, de uma mentalidade de direito sobre os bens para uma de gratidão. Humanos são despenseiros, mordomos, dos recursos de Deus, não donos destes. Riqueza e recursos não são posses a serem acumuladas, mas sim dadas a serem administradas com responsabilidade. Isso, para os propósitos de Deus na Terra. Como explica Ryken (2003), o mordomo é alguém que cuida da propriedade de outra pessoa. Ele não tem a liberdade de usá-la conforme lhe apraz, mas apenas de administrá-la de acordo com as intenções do seu senhor. Assim, boa mordomia significa cuidar do que se recebeu, não deixando que as coisas caiam em mau estado de conservação. Significa não ser esbanjador, mas visar seu melhor proveito. Também, trabalho duro; mas não como um fim em si. Isso, visando glorificar a Deus pelo cumprimento das obrigações para com o Estado, a Igreja, a sociedade e os irmãos em necessidade, vivendo generosamente.
- **Primazia do Reino de Deus:** Em Mateus 6:33, Jesus instrui a buscar o reino de Deus e a Sua justiça acima de tudo. Em fazendo isso ele promete que as necessidades daquele que assim o faz serão supridas. Qualquer entendimento econômico cristão deve ter, como objetivo primeiro, a glória de Deus. Isso envolve o alinhamento da vida com os valores do reino de Deus. Envolve a compreensão de que tudo que sobeja nas vidas dos cristãos transforma-se automaticamente em um ministério para que o reino de Deus seja exaltado por meio do cuidado com outros, a exemplo de

Cristo. Tal princípio lembra a necessidade de priorizar o relacionamento com Deus, alinhando as decisões financeiras à sua vontade. Isso envolve uma mudança de paradigma que capacita aquele que assim procede a ver seus recursos financeiros como instrumentos para o avanço do Reino. O que não quer dizer que tal princípio equivale a imprimir nas pessoas uma visão de desenvolvimento de vocação que a vê como a descoberta de uma única possibilidade profissional a ser seguida ou da vontade decretiva de Deus. Nesse mister é útil trazer o que de DeYoung (2012) e Heber Jr. (2013) afirmam. Buscar o Reino de Deus em primeiro lugar significa buscar sua vontade. Porém, não sua vontade decretiva, mas sua vontade preceptiva. Ou seja, observar os preceitos, os mandamentos, dados por Deus na sua Palavra para que os cumpramos, mediante a capacitação do Espírito, no que tange a nossas escolhas profissionais. Como salienta Heber Jr (2012, p. 118), não se deve procurar um trabalho que traga um propósito à vida, mas encontrar um propósito em qualquer trabalho. Afinal, a profissão não deve ser assumida como fonte de identidade. A identidade deve estar no fato de se ter sido criado à imagem de Deus. É nesse sentido que a Reforma Protestante resgata um senso de nobreza no trabalho que se aplica a todas as profissões, desde que não sejam moralmente degradantes.

- **Confiança na Provisão:** Confiar na provisão de Deus é um aspecto fundamental da fé cristã, especialmente quando se trata das finanças e necessidades materiais. Em um mundo que frequentemente incentiva a autossuficiência e o acúmulo de riquezas, a Bíblia oferece ensinamentos profundos sobre a importância de se depositar a confiança em Deus e depender de Sua provisão. Em relação a esse princípio, falando da quebra do oitavo mandamento, Ryken (2003) afirma que roubar é um pecado contra Deus, pelo menos, de duas maneiras. Primeiro, porque todo roubo é uma falta de confiança na provisão divina. Segundo, porque todo roubo é, também, um ataque à providência de Deus para as demais pessoas.
- **Respeito à propriedade privada e à posse:** Por óbvio que entender que todas as coisas são, ultimamente de Deus, não implica em assumi-las como de uso comum a todos, ainda que no contexto eclesial. Deus distribui as posses materiais como lhe apraz e, após a Queda, ele permite que o Estado regule questões de propriedade. Alguns sistemas econômicos tratam a ideia de propriedade privada como um

problema. Mas a Escritura nunca considera a propriedade privada como um problema a ser resolvido. Jamais a distribuição generosa envolve atos involuntários. Se no capitalismo (ou na economia de livre mercado) há problemas quanto ao incentivo ao individualismo e à idolatria do ser humano; no marxismo (ou nas economias planificadas) tudo é colocado nas mãos do Estado, que passa a ser dono de todas as coisas, usurpando o lugar de Deus e conduzindo à idolatria do Estado. A visão cristã, por outro lado, é equilibrada. Como se viu antes, muitas das leis do AT foram dadas para regulamentar o direito de bens e propriedades particulares. Assim, os israelitas saberiam exatamente como conduzir os negócios entre si, bem como respeitar a dignidade do outro, ao respeitar a sua propriedade. Como afirma Frame (2013), o oitavo mandamento assume que Deus deu aos seres humanos o direito de possuir propriedades. É evidente que, em última análise, todas as propriedades pertencem a Deus. Mas ele convoca os seres humanos a dominar a terra em seu nome. Em outras palavras, como visto antes, o homem é mordomo de Deus, com a responsabilidade de tomar conta da sua criação.

- **Respeito à dignidade humana:** Não importa o sistema de crenças, aqueles que trabalham em trabalhos lícitos manifestam a glória de Deus, ainda que de forma imperfeita. Quando em empregos lícitos, as pessoas trabalham a partir de um impulso que foi colocado em seus corações pelo Criador para a Sua glória. Não só isso, mas elas foram feitas à imagem e semelhança do Criador de forma que, mesmo após a Queda, compartilham de dignidade intrínseca e devem ser respeitadas nas suas necessidades. Mohler (2010) afirma que a Bíblia dignifica a propriedade privada, e a fixa na *Imago Dei* possuída pelo ser humano. Assim, ele diz que furtar de outra pessoa não é meramente furtar o bem que é dela. É agredir a Deus e a dignidade do ser humano, o qual tem direito ao fruto do trabalho de suas mãos. De forma que o direito à propriedade privada é essencial para a segurança pessoal e para a continuidade da família e da sociedade. Roubar o que pertence a outro é destruir a confiança social, que é um requisito indispensável para uma economia e um comércio estável. Assim, por meio do trabalho e do uso correto das riquezas, se salvaguarda a própria dignidade, a dignidade daqueles a quem se é enviado como ministro de Deus para acudi-los em sua pobreza e a confiança mínima necessária para que qualquer troca seja feita na sociedade. Importante frisar, também, que a

dignidade, sob a ótica cristã, é vista não somente, como relativa à coletividade de seres humanos, mas aos próprios indivíduos. Assim, não se descamba nem para visões coletivistas, que ignoram os anseios e qualidades particulares dos seres humanos, tratando-os somente como massa; nem para visões individualistas, que ignoram que pensar somente em si pode não ser o suficiente em termos econômicos.

- **Contentamento e gratidão:** O contentamento é um princípio vital na gestão da riqueza. Em Filipenses 4:11-12, o apóstolo Paulo diz que ele aprendeu a estar contente em qualquer circunstância. Tal versículo encoraja a que se encontre satisfação em Deus e contentamento com o que se tem, em vez da busca incessante por mais. A verdadeira prosperidade não reside na riqueza material, mas em encontrar contentamento e abundância em todas as circunstâncias. Assim, o contentamento é o antídoto para a busca insaciável por mais, à medida que se aprende a ser gratos pelo que se tem e se confia na provisão de Deus. Tal perspectiva permite que se experimente a verdadeira riqueza que transcende as posses materiais. Reconhecer e apreciar as bênçãos, grandes e pequenas, muda a perspectiva do que falta para o que já se tem. Se se entende que nada se merecia, então tudo se mostra fonte de contentamento e motivo de agradecimento. Ainda mais quando se tem mais do que o necessário.
- **Generosidade e compaixão:** A Bíblia ensina consistentemente a importância da generosidade e da doação. Ao dar generosamente aos outros, reflete-se a misericórdia de Deus e se demonstra a confiança em Sua provisão. Em um mundo marcado pela desigualdade social e injustiça, a responsabilidade de compartilhar riqueza e recursos para a melhoria da sociedade torna-se cada vez mais significativa. O rico é edificado na doação aos necessitados tanto quanto o pobre. Compartilhar riqueza dessa forma não se limita a iniciativas de grande escala. Cada um tem uma responsabilidade nesse mister, quer se tenha muito ou pouco. A generosidade perdura muito além de nossa expectativa de vida. Uma generosidade viva, a qual é tão evidente na Escritura, é essencial para uma cosmovisão econômica cristã. Seguidores de Cristo são chamados a imitar Seu amor sacrificial e a demonstrar generosidade para com os outros. A generosidade não deve ser vista como um fardo, mas como uma fonte de alegria. O princípio da doação proporcional encoraja a que

se dê na proporção do que se recebeu de Deus. Isso, sem buscar reconhecimento ou elogios de outros. Quanto a isso alguns cristãos talvez ainda tenham dúvidas em relação a quanto e para quem doar. Assim, podem ser úteis os conselhos de DeYoung (2025) quanto às prioridades. Ensina ele que devemos concentrar nossos esforços segundo dois critérios: proximidade e necessidade. Proximidade, porque a própria bíblia coloca uma ordem de prioridade indo da família, para a família da fé, até os de fora da igreja. Necessidade, porque o primeiro critério deve ser ponderado por uma ordem de urgência (entre alguém que está morrendo e alguém que só está com fome, por exemplo). Assim, os mais próximos e em maior necessidade têm preferência. Também lembra Keller (2016) que quanto à quantidade a ser doada, deve-se lembrar de repartir o fardo, de modo que aquilo custe algo. Ele demonstra a necessidade disso citando Jonathan Edwards, que diante de muitos que diziam não ter nada para contribuir, pelo fato de dizerem ter apenas o suficiente, questionava o que seria o “suficiente”. Notou ele que as famílias adaptam seu padrão do que é “suficiente” às expectativas da classe social a que pertenciam. Mas essa não é a maneira de estabelecer um padrão de vida. Edwards propõe, então, uma alternativa:

Em muitos casos, segundo a regra do evangelho, talvez sejamos obrigados a ajudar o próximo quando não pudermos fazê-lo sem que isso traga sofrimento para nós mesmos. Se as dificuldades e as necessidades do próximo são muito maiores que as nossas, e percebemos que ele não tem saída que não seja a nossa ajuda, temos de nos dispor a sofrer com ele e a levar parte de seu fardo. De outro modo, como cumprimos a ordem de carregar o fardo uns dos outros? Se vamos aliviar o fardo do próximo apenas quando isso não nos pesar, então como carregaremos o fardo do próximo se não queremos carregar fardo nenhum? (Edward *apud* Keller, 2016, p. 89)

- **Moderação:** Em um mundo caído, dinheiro e investimento podem rapidamente ser distorcidos para fins idólatras. Por esse motivo, a moderação é um item muito importante na cosmovisão cristã. Em um mundo caído, a fartura de um dia pode se transformar em escassez no próximo. A moderação pode ser aquilo que vai possibilitar a sobrevivência em tempos de pobreza, permitindo que se reflita sobre os perigos da riqueza e do materialismo. A Bíblia adverte contra a sedução enganosa da riqueza, reconhecendo que a busca por riquezas pode levar ao vazio espiritual e ao descontentamento. O materialismo promove uma mentalidade que coloca valor e identidade no que se possui. Essa busca por riqueza pode facilmente, também, levar à ganância e ao egoísmo, onde os desejos de acumulação ofuscam a preocupação com os outros. A ganância cega para as necessidades dos outros e

impede de se experimentar a verdadeira riqueza de uma vida enraizada no amor e na abnegação.

- **Olhar escatológico:** A vida e suas riquezas não podem proporcionar a alegria última. Pela cosmovisão cristã se lembra que se deve viver com a ideia de que se prestará contas ao Senhor pela administração dos recursos. Ao mesmo tempo, cristãos devem olhar para a promessa escatológica dos Novos Céus e Nova Terra como esperança econômica derradeira. Deve-se juntar tesouros nos céus, não na terra. Os bens materiais são inerentemente transitórios, suscetíveis à decadência, à perda e ao desaparecimento. Reconhecer a natureza fugaz da riqueza material ajuda a mudar o foco para os valores eternos, cultivando um relacionamento duradouro com Deus. Grande parte da economia, incluindo a ideia por detrás dos juros, gira em torno da ideia de trocas intertemporais que são feitas pelos seres humanos e de como aquele que poupa agora, ao invés de gastar, deve ser remunerado pela sua frugalidade. Pois bem, a economia do Reino também leva em conta essas trocas intertemporais e nos instrui a investirmos nos valores eternos.
- **Diligência e integridade no trabalho:** O trabalho não é meramente um meio de ganhar a vida, mas uma oportunidade de honrar a Deus, servir ao próximo e cumprir seu propósito. A Bíblia ensina que o trabalho é uma forma de contribuir para o florescimento da sociedade. Ao reconhecer o valor e o propósito do trabalho, pode-se abordá-lo com um senso de dignidade e buscar a excelência em tudo o que se faz. Entender o trabalho como um chamado ajuda a encará-lo como uma oportunidade de glorificar a Deus. A diligência é uma virtude vital no trabalho. Envolve dar o melhor, estar atento aos detalhes e perseverar mesmo diante dos desafios. A Bíblia incentiva a que se trabalhe diligentemente, como se estivesse trabalhando diretamente para o Senhor e não meramente para a aprovação humana. Ao cultivar tal ética de trabalho diligente, pode-se maximizar o potencial, alcançar a excelência e ser administrador fiel dos talentos e recursos confiados. A integridade é um princípio fundamental que deve guiar o trabalho. Implica ser honesto, confiável e aderir a padrões éticos. Praticar a integridade no trabalho constrói confiança, promove relacionamentos saudáveis e reflete o caráter de Cristo. As práticas financeiras devem estar alinhadas com a moral. Apoiando, inclusive, o comércio

justo e não se utilizando dos poderes conferido pelas riquezas para fins ilícitos e para a perversão da justiça. Diligência e integridade no trabalho são, em última análise, atos de adoração e envolvem o uso responsável dos recursos financeiros, confiados por Deus, em cumprimento às responsabilidades frente a família (1Tm 5.8), a igreja (2Co 8-9), o Estado (Mt 22.17-22) e a si mesmo (2 Ts 3.10).

CONCLUSÃO

Como se viu, Max Weber entendia que, para que houvesse a adaptação dos seres humanos aos pressupostos da ordem econômica capitalista moderna se fazia indispensável uma disposição de executar o trabalho como se fosse uma vocação, como um fim absoluto em si mesmo. Estímulos psicológicos necessários para tal viriam do senso de autorrealização moral, no cumprimento de uma ascese intramundana, ligada ao exercício profissional. Assim, ele atribuiu, particularmente ao calvinismo, por conta da doutrina da predestinação e da eliminação da magia na religião, mesmo como consequências imprevistas e mesmo indesejadas, a força motriz do “espírito” capitalista. Porque, sem meios de alterar sua condição diante de Deus, o fiel expressaria a certeza da salvação pelo cumprimento de sua missão vocacional-profissional imposta pela lei natural. Nisso, ele fez uma observação refinada destes movimentos, com algumas contribuições importantes, mas com algumas conclusões contestáveis também.

Dessa forma, este trabalho buscou, a partir de uma abordagem teológica reformada, oferecer uma resposta crítica e construtiva à leitura feita por Max Weber sobre a relação entre calvinismo e capitalismo, especialmente no que diz respeito à compreensão do uso da riqueza. A proposta consistiu, não em simplesmente refutar Weber, mas em identificar os pontos em que sua análise sociológica foi bem-sucedida e aqueles nos quais careceu de uma compreensão mais profunda e fiel da teologia calvinista, conforme expressa nos símbolos de fé da tradição reformada e na sua interpretação das Escrituras. Dessa forma, propondo uma visão reformada abrangente sobre a riqueza, por meio do retratar conceitual quanto à visão de riqueza na igreja, em três momentos específicos da sua caminhada.

Pode-se ver que a tese de Weber, embora limitada em sua teologia e, portanto, em algumas de suas conclusões, não é, de modo algum, simplória. Nesse propósito vimos que Weber não está de todo errado quanto à sua representação. Isso quando se olha para a igreja visível, com todas suas vicissitudes e padrões desviantes do que ela mesma afirma professar. Um dos problemas, entretanto, é que ao retratar comportamentos desviantes como centrais a outro evento sociológico pergunta-se até que ponto haveria uma correlação forte entre os dois fatos sociais (emergência do capitalismo moderno e calvinismo) ou não.

A tese weberiana, que relaciona o desenvolvimento do capitalismo moderno à ética protestante, particularmente ao calvinismo, foi aqui examinada de forma cuidadosa. Reconheceu-se que Weber teve acuidade analítica ao perceber as implicações culturais e

econômicas de certos aspectos da teologia reformada, como a vocação e a racionalização da vida cristã. Todavia, evidenciou-se que sua interpretação, embora engenhosa, careceu de uma leitura mais acurada dos documentos confessionais reformados e, sobretudo, de uma consideração mais ampla da amplitude da fé calvinista, que não pode ser reduzida à sua ética laboral e nem a caracterizações particulares dela.

A leitura da Confissão de Fé de Westminster, dos catecismos e da teologia de Calvino revela uma visão equilibrada sobre a riqueza, que não a demoniza, tampouco a glorifica como fim último. A riqueza é compreendida, antes, como um dom providencial, a ser recebido com gratidão, administrado com responsabilidade e utilizado com generosidade. Esta mordomia cristã da riqueza contrasta tanto com o ascetismo excessivo que demoniza os bens materiais, quanto com o hedonismo ou a teologia da prosperidade que a absolutiza.

O exame dos textos bíblicos, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, evidenciou que a Escritura apresenta uma teologia econômica centrada na justiça, no cuidado com o próximo, na integridade e na moderação. As bênçãos materiais são vistas como manifestações da graça divina, mas condicionadas à obediência, contudo jamais como garantias absolutas da eleição. A preocupação bíblica está mais voltada para o coração do homem — sua disposição diante de Deus e do próximo — do que para a quantidade de bens que este possui.

Ao se observar a história da igreja, desde os pais da Igreja, passando por Calvino, os puritanos e os teólogos da tradição reformada, é possível perceber um fio condutor: a riqueza é boa em si, mas torna-se idolátrica quando não é usada conforme os propósitos divinos. Esta teologia da mordomia foi explicitada por Calvino, reiterada pelos puritanos e codificada nos símbolos de fé presbiterianos. Dela se depreendem princípios como o trabalho diligente, o consumo responsável, a poupança prudente, a generosidade sistemática e o investimento ético. Tais princípios, em última instância, convergem para a glória de Deus como fim último da vida humana, inclusive no que tange à vida econômica.

É aqui que Weber parece não ter compreendido plenamente a lógica interna da teologia reformada. Sua leitura pragmática da predestinação, como fator psicológico que levaria à ansiedade e, conseqüentemente, ao trabalho árduo e à acumulação de capital, ignora a centralidade da doutrina da providência e da suficiência de Cristo para os reformados. Para estes, o labor não é um meio de certificar a eleição, mas expressão da vocação recebida por Deus, inserida na ordem criada, e meio pelo qual o cristão serve ao próximo e glorifica ao Senhor. Assim, o trabalho não é um ídolo nem uma válvula de escape para angústias existenciais, mas um ato de adoração.

Além disso, ao reduzir a ética reformada a uma engrenagem produtiva, Weber não atentou para a dimensão escatológica que permeia toda a teologia reformada. A riqueza é provisória, os bens são passageiros, e o cristão é chamado a viver nesta terra com os olhos fixos na Jerusalém celestial. Tal perspectiva escatológica relativiza qualquer absolutização das posses e convida os crentes a viverem com contentamento, simplicidade e liberalidade.

A aplicação pastoral de uma plutoteologia reformada, portanto, deve passar por pelo menos três níveis. No nível pessoal, é necessário que o crente compreenda sua vocação como parte do chamado divino e administre os bens que possui como mordomo fiel, cultivando contentamento e generosidade. No nível comunitário, as igrejas locais precisam promover uma cultura de responsabilidade financeira, justiça social, cuidado mútuo e combate à teologia da ganância. E no nível social, deve-se encorajar uma presença cristã que influencie as esferas econômicas com os princípios do Reino de Deus: justiça, equidade, trabalho honesto, combate à exploração e cuidado com os pobres.

Conclui-se, portanto, que Weber oferece uma leitura provocativa e útil como ponto de partida, mas incompleta e, por vezes, equivocada quanto à essência da fé reformada. Uma teologia bíblica da riqueza precisa ir além da análise sociológica, enraizando-se na revelação divina, nos princípios do Reino, nos símbolos de fé da igreja e na tradição dos santos que nos precederam. O desafio contemporâneo da igreja é resgatar esta teologia equilibrada, que glorifica a Deus por meio do uso santo da riqueza, como expressão da vida redimida em Cristo, a serviço do próximo e à luz da eternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO. *Manual sobre a fé, a esperança e a caridade*. Niterói, RJ: Teodoro Editor, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. *A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo*. Cadernos pagu (50), 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>. Último acesso em 21 de setembro de 2024.

ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER. *Símbolos de Fé: Confissão de Fé, Catecismo Maior e Breve Catecismo*, 2ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

BAUCKHAM, Richard J. The economic critique of Rome in Revelation 18. In: ALEXANDER, Loveday, org. *Images of Empire*. Sheffield: JSOT, 1991.

BAXTER, Richard. Saints' Everlasting Rest. *apud* WEBER, Max. *A ética protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BERGER, P. *Rumor de Anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural*. 2.ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2018.

BIÉLER, André. *A Força oculta dos protestantes*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

BIÉLER, André. *O Pensamento econômico e social de Calvino*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012.

BLOMBERG, Craig. *Nem pobreza, nem riqueza: As posses segundo a teologia bíblica*. São Paulo: Editora Vida Nova, 2024.

CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã: edição especial com notas para estudo e pesquisa*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, v. 2, (II.4).

CALVINO, João. *Comentário Bíblico João Calvino: Novo Testamento*. Edição Kindle: Editora Valdenilson Araujo, 2021.

CALVINO, João. *Comentários Bíblico: Novo Testamento*. Ebook: Valdenilson Araujo, 2021.

CALVINO, João. *Exposição de 2 Coríntios*. São Paulo: Paracletos, 1995.

CALVINO, João. *Pastorais - Série Comentários Bíblicos*. São José dos Campos – SP: Editora Fiel, 2018.

CALVINO, João. *Salmos Volume 1 - Série Comentários Bíblicos*. São José dos Campos – SP: Editora Fiel, 2013.

CALVINO, João. *Salmos Volume 2 - Série Comentários Bíblicos*. São José dos Campos – SP: Editora Fiel, 2013.

CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

CAMPOS JR., Heber. *Tomando decisões segundo a vontade de Deus*. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 2013.

CAMURÇA, Marcelo. *Teologia da Libertação: uma teologia da periferia e dos excluídos*. In: ComCiência. Campinas – SP: n.146, mar. 2013

CARRIKER, C. T. *Missão Integral: Uma Teologia Bíblica*. São Paulo: Editora Sepal, 1992.

CHAVEZ, Pamela Hernandez. *Benjamin Franklin: Deist or not?*. Disponível em: <https://twu.edu/media/documents/history-government/Pamela-Chavez-Revised-Final-18.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CHILTON, David. *Productive Christians in an age of manipulating guilt*. EUA: Institute for Christian Economics, 1985.

CLEMENTE DE ROMA. *Primeira Carta de Clemente aos Coríntios: Pais Ante-Nicenos 1 – Os Pais Apostólicos*. Porto Alegre, RS: Repositório Cristão, 2021.

CORREIA, Ronaldo Zandoná. *Reflexões sobre economia e religião: seus principais pensadores e a igreja católica brasileira*. Orientador: Prof. Dr. Pedro Carvalho de Mello. 2003. 93 pp. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Aplicada, Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-05022004-102744/publico/ronaldo.pdf>. Último acesso em 21 de setembro de 2024.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. O “espírito” do capitalismo: apontamentos sobre a segunda parte do primeiro ensaio de A Ética Protestante de Max Weber. *Informe econômico* (UFPI). Teresina – PI: ano 23, vol. 43, n. 2, julho-dezembro, 2021.

CRISÓSTOMO, João. *A riqueza e a pobreza: sermões do boca de ouro São João Crisóstomo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

CRISÓSTOMO, João. *On wealth and poverty*. New York, NY: St. Vladimir’s Seminary, 1984.

DEYOUNG, Kevin. *Faça Alguma Coisa: uma abordagem libertadora sobre a vontade de Deus em sua vida*. São Paulo: Mundo Cristão, 2012.

DEYOUNG, Kevin. Obrigação, mordomia e os pobres. Disponível em: <https://reforma21.org/sem-categoria/obrigacao-mordomia-e-os-pobres.html>. Acessado em: 28 de abril de 2025.

DIXHOORN, Chad Van. *Guia de Estudos da Confissão de Fé de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

DUNCAN, Lingon. *Westminster Confession of Faith: Faithful, Pastoral, Global, and Enduring*. Disponível em: [hegospelcoalition.org/article/westminster-confession-faith/#:~:text=The%20Confession%20contains%20186%20paragraphs,life%20\(personal%2C%20familial%2C%20and](https://hegospelcoalition.org/article/westminster-confession-faith/#:~:text=The%20Confession%20contains%20186%20paragraphs,life%20(personal%2C%20familial%2C%20and). Acessado em 1º de abril de 2025.

FERREIRA, Franklin. Uma introdução a Max Weber e à obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. *Fides Reformata*. São Paulo: v. 5, n. 2., 2000.

FOSTER, Stephen. *Their Solitary Way: The Puritan Social Ethic in the First Century of Settlement in New England*. New Haven, USA: Yale University Press, 1971.

FRAME, John M. *A Doutrina da Vida Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. 2002. O pensamento de João Calvino e a ética protestante de Maz Weber, aproximações e contrastes. *Fides Reformata*, vol. 7, nº 2.

GONZÁLEZ, Justo L. *Fé e economia no início da Era Cristã*. São Paulo: Editora Hagnos, 2016.

GONZALEZ, Justo. *Cultura e Evangelho: o lugar da cultura no plano de Deus*. São Paulo: Editora Hagnos, 2011.

GREGG, Samuel. Why Max Weber Was Wrong. In: Public Discourse. *The Journal of the Witherspoon Institute*. Disponível em: <https://www.thepublicdiscourse.com/2013/12/11099/> Acessado em: 20 de março de 2025.

HENDRIKSEN, William. *Comentário do Novo Testamento: Exposição do Evangelho de Lucas*. Vol. 2. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

HENDRIKSEN, William. *Comentário do Novo Testamento: Exposição do Evangelho de Lucas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

HILL, Andrew E. *Panorama do Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Vida, 2007.

HODGE, A. A. Confissão de Fé de Westminster comentada por A. A. Hodge. Recife, PE: Editora Puritanos, 1999.

HOOYKAAS, R. *A Religião e o Desenvolvimento da Ciência Moderna*. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Brasília, DF: Editora Polis/UnB, 1988.

IRENEU DE LIÃO. *Contra as Heresias*. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro – RJ: Zahar, 1997.

KELLER, Timothy. *Deuses Falsos*. São Paulo: Vida Nova, 2018.

KELLER, Timothy. *Ministério de Misericórdia: o chamado para a estrada de Jericó*. São Paulo: Vida Nova, 2016.

KISTERMAKER, Simon. *Comentário do Novo Testamento – Tiago e Epístolas de João*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2006.

KLINE, Meredith G. *The structure of biblical authority*. Grand Rapids: Eerdmans, 1972.

KUYPER, Abraham. *Calvinismo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

LEWIS, Peter. *The Message of the living God*. Illinois, EUA: Inter-Varsity, 2000.

LOPES, Augustus Nicodemus. *Calvino e a responsabilidade social da Igreja*. São Paulo: Editora PES, 1999.

LÖWY, M. *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LUCAS, Sean Michael. *O Cristão Presbiteriano*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

LUTERO, M. *Escritos Seletos*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2019.

MCGRATH, Alister E. *A Life of John Calvin*. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1990.

MOHLER JR, R. Albert. *Palavras de fogo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

MULLER, Richard A. *Dictionary of Latin and Greek Theological Terms*. Michigan, EUA: Baker Publishing Group, 2017.

NASH, Ronald H. *Questões últimas da vida: uma introdução à filosofia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

POLICARPO. *Carta de São Policarpo aos Filipenses: clássicos do cristianismo*. Série Patrística. São Paulo: Editora Família Católica, 2018.

PORTE JR., Wilson. *A relação entre João Calvino e o desenvolvimento das ciências modernas*. Em: Teologia Brasileira. Disponível em: <https://teologiabrasileira.com.br/a-relacao-entre-joao-calvino-e-o-desenvolvimento-das-ciencias-modernas/> Acessado em: 10 de janeiro de 2025.

RYKEN, Leland. *Santos no mundo: os puritanos como realmente eram*. São Paulo: Editora Fiel, 2013.

RYKEN, Philip Graham. *Os Dez Mandamentos para os dias de hoje*. Rio de Janeiro – RJ: CPAD, 2003.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SCHAEFFER, Francis. *Gênesis no Espaço-Tempo*. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2014.

SCHLUCHTER, W. *Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber*. São Paulo: Unesp, 2011.

SHAW, Robert. *A Excelência da Confissão de Fé de Westminster*. Edição do Kindle. Natal, RN: Nadere Reformatie Publicações, 2020.

SIDER, Ronald J. *Rich christians in an age of hunger*. EUA: Heilbroner, Harper & Row Publishers, 2015.

SMITH, James. *Você é aquilo que ama: o poder espiritual do hábito*. Edição do Kindle. Editora Vida Nova, 2017.

SOMBART, Werner. *Quintessence of Capitalism*. ch. VII *apud* ROBERTSON, H. M. *Aspects of the Rise of Economic Individualism*. Florida, EUA: University of Florida Libraries, 1993.

TERTULIANO. *Contra Marcião*. Curitiba, PR: Antônio Fontoura, 2023.

TERTULIANO. *The Complete Works of Tertullian*. Ontario, Canadá: Public Domain, 2016.

TOCQUEVILLE. Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada, 1977.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia: princípios básicos*. Rio de Janeiro – RJ: Elsevier, 2006.

VASHOLZ, Robert. *Comentários do Antigo Testamento – Levítico*. São Paulo: Cultura Cristã, 2018.

WAGNER, Hans-Peter. *Puritan Attitudes Towards Recreation in Early Seventeenth-Century New England*. Frankfurt, Verlag Peter Lang, 1982.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLAIME, J. *Sociologia das Religiões*. São Paulo: Unesp, 2012.

WILSON, Douglas. *O Puritano Liberado. Jornal Os Puritanos*. V.1 (Jan-Fev 1997), 16.

WRIGHT, Christopher J. H. *Walking in the ways of the Lord: the ethical authority of the Old Testament*. Leicester: IVP, 1995.